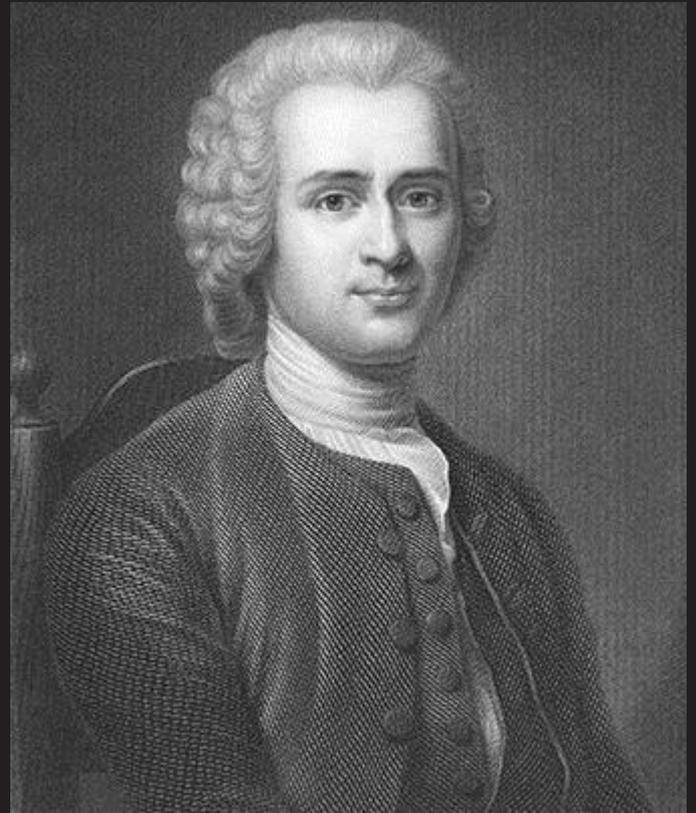


## Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política



### **Maria Constança Pissarra:**

A desigualdade como  
condição artificial do  
homem

### **Gabrielle Radica:**

O povo como soberano:  
Rousseau, um pensador  
democrático?

### **Florent Guénard:**

Modernidade política  
e ilusão de sociedade

### **Celso Martins Azar Filho:**

Montaigne e a passagem  
da definição da natureza  
humana à consideração da  
condição humana

### **Luiz Filipe Pondé:**

O tráfico de pessoas e  
as potencialidades de  
desumanização

### **Camilo Tavares:**

“O dia que durou 21  
anos”

# Somos “condenados” a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política

Considerado um dos grandes filósofos do Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau continua a ser um pensador importante para se analisar a sociedade e a política. Prova disso é que em 2012, quando se completaram 300 anos de seu nascimento, inúmeras celebrações aconteceram mundo afora. Autor de ideias importantes e controversas, o filósofo contratualista afirmava, contrariamente a Hobbes, que o homem nascia bom e era corrompido pela vida em sociedade. Estava, por assim dizer, “condenado” a entrar em um pacto que viabilizasse sua existência cotidiana. Para debater seu legado filosófico, a **IHU On-Line** entrevistou pesquisadores e pesquisadoras especialistas em Rousseau.

David Gauthier, professor emérito da Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos, aponta o papel transformador do contrato, enquanto Florent Guénard, docente no Centro Atlântico de Filosofia da Universidade de Nantes, na França, diz que o pensamento político de Rousseau se organiza em torno de três grandes pro-

posições fundamentais, e a conjunção entre elas estrutura a modernidade política. Esse pensador modernizou a definição de democracia, ultrapassando seu sentido clássico, acentua.

Wilson Alves de Paiva, docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, analisa a obra Emílio, fundante para a área de educação e considerada como síntese do pensamento rousseauiano. O homem corrompido pode ser redimido por uma ação político-pedagógica que supere o conflito entre o sujeito civil e o natural, acrescenta.

Maria Constança Pissara, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, frisa que para Rousseau a desigualdade era uma condição artificial humana, uma invenção.

A filósofa francesa Gabrielle Radica, professora na Universidade Picardie Jules Verne, na França, destaca que o pensador iluminista se inscreve na linha política “realista” de Maquiavel, Spinoza e Montesquieu.

Complementa o debate o professor da Unesp - Campus de Marília, Ri-

cardo Monteagudo, para quem Rousseau faz uma construção conceitual inovadora.

O amante da rainha, filme de Nikolaj Arcel, aborda, com maestria, a repercussão do iluminismo, na Dinamarca do século XVIII. O filme é tema da reportagem da semana desta edição.

O filósofo Celso Martins Azar Filho, da Universidade Federal Fluminense – UFF, fala sobre Montaigne e a passagem da definição da natureza humana à consideração da condição humana.

O também filósofo Luiz Filipe Pondé retoma o debate feito pela **IHU On-Line** da semana passada, “Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão humana”, e destaca que essa prática e a prostituição são formas de violência que se alimentam da hipocrisia.

Uma entrevista com o cineasta Camilo Tavares sobre o documentário O dia que durou 21 anos radiografa o apoio norte-americano ao Golpe de 1964 no Brasil.

A todas e a todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



**Instituto Humanitas  
Unisinos**

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.  
E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

## IHU

**IHU On-Line** é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos.

Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).  
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 ([grazielaw@unisinos.br](mailto:grazielaw@unisinos.br)).  
Redação: Márcia Junges MTB 9447 ([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)),  
Patrícia Fachin MTB 13062 ([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598 ([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Isaque Correa ([icorrea@unisinos.br](mailto:icorrea@unisinos.br)).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos – Agexcom.  
Editoração: Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altés e Mariana Staudt

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 7 **Florent Guénard:** Modernidade política e ilusão de sociedade
- 13 **David Gauthier:** Rousseau e o papel transformador do contrato
- 17 **Gabrielle Radica:** O povo como soberano: Rousseau, um pensador democrático?
- 22 **Maria Constança Pissarra:** A desigualdade como condição artificial do homem
- 25 **Wilson Alves de Paiva:** O Emílio e o homem “condenado” a viver em sociedade
- 29 **Ricardo Monteagudo:** Uma construção conceitual inovadora

## DESTAQUES DA SEMANA

- 32 **ENTREVISTA DA SEMANA:** Luiz Filipe Pondé: O tráfico de pessoas e as potencialidades de desumanização
- 34 **ENTREVISTA DA SEMANA:** Celso Martins Azar Filho: Montaigne e a passagem da definição da natureza humana à consideração da condição humana
- 38 **FILME DA SEMANA:** Camilo Tavares: O dia que durou 21 anos
- 41 **REPORTAGEM DA SEMANA:** *Occupy* Palácio de Christiansborg
- 44 **ENTREVISTAS EM DESTAQUE**
- 45 **DESTAQUES ON-LINE**

## IHU EM REVISTA

- 47 **AGENDA DE EVENTOS**
- 48 **Publicação em destaque**
- 49 **Retrovisor**
- 50 **Dogville e o Outro: entre a inclusão e a violência**
- 51 **Sala de leitura**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



[bit.ly/ihufacebook](https://bit.ly/ihufacebook)



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Tema de Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da revista **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à filosofia.

- *Vilém Flusser: Um comunicólogo transdisciplinar*. Edição 399, de 20-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Sf21WH>
- *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*. Edição 397, de 06-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Q5v356>
- *O bode expiatório. O desejo e a violência*. Edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KsXK8Q>
- *Rumos e muros da filosofia na era digital. A aventura do pensamento*. Edição 379, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/rpQFva>
- *Merleau-Ponty. Um pensamento emaranhado no corpo*. Edição 378, de 31-10-2011, disponível em <http://migre.me/63RPv>
- *Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao niilismo ético*. Edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://migre.me/63RRH>
- *Tudo é possível? Uma ética para a civilização tecnológica*. Edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://migre.me/63RUp>
- *David Hume e os limites da razão*. Edição 369, de 15-08-2011, disponível em <http://migre.me/63RWq>
- *A "História da loucura" e o discurso racional em debate*. Edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://migre.me/63RYa>
- *Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo ético ou via da emancipação e da salvação?* Edição 354, de 20-12-2010, disponível em <http://migre.me/63S1v>
- *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*. Edição 344, de 21-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S3h>
- *O (des) governo biopolítico da vida humana*. Edição 343, de 13-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S4C>
- *Escolástica. Uma filosofia em diálogo com a modernidade*. Edição 342, de 06-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S6m>
- *Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault*. Edição 335, de 28-06-2010, disponível em <http://migre.me/63S8r>
- *O Mal, a vingança, a memória e o perdão*. Edição 323, de 29-03-2010, disponível em <http://migre.me/63SaD>
- *A atualidade de Søren Kierkegaard*. Edição 314, de 09-11-2010, disponível em <http://migre.me/63ScE>
- *Filosofia, mística e espiritualidade. Simone Weil, cem anos*. Edição 313, de 03-11-2009, disponível em <http://migre.me/63Sf6>
- *Narrar Deus numa sociedade pós-metafísica. Possibilidades e impossibilidades*. Edição 308, de 14-09-2010, disponível em <http://migre.me/63Shx>
- *Platão, a totalidade em movimento*. Edição 294, de 25-05-2009, disponível em <http://migre.me/63SkL>
- *Levinas e a majestade do Outro*. Edição 277, de 14-10-2008, disponível em <http://migre.me/63Snu>
- *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*. Edição 261, de 09-06-2008, disponível em <http://migre.me/63SpD>
- *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*. Edição 237, de 24-09-2007, disponível em <http://migre.me/63Stz>
- *O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Edição 220, de 21-05-2007, disponível em <http://migre.me/63Svl>
- *Fenomenologia do espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. 1807-2007*. Edição 217, de 30-04-2007, disponível em <http://migre.me/63SwM>
- *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*. Edição 206, de 27-11-2007, disponível em <http://migre.me/63SyR>
- *Michel Foucault, 80 anos*. Edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/63Szo>
- *O pós-humano*. Edição 200, de 16-10-2006, disponível em <http://migre.me/63SAh>
- *A política em tempos de niilismo ético*. Edição 197, de 25-09-2006, disponível em <http://migre.me/63SBa>
- *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*. Edição 187, de 03-07-2006, disponível em <http://migre.me/63SCH>
- *O século de Heidegger*. Edição 185, de 19-06-2006, disponível em <http://migre.me/63SDq>
- *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XXI*. Edição 168, de 12-12-2005, disponível em <http://migre.me/63SEs>
- *Nietzsche filósofo do martelo e do crepúsculo*. Edição 127, de 13-12-2004, disponível em <http://migre.me/63SJ4>
- *Kant: razão, liberdade e ética*. Edição 94, de 22-03-2004, disponível em <http://migre.me/63SKv>

# Biografia

**Jean-Jacques Rousseau** (Genebra, 28-06-1712 – Ermenonville, 02-07-1778) foi um importante filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata suíço. É considerado um dos principais filósofos do Iluminismo e um precursor do Romantismo.

Na adolescência, foi estudar numa rígida escola religiosa. Gostava de passear pelos campos. Em certa ocasião, encontrando os portões da cidade fechados, quando voltava de uma de suas saídas, opta por vagar pelo mundo.

Acaba tendo como amante uma rica senhora e, sob seus cuidados, desenvolveu o interesse pela música e filosofia. Longe de sua protetora, que agora estava em uma situação financeira ruim e com outro amante, ele parte para Paris.

Aos 37 anos, participando de um concurso da academia de Dijon, cujo tema era “O restabelecimento das ciências e das artes terá favorecido o aprimoramento dos costumes?”, torna-se famoso ao escrever o *Discurso sobre as ciências e as artes*, ganhando o prêmio em 1750. Após isso, Rousseau, então famoso na elite parisiense, é convidado a participar de discussões e jantares para expor suas ideias. Ao contrário de seu grande rival Voltaire<sup>1</sup>, que também não tinha o sangue azul, aquele ambiente não o agradava. Rousseau tem cinco filhos com sua amante de Paris, porém, acaba por colocá-los todos em um orfanato.

Escritos tais como *Emílio* e *Profissão de fé do vigário Saboiano* irão acarretar perseguições e retaliações tanto em Paris como em Genebra. Chega a ter obras queimadas. Rousseau rejeita a religião revelada e é fortemente censurado. Era adepto de uma religião natural, em que o ser humano poderia encontrar Deus em seu próprio coração.

Entretanto, seu romance *A Nova Heloísa* mostra-o como defensor da moral e da justiça divina. Apesar de tudo, o filósofo era um espiritualista e terá, por isso e entre outras coisas, como principal inimigo Voltaire, outro grande iluminista.

<sup>1</sup> **Voltaire** (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o *Dicionário Filosófico*, escrito em 1764. (Nota da IHU On-Line)

## Exílio

Politicamente, expõe suas ideias na obra *Contrato social*. Procura um estado social legítimo, próximo da vontade geral e distante da corrupção. A soberania do poder, para ele, deve estar nas mãos do povo, através do corpo político dos cidadãos. Segundo suas ideias, a população tem que tomar cuidado ao transformar seus direitos naturais em direitos civis, afinal “o homem nasce bom e a sociedade o corrompe”.

No ano de 1762, começou a ser perseguido na França, pois suas obras foram consideradas uma afronta aos costumes morais e religiosos. Refugiou-se na cidade suíça de Neuchâtel. Em 1765, foi morar na Inglaterra a convite do filósofo David Hume<sup>2</sup>. De volta à França, casou-se com Thérèse Levasseur, no ano de 1767.

Depois de toda uma produção intelectual, suas fugas às perseguições e uma vida de aventuras e de errância, Rousseau passa a levar uma vida retirada e solitária. Por opção, ele foge dos outros homens e vive em certa misantropia.

Nessa época, dedica-se à natureza, que sempre foi uma de suas paixões. Seu grande interesse por botânica o leva a recolher espécie e montar um herbário. Seus relatos desta época estão no livro *Devaneios de caminhante solitário*. Falece aos 66 anos, em 2-07-1778, no castelo de Ermenonville, onde estava hospedado.

## Principais obras

*Discurso sobre as ciências e as artes* (São Paulo: Atena, 1959)

*Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999)

*Contrato social* (São Paulo: Abril Cultural, 1973)

<sup>2</sup> **David Hume** (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o *Tratado da natureza humana*. Sobre ele, leia a **IHU On-Line** número 369, de 15-08-2011, intitulada *David Hume e os limites da razão*, disponível para download em <http://bit.ly/pFBA94> (Nota da IHU On-Line)

*Emílio, ou da Educação* (São Paulo: Martins Fontes, 1995)

*Os devaneios de um caminhante solitário* (Porto Alegre: L&PM, 2009)

## Cronologia

- 1712: Nasce em Genebra a 28-06 Jean-Jacques Rousseau. Suzanne Bernard, mãe de Rousseau.
- 1719: Daniel Defoe publica Robinson Crusoe, uma das principais influências literárias de Rousseau.
- 1745: Une-se a Thérèse Levasseur, com quem tem cinco filhos, que são abandonados.
- 1749: Escreve o *Discurso sobre as ciências e as artes*.
- 1755: Publica o *Discurso sobre a origem da desigualdade* e o *Discurso sobre a economia política*.
- 1762: Publica o *Contrato social* em abril e o *Emílio, ou Da Educação* em maio.
- 1776: Escreve os *Devaneios de um caminhante solitário*. Declaração da Independência das colônias inglesas na América.
- 1778: Rousseau termina de escrever os *Devaneios*. Morre em 02-07 e é sepultado em Ermenonville. Seus restos mortais foram trasladados para o Panteão de Paris em 1794. Morte de Voltaire.

Fonte: <http://bit.ly/dzJIN>

## O sitio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) publicou, durante o ano passado, vários artigos sobre Rousseau. Confira:

- Rousseau, um sonhador que nos ilumina. Reportagem de Pascale Senk, publicada em 31-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Rw1xKp>
- Rousseau. O precursor de uma religião “à la carte”. Reportagem de Pascale Senk, publicada em 06-09-2012, disponível em <http://bit.ly/OY1nHD>
- “Rousseau descobriu aquilo que chamamos de empatia”. Entrevista com Jacques Lecomte, professor na faculdade de ciências sociais do Instituto Católico de Paris, publicada em 01-09-2012, disponível em <http://bit.ly/OGprPi>
- A volta de Rousseau. Entrevista com Alain Grosrichard, presidente da Sociedade Jean-Jacques Rousseau, publicada em 08-01-2013, disponível em <http://bit.ly/Wy1dsM>

# Modernidade política e ilusão de sociedade

O pensamento político de Rousseau se organiza em torno de três grandes proposições fundamentais, e a conjunção entre elas estrutura a modernidade política, frisa Florent Guénard. Esse pensador modernizou a definição de democracia, ultrapassando seu sentido clássico

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO DE CLÁUDIO SOUZA

Somos coletivamente responsáveis por nossa liberdade e por “aquilo que nos acontece em nossa história e é necessário que abandonemos certos refúgios que nos alienam de nossas responsabilidades”. A afirmação é do filósofo francês Florent Guénard na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. E acrescenta: “Rousseau também nos mostra que a existência do corpo político se assenta sobre efeitos sociais que não são naturais. A modernidade de Rousseau se situa em grande parte dentro de sua concepção do que é uma sociedade. Se ele critica a sociedade de seu tempo, é porque a seus olhos ela não é mais do que uma ilusão de sociedade”. O que nós classificamos hoje como democracia, Rousseau apontava como república. “Para ser livre, o povo deve, portanto, ser autor das leis”, acentua Guénard. “Para que a democracia continue a existir, é preciso haver uma paixão pelo interesse público, isso quer dizer mais precisamente uma vinculação constante

naquilo que nos dá as condições para a nossa liberdade”. O entrevistado fala também sobre o “adversário privilegiado de Rousseau”, Thomas Hobbes, e retoma o que ocorreu por ocasião do refúgio de Rousseau na casa de David Hume, na Inglaterra.

Florent Guénard é professor do Centro Atlântico de Filosofia da Universidade de Nantes, na França, e diretor da revista *La vie des idées*, que pode ser acessada em <http://www.laviedesidees.fr/>. É autor de *Le ressentiment, passion sociale* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012), *La religion, la liberté, la justice. Un commentaire des Lettres écrites de la montagne de Jean-Jacques Rousseau* (Vrin: Paris, 2005), *Rousseau et le travail de la convenance* (Paris: Honoré Champion, 2004) e *Jean-Jacques Rousseau, Anthologie de textes présentés et commentés* (Paris: Hachette, 2001).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que medida Rousseau ajudou a construir a base intelectual da sociedade em que vivemos, sobretudo em termos políticos?**

**Florent Guénard** – Podemos considerar que o pensamento político de Rousseau se organiza em torno de três grandes proposições fundamentais e que é a conjunção entre essas proposições que estrutura a nossa modernidade política. Primeiramente, Rousseau aponta que somos coletivamente responsáveis por nossa liberdade<sup>1</sup>. Nós somos, com efeito, responsáveis por aquilo que nos aconte-

ce em nossa história e é necessário que abandonemos certos refúgios que nos alienam de nossas responsabilidades. Segundo Rousseau, não podemos, de fato, imputar o mal nem a Deus nem a natureza. Para aqueles que, como Voltaire, consideram que o mundo é mau porque as catástrofes são numerosas, Rousseau responde que nós vivemos bem no melhor dos mundos possíveis e que o mal é obra nossa. Um tremor de terra, como aquele que aconteceu em Lisboa no ano de 1755, não é propriamente uma catástrofe, já que ele aconteceu em uma cidade, produto da atividade humana, em que os imóveis que lá es-

tavam desabaram sobre a população, mas não podemos culpar a natureza por isso.

Para aqueles que consideram que nós somos naturalmente maus, Rousseau responde que as nossas paixões naturais não nos inclinam para a agressão, que o desejo de conservação não é a raiz da maldade e que essa não seria natural; muito pelo contrário, ela é proveniente das relações sociais e do orgulho que força as comparações entre os seres humanos. Mesmo que na idade moderna tenhamos assistido o triunfo do despotismo, a nossa história não está de forma alguma inscrita dentro de

<sup>1</sup> Grifo do autor. (Nota do tradutor)

nossas tendências naturais, mas ela é contingente e circunstancial sendo, portanto, passível de correção.

Rousseau também nos mostra que **a existência do corpo político se assenta sobre efeitos sociais que não são naturais**<sup>2</sup>. A modernidade de Rousseau se situa em grande parte dentro de sua concepção do que é uma sociedade. Se ele critica a sociedade de seu tempo, é porque a seus olhos ela não é mais do que uma ilusão de sociedade. Os indivíduos se reúnem apenas pela força daqueles que lhes privam da liberdade, ou seja, os déspotas: essas sociedades não são para Rousseau mais do que manadas, agregações, e não associações. Para que haja uma sociedade, é preciso haver um ato de vontade, e não um constrangimento exercido pela força. Mas isso não é suficiente: não podemos fazer uma sociedade simplesmente a partir de um ato de vontade. Ou, mais precisamente, este ato de vontade não pode surgir apenas de um cálculo de interesses. Uma sociedade não é um conjunto de seres que decidem viver juntos porque têm necessidade uns dos outros. Uma sociedade não pode ser exclusivamente uma esfera de trocas. É preciso que ela tenha, para ser realmente uma sociedade, impactos sociais e paixões comuns que lhe outorguem a sua unidade.

### Virtude pública

Enfim, Rousseau afirma que **a democracia é uma paixão tanto quanto uma organização institucional**<sup>3</sup>. Rousseau modernizou a definição de democracia indo além de seu sentido clássico (o governo do povo para o povo). O regime da liberdade é a república, conhecida como regime da soberania popular. E o que nós chamamos hoje *democracia* é o que Rousseau chamava *república* em seu tempo. Para ser livre, o povo deve, portanto, ser autor das leis. Mas isso não é suficiente para garantir a liberdade e Rousseau sabe que esta não existe, ainda mais quando os interesses particulares se sobrepõem ao interesse geral. Essa ameaça afeta todos os cidadãos (notadamente quando estes preferem os negócios privados e

“A nossa sociabilidade não é natural. Rousseau mostra que nós não temos, em um estado de natureza, nem a necessidade de uma sociedade”

o comércio mais do que os interesses públicos). Ela atinge mais especificamente os membros do governo que são constantemente tentados, já que ocupam uma posição de poder e podem desviar, para interesses próprios, as forças do Estado. Para lutar contra essas tendências, Rousseau apela à virtude pública: é preciso nos sentir ligados ao corpo político e que nós compreendamos que somos ligados a ele pela nossa existência e o nosso bem estar, e que, em consequência, o interesse geral não se oporia ao nosso interesse particular. Para que a democracia continue a existir, é preciso haver uma paixão pelo interesse público, isso quer dizer mais precisamente uma vinculação constante naquilo que nos dá as condições para a nossa liberdade.

**IHU On-Line – Qual a concepção de “estado de natureza” contido dentro do *Discurso sobre as origens e fundamentos da desigualdade entre os homens*?**

**Florent Guénard** – Em relação ao estado de natureza, tal como ele é teorizado no *Discurso*, Rousseau afirma que ele não existe, que ele jamais existiu e que, sem dúvida, ele não existirá jamais. Trata-se, segundo ele, de uma hipótese teórica que tem duas grandes funções. De uma parte, ela permite que ele se afaste da filosofia política de seu tempo, mais precisamente a filosofia jusnaturalista que, aos olhos de

Rousseau, construiu um discurso político justificando a ordem estabelecida a partir de uma falsa concepção do “estado de natureza”. De outra parte, ela permite a Rousseau afirmar dois grandes princípios a partir dos quais é preciso compreender a nossa existência política. O primeiro é que nós somos naturalmente bons. Isso não significa que tenhamos um senso natural da justiça, ou do bem, mas que as nossas tendências naturais não nos predisõem à agressão. Voltaremos a isso mais adiante. O segundo é que a nossa sociabilidade não é natural. Rousseau mostra que nós não temos, em um estado de natureza, nem a necessidade de uma sociedade (nossas necessidades podem ser providas sem que haja necessariamente uma relação uns com os outros), nem o desejo de uma sociedade (os sentimentos apenas vêm do hábito de vivermos juntos, eles não resultam de uma espécie de inclinação geral que nós poderíamos ter a respeito daqueles a qual reconhecemos como semelhantes).

Desses dois princípios, é preciso concluir de que nada predisponha o homem a sair do “estado de natureza”. Esse é estável em si mesmo e não é ultrapassável sob o pretexto de que a vida natural é ameaçadora e miserável (é o que pensa Pufendorf<sup>4</sup>), nem sob o pretexto de que os indivíduos nesse estado vivem em uma situação de guerra (essa é a concepção de Hobbes). É preciso, portanto, para concluir minimamente, que o estado civil é contingente, e que a forma pela qual nós formamos nossas instituições resulta tão somente de nossas decisões.

**IHU On-Line – Em que sentido a concepção de “estado de natureza” se opõe ao pensamento de Hobbes?**

**Florent Guénard** – Sem dúvida, Hobbes é o adversário privilegiado de

4 Samuel Pufendorf (1632-1694): jurista alemão. No campo do direito público, ensina que a vontade do Estado é a soma das vontades individuais que o constituem e que tal associação explica o Estado. Nesta concepção *a priori*, Pufendorf demonstra ser um precursor de Jean-Jacques Rousseau e do “contrato social”. Defende a noção de que o direito internacional não está restrito à cristandade, mas constitui um elo comum a todas as nações, pois todas elas formam a humanidade. (Nota da IHU On-Line)

2 Grifo do autor. (Nota do tradutor)

3 Grifo do autor. (Nota do tradutor)

Rousseau. Existem, ao menos, duas razões para isso. Em primeiro lugar, porque Hobbes justificou o absolutismo contra o qual o sistema de pensamento rousseauiano se desviou inteiramente. Em seguida, porque, paradoxalmente, Rousseau tem bastante em comum com Hobbes. Eles partilham notadamente a ideia de que a sociabilidade não é natural, que o homem não é como pensa Grotius<sup>5</sup>, Pufendorf ou Locke<sup>6</sup>, predisposto à sociedade. Concluindo, eles se opunham ao aristotelismo político moderno. É o que leva Rousseau a um julgamento contrastante a Hobbes: esse, segundo Rousseau, viu muito bem as falhas das definições do direito natural moderno, mas não extraiu bons resultados de suas próprias definições. Ele viu muito bem, com efeito, que a lei natural não devia ser compreendida como imposição ao homem de deveres tão complexos que não se sabe bem como esse “homem da natureza” conseguiria lidar. Ele viu muito bem, igualmente, que o homem dentro do estado de natureza era conduzido pela necessidade de conservação de si mesmo. Apenas ele caiu no mesmo erro de todos aqueles que se interrogaram, dentro do jusnaturalismo moderno, sobre o estado de natureza: ele confundiu o que é natural e o que são derivações, o que é primitivo e o que é produto do estado civil.

### Sentimentos de compaixão

Hobbes não soube distinguir o amor de si (uma paixão natural e primitiva que visa a nossa conservação) e o amor-próprio (uma paixão derivada que nasce das relações intersubjetivas e que nos empurra sem cessar à comparação uns com os outros). Hobbes fez do estado de natureza um estado de guerra porque ele acreditava que,

## “Hobbes é, sem dúvida, o adversário privilegiado de Rousseau”

quando o poder político não regula as relações entre os indivíduos, esses são inclinados à agressão; porque eles cobiçam os mesmos bens, porque eles são inquietos pelo futuro e porque eles gozam de uma imagem, um espelho que lhes reflete a sua superioridade perante os outros indivíduos. Porém, isso não existe dentro do estado de natureza, segundo Rousseau: as relações naturais entre os homens são plausíveis porque não há nenhuma razão em pensar que a satisfação das necessidades os pressione em direção a uma rivalidade, nem que nós sejamos inclinados para essa situação em torno da satisfação de paixões puramente sociais. E acrescenta que, mesmo que haja rivalidade dentro do estado de natureza, essa será largamente ponderada por sentimentos naturais de compaixão que todo o ser humano sensível experimenta.

**IHU On-Line – A partir das ideias rousseauianas, como se dá a passagem do estado natural para o estado civil, e o que move essa mudança?**

**Florent Guénard** – A saída do estado de natureza apresenta duas questões, as quais é preciso destacar: ela é contingente e também progressiva. Rousseau, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* se propõe a apresentar os princípios de uma história conjuntural da humanidade. É uma história, precisamente, porque atenta para as mudanças sucessivas que alteraram a natureza humana a fim de não confundir, como o conjunto de pensadores do direito natural moderno, o que é primitivo e o que é artificial. Dessa história, Rousseau vai dizer que ela é contingente: nós poderíamos permanecer no estado de natureza, já que esse não possui nenhuma contradição interna. O que

nos levou, então, a sair disso? A resposta de Rousseau é porque somos passíveis de aperfeiçoamento. Dito de outra forma, temos em nós a possibilidade de desenvolver as nossas faculdades se as circunstâncias assim exigirem. Disso podemos deduzir que, se o estado de natureza cessou, é porque as circunstâncias naturais mudaram. É o que Rousseau explica no começo da segunda parte do *Discurso*: que é preciso pensar que o desenvolvimento demográfico, juntamente com as mudanças climáticas, modificaram as condições naturais, e que foi preciso, em resumo, que os homens se reagrupassem e evoluíssem.

### Felicidade sobre a desgraça alheia

Entretanto, a passagem entre o estado de natureza e o estado civil não se fez de uma forma bruta. O estado civil se constrói sobre a propriedade da terra e Rousseau nos mostra que é possível a concepção de um estado selvagem, no qual os homens se reúnam em cabanas, formem família e uma sociedade, sem que existam instituições políticas que regulem as relações intersubjetivas – e para isso ele se valeu de confirmações empíricas, baseadas no relato dos viajantes que descreveram os habitantes da África e da América meridional.

Rousseau também vai dizer que esse estado se inscreve como a melhor idade que o homem já conheceu, visto que é intermediária entre um estado de natureza puro, onde o homem ainda não se constituiu inteiramente e o estado civil, onde as desigualdades são tais que nós construímos a nossa felicidade em cima da desgraça alheia.

**IHU On-Line – Por que o *Contrato social* é conhecido como “A Bíblia da Revolução Francesa?”**

**Florent Guénard** – Esta questão é mais complexa do que parece. É verdade que os jacobinos<sup>7</sup> disseram que

<sup>7</sup> **Jacobinos**: originário da revolução francesa, o termo jacobinismo, também chamado jacobismo, teve uma significação diferenciada e evolutiva ao longo dos tempos. Originalmente, um jacobino era um membro do Clube Jacobino, clube maçônico francês com representação nos Três Estados e, depois, na Assembleia Nacional Francesa. No seu início, nos finais do século XVIII na França, a expressão era

<sup>5</sup> **Hugo Grotius** (1583-1645): jurista a serviço da República dos Países Baixos. É considerado o precursor, junto com Francisco de Vitória, do Direito internacional, baseando-se no Direito natural. Foi também filósofo, dramaturgo, poeta e um grande nome da apologética cristã. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês, predecessor do Iluminismo, que tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída, e, o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade. Com David Hume e George Berkeley era considerado empirista. (Nota da IHU On-Line)

foram inspirados em Rousseau e que a Revolução Francesa celebrou largamente esse filósofo. Robespierre<sup>8</sup>, particularmente, se fez defensor da obra de Rousseau, o único segundo ele, entre os pensadores iluministas a ter dado os princípios favoráveis à liberdade. Entretanto, nada nos prova que a obra de Rousseau seja um pensamento revolucionário dentro de um senso estrito. Numerosos pensadores que, durante e depois da Revolução Francesa, criticam a doutrina dos jacobinos tiveram muito cuidado em atribuir isso a Rousseau. Burke, por exemplo, denuncia a influência de Rousseau sobre a Revolução, mas mostra que os jacobinos tomaram a sua vida como modelo de perfeição, dedicando-lhe um culto pessoal bem mais do que se inspirando em sua obra. Constant<sup>9</sup> opõe a clarividência de Montesquieu, sensível às diferenças históricas, à sistematicidade metafísica de Rousseau, mas pondera largamente a influência desse último sobre o pensamento dos jacobinos: a confusão entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos é menos imputável à Rousseau que a seus sucessores, Mably principalmente.

### Pensador republicano

Tocqueville<sup>10</sup>, enfim, concentra seus ataques sobre os fisiocratas, res-

geralmente aplicada de forma pejorativa a qualquer corrente de pensamento que, para quem aplicava o termo, fosse defensora de opiniões revolucionárias extremistas. Os primeiros jacobinos, setecentistas, eram pequeno-burgueses ainda muito ligados às suas origens rurais e pobres, com pensamentos políticos e sociais radicais (queriam o extermínio dos nobres). Receberam a denominação de jacobinos pois reuniam-se inicialmente no Convento de São Tiago dos dominicanos (do nome Tiago em latim: Jacobus e do francês Saint-Jacques). Seus membros defendiam mudanças mais radicais que os girondinos: eram contrários à Monarquia e queriam implantar uma República. Esse grupo era apoiado por um dos setores mais populares da França - os sans-cullotes - e, juntos, lutaram por outras mudanças sociais depois da revolução. Sentavam-se à esquerda do salão de reuniões. (Nota da IHU On-Line)

**8 Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (1758-1794):** advogado e político francês, foi uma das personalidades mais importantes da Revolução Francesa. (Nota da IHU On-Line)

**9 Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830):** pensador, escritor e político francês de origem suíça. (Nota da IHU On-Line)

**10 Alexis Carli Clerel de Tocqueville**

ponsáveis, a seus olhos, do que foi feito na França em termos de administração pública e menciona Rousseau apenas de passagem em uma observação anedótica sobre o estilo da filosofia iluminista. Esses julgamentos contrastantes são indícios que há, dentro da obra política de Rousseau, uma complexidade que dificilmente se permite a certos reducionismos. Assim, é incontestável que Rousseau, defensor da soberania popular, mais ainda, da igualdade política, social e econômica, é aquele que irá teorizar mais radicalmente o fim do antigo regime, e a necessidade de acabar com a realeza. Rousseau é, nesse sentido, um pensador republicano, pertencente a esta tradição de pensamento redescoberta por Maquiavel e que moderniza o republicanismo renascido, adaptando-o ao seu tempo e anexando uma crítica social de grande envergadura.

Mas Rousseau não é um pensador do ato revolucionário, que é algo do qual ele diverge fortemente. A razão principal disso é que ele julga que nós não podemos instaurar instituições novas que façam uma abstração da história de uma nação, de seus costumes, de suas tradições e da sua moral. Rousseau não defende o legalismo radical, que considera que podemos edificar instituições que serão idênticas, seja lá quais forem as situações. Ele defende a necessidade conveniente de leis e maneiras, sem as quais as leis não se conservam e a moral não pode ter nenhuma correção. Dito de outra forma, para Rousseau, um ato revolucionário não é político, convencendo que a política consiste justamente na forma como é descrita nos livros II e III do *Contrato social*, compreendendo a adequação entre as instituições e as situações.

**IHU On-Line – Aconteceu, quando Rousseau se refugiou na Inglaterra na casa de David Hume, alguma troca intelectual entre eles?**

**Florent Guénard** – Rousseau lia pouco e mal a língua inglesa. O seu conhecimento dos pensadores ingleses, de maneira geral, era mediado pelas traduções francesas que esta-

(1805-1859): pensador político e historiador francês, autor do clássico *A democracia na América* (São Paulo: Martins Fontes, 1998-2000). (Nota da IHU On-Line)

vam disponíveis no século XVIII. A isso é preciso acrescentar que Rousseau conheceu Hume em circunstâncias particulares. Em 1766 ele decide ir para a Inglaterra, aceitando o convite de Hume, a fim de escapar das perseguições contra ele desde a publicação de *Emílio, ou da Educação*. O episódio, como sabemos, foi bem turbulento. Rousseau e Hume não se entenderam e Rousseau o acusa de lhe aprisionar mais do que protegê-lo. A controvérsia se estendeu por algum tempo e, de um lado a outro do canal da Mancha, pessoas escreviam ora defendendo Rousseau, ora Hume. Tais indisposições pessoais prevaleceram manifestadamente sobre uma possível confrontação de sistemas filosóficos. A isso, é preciso acrescentar que em 1766, Rousseau já tinha firmemente lançado as bases de seu sistema de pensamento através do *Discurso* e de *Emílio*. O que sabemos é que esse episódio reforça, em Rousseau, a ideia de um complô existente contra ele, na França, em Genebra e na Inglaterra. Ele já havia sustentado em *Rousseau, juiz de Jean Jaques*, escrito a partir de 1772, essa teoria a qual ele chama de “complô”. Essa, longe de ser somente uma projeção paranoica, tem, em Rousseau, uma importante conceituação maior. Ela é a representação mais adequada das contradições internas da sociedade, já que estabelece laços mais indissolúveis (os conspiradores se unem dentro do complô por medo uns dos outros) que aqueles que podem ser percebidos pelos sentimentos. Então, temos o medo de sermos denunciados se o complô falha; temos o medo também de nos retirarmos porque os nossos companheiros se tornariam, então, nossos inimigos.

**IHU On-Line – No fim da vida, Rousseau se consagrou à botânica, colocando-se à parte do mundo que o havia rejeitado. Hoje o autor é festejado pelos 300 anos de seu nascimento. O que a idade contemporânea pode aprender com esse “filósofo andarilho?”**

**Florent Guénard** – Rousseau se dedicou à botânica mais por diversão, como ele escreveu em sua obra *Os devaneios do caminhante solitário*, mas também ele foi um dedicado estudioso de história natural, algo fartamente documentado na nomenclatura de sua

obra. Podemos mesmo considerar que Rousseau via na botânica não apenas algo que o fazia se distanciar dos homens, mas um modelo de ciência que escapava das críticas que ele formulou contra as ciências no *Discurso sobre as ciências e as artes*. Ele sublinha, nesse discurso, que nós sempre abusamos das ciências e que elas têm efeitos sociais indesejáveis (elas aumentam o amor-próprio e incitam a ociosidade). Com a botânica, Rousseau deseja reconciliar a virtude (moral) com a ciência: a botânica, considerada cientificamente como observação da ordem da natureza, é uma atividade que se propõe a ser lúdica em seus *Devaneios*. Nessa obra, a posição de Rousseau é paradoxal: ele se retira do mundo, mas sem deixar de aspirar à sociabilidade. É, sem dúvida, isso que é preciso reter atualmente: somos o que as nossas relações fazem de nós, e Rousseau, buscando se colocar a par dos homens, nos mostra o esforço espiritual que é preciso ser feito para esse objetivo e ele nos ensina isso de forma bastante radical.

#### **IHU On-Line – Quais as relações entre religião e política na obra de Rousseau?**

**Florent Guénard** – Dentro da obra de Rousseau, política e religião possuem relações complexas que engendram certo número de tensões. Entre elas, três são particularmente importantes. Em primeiro lugar, Rousseau, um pensador contratualista, se dispõe a mostrar que a realeza não possui um fundamento divino, mas que ela é de origem humana. Em matéria de poder político, os deuses não têm palavra. Portanto, quando estão em questão as fundações de um povo, Rousseau recomenda ao legislador de fazer falar os deuses que devem aparecer como os autores das leis. Em segundo lugar, a religião natural do *Vigário Savoyard* se acomoda com as leis dos governantes, postas em prática, que prescrevem de cultos em função das convenções locais. Portanto, o contrato social, no capítulo consagrado à religião civil, condena o teísmo puro, o cristianismo do evangelho e a religião natural, estimando que ela apenas corrompe o espírito social, já que a pátria do cristão não é desse mundo. Enfim, se a religião natural conduz à prática dos deveres do homem, como é estabelecido

## “Nada nos prova que a obra de Rousseau seja um pensamento revolucionário dentro de um senso estrito”

na *Profissão de fé*, também deve conduzir aos deveres de cidadão, como é mostrado na primeira parte das *Cartas escritas da montanha* e o mesmo vale para o ateísmo: com efeito, Wolmar, o chefe de família descrito em *A nova Heloísa* é ao mesmo tempo virtuoso e bom cidadão.

#### **Autonomização da política**

Rousseau defende a soberania popular; para isso acontecer, o povo deve conquistar a sua autonomia. Ele deve inevitavelmente o fazer contra tudo o que reduz a sua autonomia ou que a ameaça. Essa conquista não é outra coisa senão separar a política (de onde pode vir a liberdade) e a religião (onde a crença se combina com formas mais ou menos rígidas de submissão). Para Rousseau, isso é autonomizar a política chamando pela decisão livre do povo de fazer as leis. Entretanto, essa autonomização não opera de forma alguma como um distanciamento radical da religião, como se a política pudesse se organizar sem ela, como se a religião pudesse não ter nenhuma consequência política. Ao contrário, podemos mesmo dizer que, se a constituição de um corpo político onde o povo é soberano exige certo afastamento do religioso, o religioso, por sua vez, parece ser necessário para a conservação do “*corpus político*”. É notadamente por esse fim que Rousseau, no último capítulo do *Contrato social*, pensa na possibilidade de de uma religião civil.

**IHU On-Line – Para Rousseau, como poderíamos pensar a questão da religião civil e suas múltiplas manifestações dentro dos Estados con-**

**temporâneos, como, por exemplo, os Estados Unidos?**

**Florent Guénard** – É verdade que nos Estados Unidos, nós podemos considerar, de acordo com Robert N. Bellah, que existe uma religião civil, já que esperamos de uma pessoa pública que ela professe uma espécie de fé pública. Nós teremos também, nesse Estado, uma passagem da lei confessional para um credo político. Dentro dessa perspectiva, podemos, com efeito, pensar que tal exercício civil da religião está próximo do que Rousseau teorizou no último capítulo do *Contrato social*. Entretanto, é preciso compreender bem a intenção de Rousseau nesse capítulo. Ele parte de uma análise política das religiões históricas. Ora, desta análise ele vai concluir que as religiões pagãs servem para ligar as pessoas às instituições de seu país, já que todas as religiões eram particulares, próprias de um determinado povo. Porém, elas tinham por efeito alimentar o fanatismo e a intolerância; elas eram também, segundo Rousseau, fundadas largamente sobre a superstição. A religião cristã, concebida como direito divino natural, ou como um teísmo verdadeiro, não é aquela do cidadão, como são as religiões pagãs, mas aquela do homem. Ela é universal, não vinculada a um único país, mas a serviço, segundo Rousseau, dos puros deveres da moral.

Entretanto, ela apresenta um defeito político maior. Ela não vincula os indivíduos às instituições de Estado e ela não contribui a fazer cidadãos. Mais ainda, ela os tira do espírito social em direção aquilo que Rousseau chama de “as coisas do céu”. É preciso compreender a invenção da religião civil através dessa dupla crítica das religiões pagãs e da religião cristã, considerando que as primeiras pertencem ao passado, e que a segunda é a religião moderna.

#### **Reconciliação entre política e religião**

Dentro dessa perspectiva, a religião civil apresenta uma dupla vantagem para Rousseau; de uma parte, ela permite descartar as religiões históricas, e em particular o cristianismo, que não constrói bons cidadãos; de outra parte, ela permite vincular um povo às suas instituições. E ela faz ambas as coisas evitando a

superstição das antigas religiões (pois ela não impõe nenhum cerimonial) e usando, como vantagem política, o desinteresse do cristão: a vida após a morte auxilia no sacrifício pelas leis, pois essas são santificadas. Para a religião civil, nós alcançamos assim a reconciliação entre a política e a religião de forma mais completa. Uma serve de instrumento para a outra sem contradições na busca de autonomia, que é o objetivo da política. Ela a serve, dando ao soberano uma relativa garantia que os deveres serão cumpridos por todos. O engajamento é solene em público e cada um afirmando religiosamente o seu amor pelas leis, todos serão mais propensos a fazer o mesmo.

**IHU On-Line – “Maquiavel, fingindo dar lições aos príncipes, deu grandes lições ao povo”, disse Rousseau sobre Maquiavel. Como podemos compreender o diálogo entre Rousseau e os pensadores que lhe permitiram construir os seus conceitos políticos?**

**Florent Guénard** – Rousseau leu bastante os filósofos, como ele mesmo apontou em sua obra: os antigos e também os modernos, e não parou, uma vez que entrou na carreira das letras, de ler e fazer trocas com a filosofia de seu tempo. Rousseau teve também uma consciência histórica sobre aquilo que escreveu, sabendo muito bem da ruptura que introduziu no pensamento político. Quando ele retoma um ou outro desses conceitos é geralmente para modificar o seu uso corrente. Assim, se nós podemos legitimamente vê-lo como um pensador republicano, que defende como Maquiavel o fazia antes dele, a liberdade política, é preciso igualmente ver de que maneira ele modifica essa tradição de pensamento ligando-a com as teorias da soberania (Bodin<sup>11</sup>, Hobbes). Da mesma forma, se ele se inspira em Montesquieu, na qual ele não cessa de celebrar o gênio, é imediata-

11 Jean Bodin (1530-1596): jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. É considerado por muitos o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania. Baseou-se nesta mesma teoria para afirmar a legitimação do poder do homem sobre a mulher e da monarquia sobre a gerontocracia. (Nota da IHU On-Line)

“Rousseau, um pensador contratualista, se dispõe a mostrar que a realeza não possui um fundamento divino, mas que ela é de origem humana. Em matéria de poder político, os deuses não têm palavra”

mente para dizer que a obra deste é inconclusa, que se contentou em estudar as legislações positivas, enquanto que seria preciso anexar a esse estudo uma compreensão do direito político. De maneira geral, é com os pensadores do jusnaturalismo moderno que o diálogo se fez mais constante. Rousseau teve marcadamente a consciência das insuficiências desse paradigma que estrutura o pensamento político desde o início do século XVII. Todos os seus conceitos maiores (soberania, contrato, povo, governo, associação, etc.) são forjados no sentido de ultrapassar os impasses teóricos que limitaram os pensadores jusnaturalistas. Mas não se trata a seus olhos de uma simples querela de filósofos. Ele acha que todos esses pensadores tendem a legitimar a ordem estabelecida e, por assim dizer, a desigualdade política. Para Rousseau, o discurso filosófico não é sem efeito em relação à organização das relações sociais. Ele legitima a dominação, enquanto ele se preocupa em mostrar que ela é ilegítima e que a sua reversão procede da justa compreensão do direito natural dos povos.

**IHU On-Line – Em que sentido a concepção apriorística de Rousseau da bondade humana, que foi corrompida pela vida em sociedade, constitui o ponto de partida de seu sistema de pensamento político?**

**Florent Guénard** – Rousseau sublinha muito bem que o primeiro princípio de seu sistema de pensamento, sobre o qual ele jamais modificou, é a bondade natural do homem. Mas nós não podemos dizer de tal princípio que ele é *a priori*, ao contrário, ele explica aos seus oponentes (notadamente ao arcebispo de Paris, Beaumont, que fez uma condenação de *Emílio*) que esse princípio é mais correto do que o seu oposto, aquele que preconiza o mal e o pecado original e que a Igreja transformou em dogmas. Esses dogmas não explicam a maldade, ou mais ainda, como observa Rousseau, eles se contentam em dizer que o homem é hoje mau porque ele assim o era em sua origem. A explicação é, portanto, estritamente tautológica. Ora, Rousseau não se contenta com tal explicação; ele faz a genealogia da maldade, mostrando como essa vem ao homem através das paixões do amor-próprio. A esta genealogia, Rousseau junta verificações empíricas oriundas da ciência de seu tempo (a história natural) ou descrições da vida selvagem. E também, em *Emílio*, a partir da observação da criança, que o princípio de bondade natural é plenamente validado. Esse princípio é o fundamento filosófico do sistema que é, por sua vez, **metafísico**<sup>12</sup>: a bondade natural do homem participa da bondade natural do mundo. O “todo”, aos olhos de Rousseau, é perfeitamente ordenado. Não existe o “mal absoluto”, mas somente certos “maus particulares” que são devidos ao fato que nós somos mal governados. É igualmente um fundamento **moral**<sup>13</sup>: ele autoriza uma moral dos sentimentos, da consciência, pois nossas tendências são retilíneas. Enfim, um fundamento **político**<sup>14</sup>: se nós somos maus, é porque as nossas instituições não são adequadas, e cabe a nós reformá-las a fim de conquistar a nossa liberdade.

12 Grifo do autor. (Nota do tradutor)

13 Grifo do autor. (Nota do tradutor)

14 Grifo do autor. (Nota do tradutor)

# Rousseau e o papel transformador do contrato

Para o filósofo canadense David Gauthier, Hobbes recebe mais atenção de Rousseau do que qualquer outro pensador. Hegel, Marx e Durkheim serão influenciados pelo conceito de alienação rousseauiano

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO DE LUÍS MARCOS SANDER

“Rousseau é o primeiro pensador moderno que trata o indivíduo como um ser que existe numa condição alienada e a reconhecer tanto os aspectos físicos quanto sociais/psicológicos dessa alienação. O caminho se abre para Hegel, Marx, Durkheim e muitos outros”. A análise é do filósofo canadense David Gauthier na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Ele explica que o primeiro parágrafo do capítulo 1 do *Contrato social* termina de modo “surpreendente”, onde Rousseau não pergunta como os grilhões que cerceiam a liberdade “poderão ser removidos, e sim o que pode legitimá-los. E é isso que seus escritos políticos tentam (e, deveria eu acrescentar, não conseguem) realizar”. E acrescenta: “A análise de Rousseau a respeito do que poderíamos chamar de queda do ser humano, da liberdade natural para a escravidão, é de tirar o fôlego em seu alcance e sua profundidade. Mas sua visão da redenção é uma cura que seria pior do que a doença. Sua principal relevância ou atualidade para a filosofia política

consiste em oferecer, a despeito dele mesmo, uma advertência para não seguir seu exemplo em termos políticos”. Gauthier analisa a importância de Hobbes sobre os escritos rousseauianos: “O que importa para Hobbes, portanto, são os atos de autorização que criam o soberano. O que importa para Rousseau é a substituição do que começou como liberdade natural, mas degenerou em alienação, pela liberdade civil que surge da identificação total com a Vontade Geral”. E pontua o papel transformador do contrato na existência do corpo coletivo, formulador da Vontade Geral.

David Gauthier é professor emérito de filosofia na Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos. É autor de *The Logic of Leviathan* (Oxford: Clarendon Press, 1969), *Morals by Agreement* (Oxford: Oxford University Press, 1986) e da coleção de ensaios *Moral Dealing: Contract, Ethics, and Reason* (Ithaca, Cornell University Press, 1990), bem como de *The Sentiment of Existence* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual é o lugar do conceito de liberdade na obra de Jean-Jacques Rousseau?**

**David Gauthier** – A preocupação primordial de Rousseau, em seus escritos sociais e políticos, é mostrar como a sociedade veio a privar os seres humanos de sua liberdade natural e considerar se e como a liberdade poderá ser reavida. Para Rousseau, a liberdade exige que os poderes da pessoa sejam adequados para suas necessidades, de modo que ela não dependa da vontade de outras para sua satisfação e sobrevivência, mas

unicamente de sua própria vontade. Em sua condição natural, os seres humanos tinham poucas necessidades, e seus poderes, embora limitados, eram adequados para satisfazer suas necessidades, e assim eles eram livres.

A sociedade priva seus membros dessa autossuficiência. Cada pessoa se torna dependente de outras para conseguir sua satisfação e sobrevivência. Cada uma delas, ao ser dependente da vontade de outras, deixa de ser livre. É o que diz o início do capítulo 1 do *Contrato social*: o ser humano nasce [para ser] livre, mas em toda parte

ele está agrilhado. No *Discurso sobre a origem da desigualdade*, Rousseau reconstitui a maneira como isso aconteceu, sustentando que a dependência é tanto física, resultante, em parte, da divisão do trabalho, quanto psicológica, de modo que os seres humanos, cujo primeiro sentimento é o de sua própria existência, só vem a obter esse sentimento sendo reconhecidos por outros. Assim, os seres humanos ficam alienados de si mesmos e perdem a liberdade pelo modo de funcionamento da sociedade.

## Condição alienada

Rousseau é o primeiro pensador moderno que trata o indivíduo como um ser que existe numa condição alienada e a reconhecer tanto os aspectos físicos quanto sociais/psicológicos dessa alienação. O caminho se abre para Hegel<sup>1</sup>, Marx<sup>2</sup>, Durkheim<sup>3</sup> e muitos outros.

O primeiro parágrafo do capítulo 1 do *Contrato social* termina de uma maneira que parece surpreendente. Rousseau não pergunta como os grilhões poderão ser removidos, e sim o que pode legitimá-los. E é isso que seus escritos políticos tentam (e, deveria eu acrescentar, não conseguem)

1 **Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da **IHU On-Line**, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em <http://migre.me/zAON>. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da **IHU On-Line**, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://migre.me/zAOX>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lF>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **David Émile Durkheim** (1858-1917): conhecido como um dos fundadores da Sociologia moderna. Foi também, em 1895, o fundador do primeiro departamento de sociologia de uma universidade européia e, em 1896, o fundador de um dos primeiros jornais dedicados à ciência social, intitulado *L'Année Sociologique*. (Nota da **IHU On-Line**)

realizar. Ele desenvolve a ideia de uma sociedade da qual cada cidadão depende totalmente, mas com a qual cada um se identifica, de modo que ele obtém seu sentimento de existência do fato de ser membro do corpo coletivo. E, como membro, ele é livre – livre porque identifica sua vontade como parte da Vontade Geral, que dirige a sociedade. Incapazes de sobreviver física e psicologicamente em sua existência independente, os cidadãos constituem coletivamente um corpo que tem poder suficiente para satisfazer as necessidades.

Os grilhões não são removidos, mas fortalecidos. Porém eles não são mais símbolos de alienação. Ao vincular cada um com o todo, eles se tornaram símbolos de legitimação. Mas a legitimidade é aquela da democracia totalitária. Cada um só é livre na medida em que internaliza a Vontade Geral, pois só fazendo isso ele pode não depender de nenhuma vontade exceto de sua própria. Por conseguinte, Rousseau chega à conclusão de que a pessoa que queira resistir à Vontade Geral deve ser “forçada a ser livre” (CS 17). É sobre esse pano de fundo que passo a responder as perguntas.

### IHU On-Line – Qual é a atualidade de Rousseau para a filosofia política?

**David Gauthier** – A análise de Rousseau a respeito do que poderíamos chamar de queda do ser humano, da liberdade natural para a escravidão, é de tirar o fôlego em seu alcance e sua profundidade. Mas sua visão da redenção é uma cura que seria pior do que a doença. Sua principal relevância ou atualidade para a filosofia política consiste em oferecer, a despeito dele mesmo, uma advertência para não seguir seu exemplo em termos políticos. Jean-Jacques era conhecido como o “Cidadão”, mas o sexto passeio dos *Devaneios de um caminhante solitário* deixa muito claro o abismo que o separa das fantasias do *Contrato social*.

### IHU On-Line – Em que aspectos Hobbes<sup>4</sup> e Rousseau lançam as bases para o moderno pensamento social?

**David Gauthier** – Se o que eu disse na primeira resposta está correto, então a contribuição de Rousseau para os fundamentos da teoria social é dupla: ele introduz o tema da alienação e da perda da liberdade na sociedade moderna e nos mostra (em contradição com a concepção que tenta defender no *Contrato social*) onde NÃO deveríamos buscar uma solução.

Hobbes vê o problema para o qual as instituições sociais e políticas são a solução como a tendência dos indivíduos, quando deixados por conta de sua própria motivação natural, a interagir de formas que parecem individualmente racionais, mas são coletivamente muito custosas – a guerra de todas as pessoas contra todas. As pessoas fariam melhor em cooperar, caso consigam concordar com as condições para a cooperação e fazer com que essas condições sejam executadas, para impedir cada uma de tentar tirar proveito da cooperação de outras. Podemos concordar com os traços gerais do pensamento de Hobbes, embora encontremos mais ocasiões para a cooperação voluntária do que ele admite e, conseqüentemente, menos necessidade de um soberano absoluto como executor. O papel das instituições sociais na coordenação do comportamento cooperativo receberá maior atenção do que Hobbes lhe dá. O que está faltando na explicação de Hobbes é a ideia do governo *por parte* do povo – a ideia básica da democracia. Para Hobbes, é suficiente estabelecer o governo *do* povo e *para* ele.

4 **Thomas Hobbes** (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/bDUjAj>. (Nota da **IHU On-Line**)

Hobbes teve poucos seguidores. Sua explicação da condição humana natural foi rejeitada, mas, em minha opinião, mais por antipatia emocional do que por uma argumentação falha. Sua análise da lógica do conflito é, tanto quanto sei, sem igual até o desenvolvimento da teoria dos jogos<sup>5</sup>. Mas a maior parte do pensamento social busca seus fundamentos em outros lugares, seja para o bem ou para o mal.

### **IHU On-Line – Quais são as diferenças fundamentais entre o contratualismo de Hobbes e o de Rousseau?**

**David Gauthier** – Rousseau não é um pensador profundamente contratual. Ao escrever *Do contrato social*, ele estava empregando o marco conceitual de sua era. Rousseau atribui um papel transformador ao contrato, por fazer existir um corpo coletivo, que formula a Vontade Geral. Um contrato geralmente é concebido como um acordo que oferece benefícios mútuos às partes contratantes. Em Rousseau, as partes do contrato ou, como ele diz muitas vezes, do pacto parecem ser, por um lado, as pessoas enquanto indivíduos, que, aceitando a Vontade Geral, criam um corpo coletivo que é a outra parte do contrato e que aceita cada indivíduo como uma parte indivisível do todo coletivo. Isso significa usar a ideia do contrato de uma maneira muito nova.

<sup>5</sup> **Teoria dos jogos:** ramo da matemática aplicada que estuda situações estratégicas onde jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar seu retorno. Inicialmente desenvolvida como ferramenta para compreender comportamento econômico e depois usada pela Corporação RAND para definir estratégias nucleares, a teoria dos jogos é hoje usada em diversos campos acadêmicos. A partir de 1970 a teoria dos jogos passou a ser aplicada ao estudo do comportamento animal, incluindo evolução das espécies por seleção natural. Devido a interesse em jogos como o dilema do prisioneiro iterado, no qual interesses próprios e racionais prejudicam a todos, a teoria dos jogos vem sendo aplicada nas ciências políticas, ciências militares, ética, economia, filosofia, recentemente, no jornalismo, área que apresenta inúmeros e diversos jogos, tanto competitivos como cooperativos. Finalmente, a teoria dos jogos despertou a atenção da ciência da computação que a vem utilizando em avanços na inteligência artificial e cibernética. (Nota da IHU On-Line)

## “Incapazes de sobreviver física e psicologicamente em sua existência independente, os cidadãos constituem coletivamente um corpo que tem poder suficiente para satisfazer as necessidades”

Hobbes oferece uma explicação mais simples e direta de como o acordo produz um soberano, mas dever-se-ia observar que o passo crucial em seu argumento se encontra na autorização. Os futuros membros da sociedade concordam entre si que cada um dê a uma pessoa, ou assembleia, o direito de representá-lo ou de agir em seu nome. Cada um abre mão de seu direito natural de agir da forma que pareça melhor para si e aceita o soberano como aquele que age por todos eles, com a finalidade de que a paz e a cooperação substituam a guerra e a competição destrutiva.

O que importa para Hobbes, portanto, são os atos de autorização que criam o soberano. O que importa para Rousseau é a substituição do que começou como liberdade natural, mas degenerou em alienação, pela liberdade civil que surge da identificação total com a Vontade Geral.

### **IHU On-Line – Como se mesclam o contratualismo, a ética e a razão nas obras desses pensadores?**

**David Gauthier** – Diz Hobbes: “a razão sugere artigos convenientes da paz, com base nos quais os seres humanos poderão ser levados para um

acordo [isto é, contrato]. Esses artigos são aqueles que, de outro modo, são chamados de leis da natureza” (*Leviatã*, cap. 13). “Uma lei da natureza é um preceito ou regra geral, descoberto pela razão, pelo qual uma pessoa é proibida de fazer aquilo que destrói sua vida ou tira os meios de preservá-la, e de deixar de fazer aquilo que ela pensa que melhor poderá preservar sua vida” (*ibid.*, cap. 14). “Ora, a ciência da virtude e do vício é a filosofia moral, e, por isso, a verdadeira doutrina das leis da natureza é a verdadeira filosofia moral” (*ibid.*, cap. 15).

Diz Rousseau: “Essa transição [via contrato social] do estado da natureza para o estado civil produz uma mudança extremamente notável no ser humano substituindo o instinto pela justiça em sua conduta e dotando suas ações da moralidade de que careciam anteriormente” (CS I.8). A razão não desempenha um papel central na concepção de Rousseau.

### **IHU On-Line – Em que medida a filosofia de Rousseau é um marco decisivo para a política do nosso tempo, a fim de pensarmos e fazermos democracia?**

**David Gauthier** – Rousseau não é um democrata. Para ele, a democracia é um modo de exercer o poder executivo, e está subordinada ao poder legislativo, que expressa a Vontade Geral. Rousseau pensa que diferentes modos de poder executivo são apropriados para diferentes sociedades. Os estados pequenos e pobres são os que mais se prestam para o governo democrático. Esse não é um início promissor para “a teoria e a prática da democracia” no mundo moderno.

Eu disse que Rousseau é o a primeiro a adotar o que, seguindo Talmon e outros, chamei de democracia totalitária. Contudo, essa certamente não é a linguagem usada por Rousseau. Isso não é uma forma de governo, mas, para Rousseau, a única forma legítima que a soberania pode assumir. A Vontade Geral suplanta as vontades dos indivíduos e, em termos ideais, faz isso totalmente. Isso pode ser chamado de democracia porque a Vontade Geral vem de todo mundo e se aplica a todo ele, de maneira igual. Mas não

é democracia *liberal*, nem democracia *social*, assim como esse termo veio a ser atribuído ao moderno Estado de bem-estar que aceita o livre mercado. Isso é mais semelhante a sociedades que visam produzir o “novo homem soviético” suplantando o indivíduo burguês.

Eu hesitaria antes de acusar Rousseau de defender o totalitarismo moderno. Mas o mais semelhante a ele no mundo da Antiguidade foi Esparta, cujas instituições ele aprovava. E na sexta das *Cartas escritas da montanha* Rousseau diz que os leitores do *Contrato social* dirão que ele escreveu “a história do governo de Genebra”. Aquela oligarquia calvinista rígida não é modelo para pensadores democráticos.

#### IHU On-Line – Quais são as grandes influências intelectuais de Rousseau?

**David Gauthier** – Hobbes recebe mais atenção de Rousseau do que qualquer outro pensador. Mas as diferenças de Hobbes em relação a Rousseau são mais profundas do que Rousseau reconhece. O projeto hobbesiano consiste basicamente em mostrar a justificação da autoridade política para tornar a paz e a cooperação possíveis para seres humanos que estão naturalmente em conflito uns com os outros. O projeto de Rousseau – repetindo o aspecto principal de minha exposição – consiste em restaurar a liberdade para pessoas que são

naturalmente livres, mas perderam sua liberdade natural à medida que a sociedade se tornou crescentemente ubíqua.

Além de Hobbes, Rousseau foi – o que não causa surpresa – afetado por Maquiavel<sup>6</sup>, que, segundo ele, foi comumente mal entendido, e Montesquieu<sup>7</sup>. E, é claro, os autores clássicos, Platão<sup>8</sup> e Aristóteles<sup>9</sup>, são significativos para ele.

6 **Nicolau Maquiavel** (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. (Nota da IHU On-Line)

7 **Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu** - 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é *O espírito das leis*. (Nota da IHU On-Line)

8 **Platão** (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Idéias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* e o *Fédon*. Sobre Platão, confira e entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Prof. Dr. Marcelo Perine à edição 194 da revista *IHU On-Line*, de 04-09-2006, disponível em <http://migre.me/uNq3>. Leia, também, a edição 294 da Revista *IHU On-Line*, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em <http://migre.me/uNqj>. (Nota da IHU On-Line)

9 **Aristóteles de Estagira** (384 a. C. - 322 a. C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de to-

#### IHU On-Line – Quem são seus grandes interlocutores, seus contemporâneos?

**David Gauthier** – Diderot<sup>10</sup>, o pai da grande *Enciclopédia*, e Voltaire, defensor de déspotas esclarecidos, foram os principais rivais de Rousseau (embora Diderot tenha sido originalmente seu amigo). Rousseau acreditava que o iluminismo aumentou a alienação dos seres humanos em relação à sua verdadeira identidade, em vez de promover a liberdade. Rousseau está, é claro, ligado com Hume, mas como convidado (paranoico) e anfitrião (bem intencionado). Mas eles não estavam intelectualmente envolvidos, como Rousseau estava com Diderot e Voltaire.

dos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

10 **Denis Diderot** (1713-1784): filósofo e escritor francês. A primeira peça importante da sua carreira literária é *Lettres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao ceticismo e o materialismo ateu, o que o leva à prisão. Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772), que leva a cabo com empenho e entusiasmo apesar de alguma oposição da Igreja Católica e dos poderes estabelecidos. (Nota da IHU On-Line)

# LEIA OS CADERNOS IHU

## NO SITE DO IHU

### WWW.IHU.UNISINOS.BR

# O povo como soberano: Rousseau, um pensador democrático?

Denúncias do mau uso da razão podem levar a crer que há irracionalismo moral de Rousseau, frisa Gabrielle Radica. O pensador iluminista se inscreve na linha política “realista” de Maquiavel, Spinoza e Montesquieu

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO DE CLÁUDIO SOUZA

**P**ensador das luzes, crítico dos poderes estabelecidos e das superstições, Rousseau considera a propriedade “como a instituição mais importante da sociedade” e não prevê qualquer mecanismo redistributivo. “Desse fato, ele tolera a possibilidade que as desigualdades econômicas e sociais se desenvolvam a despeito da igualdade de direito”, assinala a filósofa francesa Gabrielle Radica em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Contudo, Rousseau chegou a ser taxado como pequeno burguês pelos marxistas, “embora alguns o considerem como um ancestral do pensamento revolucionário leninista”. De acordo com a entrevistada, há dois domínios não excludentes em sua obra: “a instauração da propriedade privada garantida pelo Estado deve prevenir os conflitos, mas o desenvolvimento excessivo das riquezas e de sua má distribuição não cessa de fazê-los renascer. O risco envolvido é que comecemos a auferir um preço aos homens como se fos-

sem mercadorias, em vez de lembrar sempre que a propriedade privada está ao serviço da subsistência do indivíduo, e não das relações de força dentro da sociedade”. E acrescenta: “Rousseau pode ser considerado como um pensador da democracia devido ao seu pensamento original e corajoso acerca do tema da soberania popular. O governo é encarregado da execução das leis, isso é correto, mas o soberano se encarrega de sua confecção e validação”.

Gabrielle Radica leciona no departamento de Filosofia da Universidade Picardie Jules Verne, na França. Suas pesquisas se centram na história da filosofia moral e política dos séculos XVII e XVIII. Sua tese intitulou-se *Les domaines de la rationalité pratique chez Rousseau*. É autora de *L'histoire de la raison. Anthropologie, morale et politique chez Rousseau* (Paris: Champion, 2008).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são os campos da racionalidade prática em Rousseau?**

**Gabrielle Radica** – As formas da racionalidade que interessam a Rousseau concernem ao mundo prático. E a verdade que ele busca esteve sempre à frente de toda a moral. Se nos determos às ocorrências do termo “razão”, encontraremos em seus tex-

tos toda uma série de condenações da razão, esta faculdade que nos desvia, que se corrompe, que serve ao amor próprio. Essas denúncias do mau uso da razão podem levar à crença de que há um irracionalismo moral de Rousseau. Na realidade, ele só condena o uso moral da razão quando a separamos dos sentimentos e das paixões e quando cremos poder fazê-la funcio-

nar sozinha. Assim, alargando o questionamento para além dos únicos textos que falam da razão como de uma faculdade, devemos mais precisamente nos outorgar, como um objeto de estudo pertinente, à razão prática em geral. Essa é constituída de todos os esforços empreendidos pelo homem, sozinho ou socializado, para ser mais prudente e eficaz, para se tornar me-

lhor ou ainda para encontrar uma regra justa. Então, serão compreendidos o domínio político (a vontade geral, longe de ser arbitrária, é racional, pois ela põe em questão todos os interesses particulares), o domínio moral (a bondade, a virtude não se concebem sem o auxílio da razão e a consciência é certamente um sentimento, mas um sentimento iluminado pelo desenvolvimento da razão, algo que podemos ler na *Profissão de fé do vigário Savoyard*), ou ainda a vida religiosa (a *Profissão de fé* propõe uma forma de religião natural, que significa uma religião que se desenvolveu graças à ajuda da razão). Em todos esses domínios, a razão não age sozinha, mas ela trabalha os interesses, ela transforma as paixões e os sentimentos naturais.

#### **IHU On-Line – Qual é o nexo entre antropologia, moral e política em Rousseau?**

**Gabrielle Radica** – A moral não saberia se pensar, de acordo com Rousseau, fora da antropologia e, mais precisamente, fora de uma teoria das paixões humanas, ou fora de um estudo sobre a maneira pela qual o homem se transforma dentro da história e nas diferentes situações locais em que ele encontra. A antropologia designa, com efeito, primeiramente aquilo que ela designa em Locke e Pufendorf, a saber, uma teoria geral do homem, de suas faculdades, de suas tendências: uma teoria da natureza humana. Mais ela vai designar doravante com Rousseau e notadamente desde o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, uma teoria sobre a maneira na qual a natureza humana se transforma em sociedade e dentro da história: uma teoria da natureza histórica do homem. O primeiro ponto de vista permite insistir sobre a permanência do amor de si e do desejo de se conservar; o segundo permite ver que uma mesma paixão natural, por exemplo, a piedade, pode dar o melhor (uma forma inconsciente de virtude dentro do estado de natureza puro) ou o pior (uma crueza voyeurística dentro dos “templos da aparência” que são os teatros, denunciados por Rousseau nas *Cartas a d’Alembert*) se ela se mistura ao desenvolvimento do amor-próprio. E é

desses dois sentidos da antropologia que depende a moral.

#### **Cidade de indivíduos**

Com efeito, a bondade e a virtude moral são indissociáveis da paixão fundamental do amor de si, assim como a piedade, e elas são ameaçadas pela corrupção do amor de si em amor próprio. Se o homem do estado de natureza é bom, é sempre a unidade do amor de si e sua ausência de nocividade que nós buscamos reencontrar dentro da educação moral de Emílio, esse “selvagem feito para habitar as cidades”, malgrado os riscos que ele corre se socializando. A política não mais pode ser dissociada da antropologia, pois é do homem “tal como ele é” que se refere Rousseau dentro do *Contrato social*. Nós não construímos nem uma cidade de demônios, nem uma cidade de anjos, mas uma cidade de indivíduos perseguindo igualmente os seus interesses. Nisso Rousseau se inscreve dentro da linha política “realista” de Maquiavel, de Spinoza<sup>1</sup> e Montesquieu.

#### **Fundamento moral da política**

Quanto às relações entre a moral e a política, elas são mais complexas. Esse dois domínios são distintos e o contrato social define uma linha de engajamento e obrigações entre os homens que serão capazes de dispensar a moralidade se detendo tão apenas no interesse decorrente de cada um. Entretanto, observa-se uma interdependência desses dois domínios: de uma parte, a moralidade, apesar de distinta da relação política e jurídica a outrem, não pode verdadeiramente se desenvolver sem um quadro civil mínimo, pois se a moralidade designa a nossa relação com o outro como tal, somente um quadro social permite o desenvolvimento de certos conhecimentos e ideias necessárias à moral (a ideia do outro, de

seu interesse, de sua felicidade e de seu sofrimento), mas, de outro lado, poderíamos nos perguntar, de acordo com Robert Derathé que é um importante comentador de Rousseau (*Rousseau e a ciência política de seu tempo*, Paris, Vrin, 1995) se o pacto social poderia ocorrer sem uma concepção moral mínima, notadamente aquela que nos exige a manutenção de certas promessas nossas. Há, portanto, uma circularidade entre a moral e a política.

Penso, entretanto, que a existência política não repousa sobre um fundamento moral, mas somente sobre o interesse particular que é suficiente para engendrar o contrato social. Mais do que uma continuidade entre os fundamentos da política e os fundamentos da moral, nós poderíamos falar de uma analogia: Rousseau desenvolveu, como também o fez Montesquieu, o tema da virtude política, ou virtude cívica, como equivalentes no território da atitude moral. Essa consiste em saber colocar o nosso interesse particular depois do interesse geral e é por esta analogia com a virtude moral que essa disposição cívica é chamada de virtude (a virtude moral consiste ultrapassar o nosso interesse individual em prol do interesse do outro, ou da ideia de justiça, de caridade, etc.).

Porém, na medida onde o interesse geral espelha na política uma expressão de nosso próprio interesse que se materializa na cidade, eu creio que não se trata, para Rousseau, de dizer que uma virtude sacrificial será necessária para que uma cidade perdue, isso não será mesmo desejável para ele. E tanto a tentativa de Derathé em dar um fundamento moral à política quanto a sua insistência sobre o individualismo de Rousseau se constituem em um ponto que não pode ser seriamente refutado. Em resumo, a moral e a política são domínios que se apoiam sobre a consideração do que é o homem. Mas esses são domínios de normatizações distintas, reenviando o primeiro às ligações intersubjetivas e o segundo bem mais às ligações do indivíduo ao todo-coletivo do estado.

**IHU On-Line – Em Contrato social, a ideia de propriedade é o que sustenta a desigualdade de direitos**

<sup>1</sup> Baruch de Spinoza (1632 - 1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna, e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 398 da revista *IHU On-Line*, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ITqFx>. (Nota da IHU On-Line)

entre os cidadãos. A discrepância econômica na sociedade, como origem dos conflitos e paradoxos sociais, pode, de certa forma, ser comparadas às concepções marxistas?

**Gabrielle Radica** – O contrato social criou primeiramente uma igualdade de direito entre os cidadãos que aboliu a desigualdade natural, como é dito no capítulo 9 do livro *do Contrato social*: “Em vez de destruir a igualdade natural, o pacto fundamental substitui, ao contrário, uma igualdade moral e legítima ao que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens e [...] podendo ser desigual em força ou em inteligência, eles se tornam todos iguais por convenção e por direito”.

Mas é verdade que Rousseau considera a propriedade como a instituição mais importante da sociedade e que ele não prevê qualquer mecanismo redistributivo. Desse fato, ele tolera a possibilidade que as desigualdades econômicas e sociais se desenvolvam a despeito da igualdade de direito. Entretanto, ele é consciente do risco que o excesso de desigualdades de posses, de riqueza ou de poder representa, para a liberdade política. Também isso está muito claro dentro do texto seguinte (*Contrato social*, 2,11): “Se se procura saber em que consiste precisamente o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, achar-se-á que se reduzem a estes dois objetos principais: a liberdade e a igualdade. A liberdade, porque toda independência particular é outra tanta força subtraída ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela. Já tive ocasião de dizer em que consiste a liberdade civil; a respeito da igualdade, não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos, mas que, quanto ao poder, esteja acima de toda violência e não se exerça jamais senão em virtude da classe e das leis; e, quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se (14): o que supõe, por parte dos grandes, moderação de bens e de crédito, e, do lado dos pequenos, moderação de avareza e ambição.”

## “De certa forma, Rousseau decepcionou os seus contemporâneos Voltaire e Diderot pelo fato de que ele não foi um combatente radical contra a Igreja”

### Rousseau, um pequeno burguês?

A igualdade social, ou mais ainda: uma desigualdade moderada, deve ser seguida pelo estado como um meio de defesa da liberdade política: com efeito, desde que alguém tenha poder ou influência suficientes para me impetrar a violência, ou que ele tenha dinheiro o suficiente para poder me comprar [como escravo, NdT], eu não posso mais considerar que eu sou um cidadão livre, logo as condições do pacto social não são mais respeitadas. Igualmente, na medida em que Rousseau combinou as considerações contratualistas formais com uma consideração real, nova e original da desigualdade social, ele foi bem mais criticado do que aplaudido pelos marxistas. Marx acusa o *Contrato social* de buscar uma solução unicamente política e não econômica para o problema social, mas Engels<sup>2</sup>, mesmo que condene o formalismo do contrato social, reconhece um lugar privilegiado para o segundo discurso

<sup>2</sup> Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o *Manifesto Comunista* e *O Capital*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

que anunciará, de acordo com este, o método do materialismo dialético.

Rousseau irá ser rotulado pelos marxistas posteriores como um “pequeno burguês”, embora alguns o considerem como um ancestral do pensamento revolucionário leninista. E preciso recordar, para evitar certos anacronismos, que Rousseau foi com certeza consciente dos danos da desigualdade social e econômica, porém ele foi bem mais um leitor pessimista de Maquiavel e Montesquieu, que refletiu sobre a deterioração indefinida das relações sociais através das oposições entre a riqueza e a pobreza, do que um antecipador de Marx ou Engels e que refletiria sobre a superação da alienação social humana através da via do conflito e da revolução.

### IHU On-Line – Qual é a relação entre a emergência do conceito de propriedade privada e a restrição da liberdade dentro da teoria do contrato social em Rousseau?

**Gabrielle Radica** – A propriedade é, por sua vez, o fundamento da liberdade civil (se eu não tenho do que me sustentar, eu não posso ser um cidadão livre, já que tenho uma dívida com aquele que me compra) e a razão pela qual devemos limitar a liberdade natural de cada um através do controle a posse de seus bens particulares. Mas, em realidade, não é questão, para Rousseau, de dizer que a liberdade seja realmente restringida, já que os futuros associados que preparam o contrato social buscam “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum à pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um unindo-se a todos não obedeça, portanto senão a si próprio e permaneça tão livre quanto dantes”. Este é o problema fundamental ao qual o contrato social remete a uma solução (eu cito *Contrato social*, 1,6). Cada um permanece tão livre quanto antes porque a liberdade natural é restringida, mas ela instaura uma nova liberdade, a liberdade civil. Vejamos o capítulo 8 do livro *do Contrato social*: “Reduzamos todo este balanço a termos fáceis de comparar. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade

natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano em suas compensações, é necessário distinguir a liberdade natural, limitada pelas forças do indivíduo, da liberdade civil que é limitada pela liberdade geral, e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode ser baseada num título positivo”.

### Garantia de propriedade

Cada um sabe, dentro de um estado civil, que o fato de reduzir a sua própria liberdade de atentar contra a propriedade alheia contribui para que a sua propriedade seja também respeitada. Ora, ver a sua propriedade garantida, sob a condição de que ela seja suficiente para garantir a sua subsistência, é ver as condições de sua liberdade igualmente garantidas. Não é mais uma liberdade que permite tudo fazer contra o outro, mas uma liberdade que consiste em estar protegido de possíveis ataques desse outro.

### IHU On-Line – Quais são as consequências da emergência da vida comunitária quando do surgimento do conceito de propriedade privada?

**Gabrielle Radica** – A propriedade privada é sempre pensada por Rousseau com um conceito jurídico (um título positivo que não existia no estado de natureza e que somente o Estado é finalmente capaz de garantir), que engaja a relação do indivíduo com o Estado e lhe protege dos outros. É como uma realidade social que engaja, sobretudo, relações intersubjetivas de vontades, distinções, reconhecimentos, rivalidades e de exploração. Ou, por outro lado, também nos torna felizes e autossuficientes (como dentro do núcleo familiar de Clarens em *A nova Heloísa*). Contrariamente à Locke, que se interessou tão somente pelo primeiro aspecto sem querer prever o que as riquezas e as desigualdades excessivas poderiam causar de dano aos meios sociais, Rousseau sempre considerou a existência social da propriedade. Esse dois domínios não são excludentes em sua obra: a instauração da propriedade privada garantida pelo Estado deve prevenir

“Penso, entretanto, que a existência política não repousa sobre um fundamento moral, mas somente sobre o interesse particular que é suficiente para engendrar o contrato social”

os conflitos, mas o desenvolvimento excessivo das riquezas e de sua má distribuição não cessa de fazê-los renascer. O risco envolvido é que comecemos a auferir um preço aos homens como se fossem mercadorias, em vez de lembrar sempre que a propriedade privada está ao serviço da subsistência do indivíduo, e não das relações de força dentro da sociedade.

### IHU On-Line – Como essas ideias são consideradas dentro do quadro jurídico atual?

**Gabrielle Radica** – O direito à propriedade tardou a ser integrado entre os demais direitos do homem (dignidade, liberdade, etc.). Não é somente em nível do reconhecimento jurídico da propriedade que Rousseau antecipa certas questões atuais, mas também em termos do que chamamos de políticas redistributivas. Ele exigia que cada homem tivesse um pedaço de terra para subsistir. Isso não significa que ele pensasse propriamente em um Estado-providência, mas em um Estado igualitário com o compromisso da subsistência de todos. Em sequência a isso, cada um deve trabalhar por si a fim de garantir essa subsistência. Porém, as condições econômicas mudaram.

Sabendo que aquele que procura trabalho e boa vontade nos dias de hoje nem sempre encontra isso; existem alguns sistemas de subvenção sociais como a RMI, (*Revenu Minimum d'Insertion*), na França, que impede as pessoas de caírem em uma condição de miserabilidade inaceitável e que ainda as ajuda a se manter integradas dentro de uma rede mínima de relações sociais necessárias à sua existência. Nesse sentido nós fomos bem mais além do que Rousseau pensava. Entretanto, se as intenções são de proteger os indivíduos contra uma dessocialização extrema a fim de que não percam a sua humanidade, nesse ponto podemos considerar que a inspiração para programas desse tipo é bastante roussoniana.

### IHU On-Line – Quais são as contribuições de Rousseau para a instauração da democracia?

**Gabrielle Radica** – Rousseau não é um defensor da forma governamental da democracia: quando o povo é, por sua vez, legislador e executor das leis, como era o caso na antiga Atenas. Existe um risco de confusão entre os poderes, e as advertências de Montesquieu no *Espírito das leis* (XI) não são esquecidas por Rousseau. Vejamos agora o capítulo 4 do livro 3 do *Contrato social*: “Quem faz a lei sabe melhor que ninguém como deve ser ela executada e interpretada. Parece, pois, que não se poderia ter melhor constituição que essa em que o poder executivo está unido ao legislativo; mas é justamente isso que torna esse governo sob certos aspectos insuficiente, uma vez que as coisas que deveriam ser diferenciadas não o são, e o príncipe e o soberano, sendo a mesma pessoa, não formam, por assim dizer, senão um governo sem governo. Não é conveniente que quem redija as leis as execute, nem que o corpo do povo desvie a atenção dos alvos gerais para concentrá-la nos objetos particulares. Nada é mais perigoso que a influência dos interesses privados nos negócios públicos; e o abuso das leis por parte do governo constitui um mal menor que a corrupção por parte do legislador, continuação infalível dos alvos particulares. Então, alterado o Estado em sua substância,

toda reforma se torna impossível. Um povo que jamais abusaria do governo também jamais abusaria da independência; um povo que sempre governasse bem não teria necessidade de ser governado.”

### Protagonismo do povo

Entretanto, Rousseau pode ser considerado como um pensador da democracia devido ao seu pensamento original e corajoso acerca do tema da soberania popular. O governo é encarregado da execução das leis, isso é correto, mas o soberano se encarrega de sua confecção e validação. Ora, o soberano não é outro que o povo. Quando Rousseau afirma que uma lei que o povo não tenha ratificado não é efetivamente uma lei, ele tende a dar a esse povo um poder político fundamental que ele supõe inalienável e, nesse sentido, ele pode ser considerado como um promotor da democracia. Não é, portanto, a redação das leis que cabe ao povo, mas sim a sua validação, a sua autorização e a sua aceitação: nisso o povo possui um papel-chave de legitimação do poder. Se a ele não cabe entrar nos detalhes técnicos das relações políticas, a ele cabe, sem dúvida, permanecer sempre como a preocupação primeira da política, ou seja, o sujeito político fundamental.

### IHU On-Line – Qual é a importância de Rousseau dentro do contexto filosófico do Iluminismo?

**Gabrielle Radica** – A sua importância é singular no século XVIII: como os seus contemporâneos, Montesquieu, Voltaire, Diderot, d’Alembert<sup>3</sup>, etc., Rousseau usa de sua razão e não se curva perante argumentos de autoridade. Nesse sentido, ele é um pensador das luzes, que critica os poderes estabelecidos, as superstições (ver *A profissão de fé do vigário Savoyard* e as *Cartas escritas da montanha*). Igualmente o seu lugar é singular, pois ele vai mais longe que esses autores e, por vezes, os critica. De certa forma, Rousseau decepcionou os seus contemporâneos Voltaire e Diderot pelo

“Nós não  
construímos  
nem uma cidade  
de demônios,  
nem uma cidade  
de anjos, mas  
uma cidade  
de indivíduos  
perseguindo  
igualmente  
os seus interesses.  
Nisso Rousseau  
se inscreve  
dentro da linha  
política ‘realista’  
de Maquiavel,  
de Spinoza e  
Montesquieu”

fato de que ele não foi um combatente radical contra a Igreja. Desconfortável dentro da atmosfera ateísta que reinava nos salões parisienses que ele frequentava, ele preferiu romper com os “filósofos esclarecidos” para tentar achar uma posição religiosa mais próxima de suas convicções. Voltaire lhe repreenderá amargamente no sentido de que Rousseau teria utilizado uma magnífica argumentação contra as religiões positivas para finalmente se voltar à religião cristã, que está no texto que fecha a *Profissão de fé*: “Confesso-vos também que a santidade do Evangelho é um argumento que me fala ao coração, e que lamentaria mesmo ter alguma objeção a fazer-lhe. Olha para os livros dos filósofos com toda a sua pompa; como eles são pequenos ao lado deste! É

possível que um livro tão sublime e tão simples seja obra dos homens? E que aquele, cuja história nos conta, seja apenas um homem?”

Rousseau se esforça para não tomar nenhum partido, seja o dos filósofos, da igreja ou dos antifilósofos. E se isso não o impede de vê-lo como um autor iluminista, explica por que ele teve problemas com os seus contemporâneos, que teriam preferido que ele escolhesse de forma mais acentuada o seu campo de inserção. Além disso, a posição de Rousseau é a de um pensador intransigente, que foi mais longe que Diderot ou Voltaire no domínio político e social. Se esses últimos protestam contra a ordem social e política do antigo regime e os privilégios da nobreza, é porque querem inserir outros critérios de mérito àqueles do sangue e do nascimento: é a recompensa dos talentos que eles reivindicam contra os privilégios imeritórios de sua sociedade. Ora, Rousseau sequer colocou em questão essas noções, ele disse, de forma mais simples e radical que seria a humanidade de cada um que ele desejaria colocar em valor e apresentar como um título suficiente para ser levado em consideração. Ele toma sempre o partido do povo e dos mais desfavorecidos, o partido de cada um, independente de seu talento. A sua reivindicação sobre a igualdade fundiária dos homens é o que mais certamente explica a sua incompatibilidade com Voltaire, que o chamaria de “mendigo”.

### IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum outro aspecto não questionado?

**Gabrielle Radica** – É preciso um forte empenho para descobrir todos os aspectos da obra de Rousseau e não somente os aspectos jurídicos, sociais e políticos que foram tema das perguntas apresentadas. O *Emílio* e a *Nova Heloísa*, assim como as *Confissões*, são obras muito importantes para uma compreensão mais completa do seu pensamento e que complementam igualmente a parte política e jurídica, efetuando assim uma correspondência intertextual mais enriquecedora.

<sup>3</sup> Jean le Rond d’Alembert (1717-1783): filósofo, matemático e físico francês, que participou na edição da Enciclopédia, a primeira enciclopédia publicada na Europa. (Nota da IHU On-Line)

# A desigualdade como condição artificial do homem

300 anos após seu nascimento, Rousseau continua atual em suas reflexões, sobretudo quanto à democracia e à representação, observa Maria Constança Pissarra. Para o filósofo francês, a desigualdade não é natural, mas uma invenção humana, fruto da história

POR MÁRCIA JUNGES

“Isolado, ignorante, mudo e imóvel, o homem natural ocupa o lugar que a natureza lhe assinalou limitado por suas sensações. Será preciso romper com o isolamento, desenvolver-se a comunicação, e só então o conhecimento será possível. Por natureza, o homem não possui nem razão, nem reflexão, tampouco pensamento ou linguagem”, pontua a filósofa Maria Constança Pissarra na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Fazendo a crítica da desigualdade como algo criado pela humanidade, e não de caráter originário, Rousseau “rompe com o movimento moderno defensor do progresso, ou seja, ele se opõe à confiança das Luzes no desenvolvimento da racionalidade moderna. Embora também os chamados filósofos iluministas não formassem um grupo coeso, a crença no poder emancipador da razão humana era presente em todos eles”. E completa: “para ele, a desigualdade não é natural, ela é uma invenção humana fruto da própria história”. O pensador francês nos obriga a repensar o homem

como indivíduo e se social. “Hoje, a democracia é para nós, no século XXI, o grande modelo político. No entanto, ela enfrenta contradições profundas e é aí que a contribuição de Rousseau se impõe”.

Maria Constança Pissarra é graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo e em Língua Francesa pela Universidade de Nancy, na França. cursou mestrado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP com a tese *História e ética no pensamento de Jean-Jacques Rousseau*. É pós-doutora pela Universidade de Genebra e leciona na PUC-SP, no programa de pós-graduação em Filosofia. É uma das integrantes do grupo que realizou a tradução crítica de *Cartas Escritas da Montanha* (São Paulo: Educ e Unesp, 2006). De sua produção bibliográfica, destacamos *Rousseau: a política como exercício pedagógico* (São Paulo: Editora Moderna, 2002).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como se apresentam e se relacionam história e ética em Rousseau?**

**Maria Constança Pissarra** – Diferentemente de seus contemporâneos, Rousseau não pensou a história como progresso contínuo da natureza humana. Para ele, a desigualdade não é natural; ela é uma invenção humana fruto da própria história. Uma vez que não há uma via ascendente do progresso, ao contrário, quanto mais se expande a racionalidade, mais o homem se distancia de seu estado de natureza originário e caminha para a corrupção. Daí sua concepção de história ser chamada

de negativa. Entre a rusticidade do estado de natureza e a polidez do estado de sociedade civilizado, a desigualdade se tornou a condição artificial do homem, como mostra o *Discurso sobre a origem da desigualdade* de 1755. Nele, lê-se a seguinte definição do estado de natureza: “um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente”.<sup>1</sup>

1 ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Trad. de Lourdes Machado. São Paulo: Abril Cul-

tural, 1978, p.228. (Nota da entrevistada)

E se para reconstruir esse estado Rousseau recusa o recurso à história, recorre, então, à sua construção teórica como a negação do homem civil, ao afirmar que o homem natural errava “pelas florestas, sem indústrias, sem palavra, sem domicílio, sem guerra e sem ligação, sem qualquer necessidade de seus semelhantes. Bem como sem qualquer desejo de prejudicá-los, talvez sem sequer reconhecer alguns deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía se-

tural, 1978, p.228. (Nota da entrevistada)

não os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo sua inteligência maiores progressos do que a vaidade. Se por acaso descobria qualquer coisa, era tanto mais incapaz de comunicá-la quanto nem mesmo reconhecia os próprios filhos. A arte parecia com o inventor. Então não havia nem educação, nem progresso; as gerações se multiplicavam inutilmente e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, desenrolavam-se os séculos com toda a grosseria das primeiras épocas; a espécie já era velha e o homem continuava sempre criança”.<sup>2</sup>

### Condições rudes de existência

Rousseau compara os dois estados não para fazer do estado de natureza uma condição inferior ao estado civil, mas para decompô-lo, para evidenciar o que é resultado do processo histórico de sociabilidade e, portanto, artificial e não originário. No estado de natureza o homem estava por sua conta, confrontava-se com os animais, dependia apenas de sua força para enfrentar as vicissitudes da fortuna, bem como a enfermidades naturais. As condições rudes de sua vida, tal qual a nudez e a falta de habitação, não eram um mal; o homem natural lutava apenas pela sua sobrevivência: “Em cada animal vejo somente uma máquina engenhosa a que a natureza conferiu sentidos para recompor-se por si mesma e para defender-se, até certo ponto, de tudo quanto tende a destruí-la ou estragá-la. Percebo as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de tudo fazer sozinha a natureza nas operações do animal, enquanto o homem executa as suas como agente livre”. Enquanto o animal permanecia sempre igual a si mesmo determinado por seu instinto, o homem pode mudar, pode aperfeiçoar-se “por um ato de liberdade, razão porque o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fora vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela”.<sup>3</sup>

Afirmar que o homem é livre não, isso significa fazê-lo de uma perspec-

tiva racionalista. Rousseau não afirma que o homem é abstratamente livre, dotado de um livre arbítrio absoluto. De forma oposta, apela a certa falta de instinto tão apurado quanto o dos animais, uma vez que “todo animal tem ideias, posto que tem sentidos; chega mesmo a combinar suas ideias até certo ponto e o homem, a esse respeito, só se diferencia da besta pela intensidade. Alguns filósofos chegaram mesmo a afirmar que existe maior diferença entre um homem e outro do que um certo homem e certa besta. Não é, pois, tanto o entendimento quanto a qualidade de agente livre possuída pelo homem que constitui, entre os animais, a distinção específica daquele. A natureza manda em todos os animais, e a besta obedece. O homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar ou resistir, e é sobretudo na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma, pois a física de certo modo explica o mecanismo dos sentidos e a formação das ideias, mas no poder de querer, ou antes, de escolher e no sentido desse poder só se encontram atos puramente espirituais que de modo algum serão explicados pelas leis da mecânica”.

### Instinto de sobrevivência

Exatamente porque não é prisioneiro de seu instinto, o homem pode mudar, pode modificar sua vida, e o animal não, posto que há “uma outra qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo; (...) Por que só o homem é suscetível de tornar-se imbecil? Não será porque volta, assim, ao seu estado primitivo e – enquanto a besta, que nada adquiriu e também nada tem de bom a perder, fica sempre com seu instinto – o homem, tornando a perder, pela velhice ou por outros acidentes, tudo o que sua perfectibilidade lhe fizer adquirir, volta a cair, desse modo, mais baixo do que a própria besta?”<sup>4</sup>

Isolado, ignorante, mudo e imóvel, o homem natural ocupa o lugar que a natureza lhe assinalou limitado

por suas sensações. Será preciso romper com o isolamento, desenvolver-se a comunicação, e só então o conhecimento será possível. Por natureza, o homem não possui nem razão, nem reflexão, tampouco pensamento ou linguagem. Também de forma oposta a seus contemporâneos, sem a língua, sua estrutura gramatical e seus conceitos não era possível ao homem natural pensar. O homem natural começará, portanto, “por suas funções puramente animais. Perceber e sentir serão seu primeiro estado, que terá em comum com todos os outros animais: querer e não querer, desejar e temer serão as primeiras e quase únicas operações de sua alma, até que novas circunstâncias nela determinem novos desenvolvimentos”<sup>5</sup>.

Assim, o entendimento humano deve muito às paixões e estas às nossas necessidades e seu progresso aos nossos conhecimentos. Nesse estado originário não podia haver, portanto, “qualquer espécie de relação moral ou de deveres comuns, não poderiam ser nem bons nem maus ou possuir vícios e virtudes”.<sup>6</sup> O homem natural não pode ser mau porque ele não sabe o que é ser moralmente bom, apenas luta por sua sobrevivência como todos os outros animais, valendo-se tão somente de seu instinto de sobrevivência, sem qualquer juízo valorativo de seus atos.

A distinção entre as diferenças naturais de força, de tamanho, de gênero, entre outras de um lado, e as desigualdade sociais de riqueza, de consideração, de poder, de outro, resultantes da história, deixa claro que a desigualdade não é natural, que ela é consequência da existência social dos homens.

### IHU On-Line – Qual é a importância do pensamento desse filósofo em relação aos outros iluministas?

**Maria Constança Pissarra** – Embora seja difícil classificá-lo, Rousseau também foi um homem de seu tempo. Mas isso não significa afirmar que havia entre eles certa homogeneidade. Pelo contrário. A diferença entre ele e seus contemporâneos já está apontada na questão anterior: ao fazer a crítica da desigualdade, ele rompe com o movimento moderno defensor do progresso, ou seja, ele se opõe à confian-

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p. 244. (Nota da entrevistada)

<sup>6</sup> Idem, ibidem, p. 251. (Nota da entrevistada)

<sup>2</sup> Idem, ibidem, p. 256-257. (Nota da entrevistada)

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p. 242-243. (Nota da entrevistada)

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 243. (Nota da entrevistada)

ça das Luzes no desenvolvimento da racionalidade moderna. Embora também os chamados filósofos iluministas não formassem um grupo coeso, a crença no poder emancipador da razão humana era presente em todos eles. Para o século XVIII, o longo período medieval equivalia às trevas da escuridão e estas só poderiam ser superadas pela força emancipadora da razão humana. Para eles, o medievo era sinônimo da ignorância e da superstição que limitara não só o desenvolvimento espiritual do homem, mas também sua condição social, econômica e cultural. Só as “luzes” combateriam as “trevas” levando os homens ao esclarecimento decorrente da ciência e, conseqüentemente, a uma vida mais feliz. Quanto mais a humanidade se desenvolvesse por meio da investigação científica, mais ela alcançaria um alto grau de progresso material e moral.

Para muitos autores, ao opor-se a essa visão positiva da história da humanidade, Rousseau defenderia uma concepção negativa da história humana, ao propor uma volta ao estado de natureza onde havia uma bondade natural. Ora, o que Rousseau propõe não é uma volta no tempo para um momento idílico que precisa ser recuperado, mas um questionamento do processo civilizatório, pois “o homem nasce livre e por toda parte se encontra sob grilhões”.<sup>7</sup>

**IHU On-Line – Quais são as maiores contribuições de Rousseau para a filosofia política? Em que consiste sua principal atualidade?**

**Maria Constança Pissarra –** Rousseau nos obriga a repensar o homem, seja como indivíduo, seja como ser social. A democracia é para nós, no século XXI, o grande modelo político. No entanto, ela enfrenta contradições profundas e é aí que a contribuição de Rousseau se impõe. Nós continuamos a nos colocar as questões que ele se fez, tais como: qual o melhor modelo de sociedade? A natureza nos fez bons ou maus? A democracia é o melhor regime? O pensamento político de Rousseau, morto há 300 anos, mantém uma atualidade surpreendente, sobretudo no que diz respeito à democracia e à representação, hoje,

7 Idem. *Discurso sobre a economia política e Do contrato social*. Trad. de Maria Constança Peres Pissarra. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70. (Nota da entrevistada)

tão longe da reconciliação entre o cidadão e a sociedade civil. A leitura de seus textos se faz necessária – não para aceitá-lo e repeti-lo – mas para alimentar nossa reflexão de cidadãos que ainda se confrontam com as contradições da igualdade, nem sempre condição fundamental da liberdade.

**IHU On-Line – Como podemos compreender a noção de soberania desse pensador?**

**Maria Constança Pissarra –** Para Rousseau a soberania é inalienável; ela não se representa, ou seja, quando se passa a alguém o direito de pensar por si mesmo, deixa-se de ser homem, afirma o pensador. Assim, apenas o corpo político resultante do pacto social que liga os homens, que antes estavam isolados no estado de natureza, pode ser chamado de soberano. Portanto, o soberano não é um homem, como para Hobbes, mas é a própria sociedade enquanto detentora da força comum resultante da força de cada um que dela participa, pois “cada um põe em comum sua pessoa e todo seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e enquanto corpo, recebe-se cada membro como parte indivisível do todo”.<sup>8</sup> Esse corpo político que une os homens, antes isolados e independentes, se chama Estado quando passivo e Soberano quando ativo. Desse modo, soberania e soberano são os atributos do homem em sociedade após o estabelecimento dela pelo pacto social, que lhe permite agir como cidadão, ou seja, só o povo é soberano quando considerado coletivamente. No primeiro capítulo do segundo livro do *Contrato social*, Rousseau afirma que “nada mais sendo a soberania que o exercício da vontade geral, não pode alienar-se, e que o soberano, que é apenas um ser coletivo, só pode ser representado por ele mesmo: o poder pode muito bem ser transmitido, mas não a vontade”. Pela mesma razão ela é indivisível, “uma vez que a vontade ou é geral, ou não, ou é aquela do corpo do povo ou somente a de uma parte”.<sup>9</sup>

**IHU On-Line – A partir de suas ideias, em que medida a política é um exercício pedagógico?**

8 Idem, ibidem, p. 79. (Nota da entrevistada)

9 Idem, ibidem, p. 87-88. (Nota da entrevistada)

**Maria Constança Pissarra –** Se, para Rousseau, a representação é sinônimo de escravidão e não de soberania, pois põe em risco qualquer possibilidade de superação da desigualdade, é preciso outra forma de integrar os homens em uma sociedade política. Trata-se da participação como a única possibilidade de emergência da vontade geral, a única a visar o bem em oposição à vontade da maioria, sempre subordinada à força dominante e não à força da sociedade como um todo. Essa contínua participação por parte do corpo político exige um exercício constante, um processo de aprendizado e uma vigilância para evitar que alguma ação do governo venha a privilegiar o interesse particular, levando o corpo político à morte.

**IHU On-Line – Quais foram os maiores desafios e descobertas que se apresentaram na tradução crítica das *Cartas escritas da montanha*?**

**Maria Constança Pissarra –** A tradução das *Cartas escritas da montanha* foi desafiadora em primeiro lugar, pelo tamanho do texto, e em segundo, por ser a primeira tradução em língua portuguesa. Ao mesmo tempo, foi um estudo cuidadoso e um trabalho muito gratificante. Durante três anos e meio, nos reunimos em minha casa, em vez por semana, a professora Maria das Graças de Souza<sup>10</sup>, um orientando dela, dois orientandos meus e eu. Isso possibilitou que o trabalho de tradução fosse igualmente um seminário extremamente proveitoso. Do ponto de vista do conteúdo, a principal dificuldade foi a compreensão dos conceitos relativos à sociedade e à política genebrina bem como de suas instituições, bem anteriores na sua origem ao século XVIII. A maneira de contornar essa dificuldade foi uma pesquisa por mim realizada na Universidade de Genebra e que resultou no texto de apresentação da tradução da obra.

10 **Maria das Graças de Souza:** filósofa brasileira, docente na Universidade de São Paulo - USP. Graduada, mestre, doutora e pós-doutora em Filosofia pela USP com a tese *Natureza e ilustração: sobre o materialismo de Diderot* é autora de, entre outros, *Ilustração e História sobre a história do iluminismo francês: O pensamento sobre a história no Iluminismo francês* (São Paulo: Discurso Editorial/FA-PESP, 2001). (Nota da IHU On-Line)

# O Emílio e o homem “condenado” a viver em sociedade

Síntese do pensamento rousseauiano, a obra *Emílio* foi condenada pelo arcebispo de Paris e serviu como uma faísca para a liberdade e explosão de movimentos revolucionários, destaca Wilson Alves de Paiva. Homem corrompido pode ser redimido por uma ação político-pedagógica que supere o conflito entre o sujeito civil e o natural

POR MÁRCIA JUNGES

Publicado pela primeira vez em 1762, o *Emílio* é considerado uma obra fundadora da educação e da pedagogia modernas, verdadeiro divisor de águas entre a velha e a nova escola. “Suas reflexões influenciaram várias gerações de educadores em todo o mundo”, acentua Wilson Alves de Paiva, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Claramente uma abertura ao universal, o *Emílio* não pode ser confundido e ignorado como um tosco ensaio literário do início do movimento romântico ou um mero devaneio filosófico. Mas deve ser encarado como a mais apaixonada proposta de dar respostas aos anseios de sua época que, são também os mesmos anseios que temos na atualidade”, acrescenta. Nesse tratado, Rousseau expõe que o homem nasce bom, mas é corrompido pelas “condições sociais deterioradas” e pode ser salvo por “uma ação político-pedagógica que desenvolva nele as virtudes necessárias para o convívio com seus semelhantes sem, contudo, corromper sua alma”. E frisa: “Desde

a discussão sobre as origens das desigualdades sociais até a elaboração de uma ‘vontade geral’, o pensamento político de Rousseau tem em vistas que o homem está condenado a viver em sociedade”.

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão, Wilson Alves de Paiva é mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás – UFG com a dissertação *O Emílio e a formação do cidadão do mundo moderno* (Trindade/Go: CEODO, 2007). Curvou doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Paulo – USP com a tese *Da reconfiguração do homem: um estudo da ação político-pedagógica na formação do homem em Jean-Jacques Rousseau*. Leciona na Faculdade União de Goyazes, em Goiás, e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, no programa de Pós-Graduação.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual é a importância da obra *Emílio* no conjunto da filosofia de Rousseau?**

**Wilson Alves de Paiva** – O próprio Rousseau afirma, em suas *Confissões*, que o *Emílio* foi a melhor e a mais importante de suas obras. Afirmção com a qual estou de pleno acordo, uma vez que ela amplia o que está rascunhado em seus primeiros escritos sobre a educação (Projeto para educação do Senhor de Sainte-Marie); e sintetiza as ideias que desenvolve separadamente

no *Contrato social*, na *Nova Heloísa*, nas *Cartas da Montanha*, entre outras obras. Portanto, esse “mosaico de ideias”, como costume dizer, é repleto de máximas não apenas sobre educação, mas sobre infância, conhecimento, virtudes morais, paternidade, didática, espiritualidade, política e ética. Seu tratado pode ser visto nessa perspectiva como a síntese de seu pensamento, de sua filosofia: a de que o homem nasce bom, é corrompido pelas condições sociais deterioradas, mas

que pode ser “salvo” por uma ação político-pedagógica que desenvolva nele as virtudes necessárias para o convívio com seus semelhantes sem, contudo, corromper sua alma. Por isso que Yves Vargas, um dos intérpretes do *Emílio* da atualidade, afirma no livro *Introdução a l’Emile de Rousseau* que a obra é um tratado de “política natural”, e não apenas de educação. Veja que o *Contrato social* – fonte de inspiração dos revolucionários franceses – está resumido no *Emílio* como uma das lições

do preceptor ao seu aluno. E, por fim, como um bom filósofo da educação, suas reflexões inauguram uma nova visão sobre a infância e permite pensar outra realidade para a criança nos ambientes educativos como um todo.

### IHU On-Line – Qual é a atualidade dessa obra e sua influência em outros ramos do saber como a educação?

**Wilson Alves de Paiva** – Embora tenha sido publicado pela primeira vez em 1762, o *Emílio* goza hoje o status da obra fundadora da educação e da pedagogia modernas. Como “divisor de águas” entre a velha e a nova escola, suas reflexões influenciaram várias gerações de educadores em todo o mundo. Vamos encontrar as ideias rousseauianas na Escola Moderna, do educador espanhol Francisco Ferrer<sup>1</sup>; na Escola Ativa e no movimento da Escola Nova. Da mesma forma, podemos afirmar que Célestin Freinet<sup>2</sup>, Maria Montessori<sup>3</sup>, Ovide Decroly<sup>4</sup>, Edouard Claparède<sup>5</sup>, Piaget<sup>6</sup> e até Paulo Freire<sup>7</sup>

foram substancialmente influenciados pelo *Emílio* e pela filosofia de Rousseau. Tudo isso porque a obra passou a ser um manifesto do novo pensamento pedagógico que se desenvolveu a partir do século XVIII e XIX. Mesmo condenada à fogueira pelo arcebispo de Paris, assim que foi publicado, o *Emílio* se tornou logo um libreto da liberdade e uma faísca para a explosão dos movimentos revolucionários. Claramente uma abertura ao universal, o *Emílio* não pode ser confundido e ignorado como um tosco ensaio literário do início do movimento romântico ou um mero devaneio filosófico. Mas deve ser encarado como a mais apaixonada proposta de dar respostas aos anseios de sua época que são também os mesmos anseios que temos na atualidade.

### IHU On-Line – Quais são as principais ideias desse livro?

**Wilson Alves de Paiva** – Contidas no primeiro capítulo da segunda parte de meu livro *O Emílio de Rousseau e a formação do cidadão do mundo moderno*, assim como no artigo recém-publicado pela Revista Portuguesa de Educação, da Universidade de Coimbra, as principais ideias podem ser resumidas da seguinte forma: seu tratado de educação, ou como prefere chamar (no prefácio), seus “devaneios de um visionário sobre a educação”, resulta de 20 anos de meditação e três anos de trabalho intenso, tendo sido compilado em cinco livros cheios de reflexões, máximas, diálogos, passeios, catecismo, jogos, brincadeiras, confissões, conselhos, tudo isso num grande romance que conta a história da educação de um órfão, entregue ao preceptor Jean-Jacques, até seu matrimônio. Resumindo, o Livro I delinea a primeira etapa da formação humana falando dos dois primeiros anos de vida da criança e dos cuidados que as mães devem ter para o bom desenvolvimento físico e mental. Chamada

de idade da natureza, esse período procura desenvolver os sentidos por meio de uma gradual adaptação da criança (*infans*) com todas as coisas que a cercam. Enfim, o primeiro livro traça em poucas linhas os principais elementos da filosofia educacional de Rousseau e os fundamentos da educação moderna. Isso porque desconstrói o conceito do “pequeno adulto” aceito até então e introduz o conceito de infância; fala da importância da afetividade; comenta sobre as sensações como primeiro material do conhecimento, negando o inatismo; e outras questões que fazem parte das discussões da atualidade, tal como a reciprocidade no ato educativo.

### Etapas do desenvolvimento

No Livro II, segunda etapa da idade da natureza, temos a formação da criança (*puer*) dos dois aos doze anos na qual ela desenvolve a linguagem e todos os sentidos, como a visão, a audição, etc. Contra a concepção da maldade original do homem, Rousseau brinda o segundo livro com uma de suas maiores máximas: “Ponhamos como máxima incontestável que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos: não existe perversidade original no coração humano.”

O Livro III trata da educação de doze a quinze anos. Nesse período o ser humano deixa a idade da natureza e engendra o que o autor chama de idade da força, pois se desenvolvem nessa faixa etária tanto as forças físicas quanto as intelectuais e as morais. Todo ato educativo deve ser desenvolvido através de experiências concretas, contextualizadas e práticas, e não através de discursos e reflexões abstratas.

O Livro IV trata da educação do estágio que vai dos quinze aos vinte anos. Chamado de idade da razão e das paixões, o período é bastante fértil quanto à formação moral e espiritual do indivíduo. É, por assim dizer, a época de maior expansão de sua sensibilidade (física e moral). Nele há o belo texto intitulado “Profissão de fé do vigário saboiano”, o qual traz fortes influências do calvinismo, misturadas a ideias católicas e ao substrato de suas próprias ideias a cerca da Natureza e de Deus.

E, por fim, o Livro V trata da idade que vai dos vinte aos vinte e cinco anos, denominada de idade da sabedoria e do matrimônio, e trata do

1 **Francisco Ferrer Guardia** (1859-1909): pensador anarquista catalão, criador da Escola Moderna (1901), um projeto prático de pedagogia libertária. (Nota da IHU On-Line)

2 **Celestin Freinet** (1896-1966): pedagogo anarquista francês, uma importante referência da pedagogia de sua época, cujas propostas continuam tendo grande ressonância na educação dos dias atuais. (Nota da IHU On-Line)

3 **Maria Montessori** (1870-1952): educadora italiana, médica e feminista. Foi responsável pela criação do método Montessori de aprendizagem. (Nota da IHU On-Line)

4 **Jean-Ovide Decroly** (1871-1932): médico, professor e psicólogo belga. (Nota da IHU On-Line)

5 **Édouard Claparède** (1873-1940): médico, pedagogo e psicólogo infantil suíço. (Nota da IHU On-Line)

6 **Jean Piaget** (1896-1980): psicólogo, epistemólogo e educador suíço, professor de psicologia na Universidade de Genebra de 1929 a 1954, conhecido principalmente por organizar o desenvolvimento cognitivo em uma série de estágios. Escreveu inúmeras obras, das quais citamos *Tratado de Psicologia Experimental: A inteligência* (Rio de Janeiro: Forense, v. 7, 1969) e *A Construção do Real na Criança* (Rio de Janeiro: Zahar, 1970). (Nota da IHU On-Line)

7 **Paulo Freire** (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário

de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No *II Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223 da revista *IHU On-Line*, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogo da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

enlace matrimonial de Emílio e Sofia. Para que isso aconteça, Rousseau descreve como o preceptor e seu discípulo empreendem uma viagem pela região até serem hospedados numa casa de camponeses onde conhecem uma jovem de quinze anos pela qual Emílio se apaixona e com a qual se casa.

**IHU On-Line – Como podemos compreender as teses dessa obra que fala sobre educação de crianças se em sua vida pessoal Rousseau enviou ao orfanato seus cinco filhos?**

**Wilson Alves de Paiva** – Penso que o que conta é a obra de um autor, seu pensamento e a importância de suas reflexões para pensarmos nossa realidade. Se a vida pessoal contasse, deixaríamos de considerar a produção de diversos autores, ora por um fato ou outro em sua vida pessoal. O fato de Heidegger<sup>8</sup> ter sido simpatizante do nazismo, de Marx ter engravidado a empregada e não ter assumido a paternidade, só para citar dois exemplos, não desmerece a produção teórica deles. E, em contexto diferente do nosso, o ato de Rousseau não era assim tão condenado em sua época como é agora. Mesmo sendo uma prática comum naquele tempo, a decisão de Rousseau

não teve a aprovação de sua esposa e foi bastante criticada por Voltaire e outras pessoas de sua convivência. Aliás, ele se arrependeu e passou o resto da vida tentando justificar sua ação.

**IHU On-Line – Em que sentido Emílio oferece perspectivas para a formação do cidadão no mundo moderno?**

**Wilson Alves de Paiva** – Rousseau defende a ação política de formar um homem diferente e capaz de reconstruir a sociedade por meio de um contrato social no qual o povo seja soberano. Portanto, defende a reformulação total da sociedade por meio de um contrato legítimo que funde o verdadeiro Estado de direito com base na soberania popular. Se a sociedade corrompe o ser humano, é preciso então uma ação pedagógica que busque aperfeiçoar e desenvolver um tipo específico de cidadão que supere o conflito entre o homem natural e o homem civil e venha a ser o homem natural que vivencia em sociedade, isto é, um elemento político necessário a qualquer associação civil que tenha em vistas a promoção da liberdade, da democracia e, ao mesmo tempo, da natureza humana. Em minha interpretação, é esse o “homem total”, composto de todos os ingredientes necessários ao seu desenvolvimento pleno como homem universal e cidadão consciente. Algumas das características marcantes do mundo moderno, como a liberdade, o individualismo, o cosmopolitismo e o contratualismo, estão presentes nas lições que o preceptor desenvolve com seu aluno. O “Episódio das Favas”, por exemplo, é uma lição extremamente rica para entendermos as questões morais, entre outras que o mundo moderno reclama.

**IHU On-Line – Quais são suas conclusões no estudo da ação político-pedagógica na formação do homem em Rousseau?**

**Wilson Alves de Paiva** – Tendo em vista a indissociabilidade da teoria moral com a teoria política, é fundamental entender que na teoria formacional rousseauiana está implícito um projeto de desenvolvimento de um novo homem e de uma nova sociedade política. É a conclusão a que chego em minha tese, a de que a “reconfiguração” humana se resume

em tomar o homem em sua realidade concreta e fazer dele o homem autêntico, isto é, aquele que se realiza plenamente apenas em sociedade, embora formado para si mesmo, fruto de uma “educação doméstica” pela qual aprende a ser homem antes de qualquer outra coisa. Porém, em todos os sentidos, o *Emílio* está sendo preparado para as obrigações sociais e para o cumprimento do dever. E isso não significa que essa preparação o conduza necessariamente ao pacto social, mas a uma condição futura de autonomia, liberdade, sabedoria e conhecimento suficientes para viver plenamente sua vida pessoal, como homem, ou uma vida pública, como um dedicado cidadão de alguma comunidade qualquer. Dessa forma, a ação político-pedagógica consiste em superar o conflito adaptando o homem à sociedade sem deteriorar sua dimensão natural. Compete, portanto, à cultura e à política a remissão do homem e o conserto da sociedade. No projeto rousseauiano, podemos vislumbrar dois planos de ação: a político-social, encampada na mudança da forma de associação através do contrato social; e a individual, na recriação do homem natural por meio da educação.

**IHU On-Line – Como se dá a passagem do homem natural ao homem civil e como a educação se converte em artifício da liberdade?**

**Wilson Alves de Paiva** – Bem discutida no *Discurso sobre as ciências e as artes* – obra que lhe rendeu o prêmio da Academia de Dijon – e, sobretudo, no *Segundo discurso*, essa passagem é traumática, pois o homem se encontrava num estado de total liberdade, suprimindo apenas as necessidades básicas e desobrigado dos ditames da razão. Porém, com o surgimento de novas necessidades o homem renunciou a sua liberdade natural e colocou em marcha o desenvolvimento de suas habilidades, de sua arte, da forma de pensar e agir sobre o mundo, afastando-se cada vez mais das condições que a natureza lhe deu. Acontece que esse desenvolvimento não significou o aprimoramento dos costumes nem o progresso do espírito. Pelo contrário, as ciências e as artes passaram a ser instrumentos de luxo e ostentação. Pior do que isso, passaram a ser, nas palavras de Rous-

8 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNtv>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU Em Formação* intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista *IHU On-Line*, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do *Ciclo de Estudos Filosofias da diferença* - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

seu, como “guirlandas de flores” a maquiagem os grilhões da escravidão e da desigualdade que se seguiram. Na cisão entre ser e parecer, o que passou a valer foi a ostentação, principalmente da superioridade em todos os sentidos. Bom, não cheguei ainda a conclusões bem elaboradas quanto à educação como artifício da liberdade, que é a pesquisa que desenvolvo com meus orientandos da graduação e do mestrado da PUC Goiás. Mas é possível antecipar algumas colocações: se o grande problema da passagem for a perda da liberdade e a degradação moral, nenhuma ação educativa será propriamente educativa se não tiver em vista a formação moral e a promoção da liberdade. Como vivemos no estado civil e não há como retroceder, a ação de “reconfigurar” o processo é agir pedagogicamente, educando a sociedade na perspectiva da liberdade civil e de uma sociedade legítima. A liberdade que Rousseau concebe é a liberdade civil, que deve ser garantida pelo desenvolvimento da virtude dentro de um plano amplo de formação social do indivíduo.

**IHU On-Line – A partir dessa passagem para o homem civil, como se delineia a ética na filosofia rousseauiana?**

**Wilson Alves de Paiva** – Em diversos aspectos o livro *Emílio* pode ser visto também como um tratado de ética. Ao longo de sua formação, o menino recebe lições morais que o introduzem no mundo das relações, da ordem e da justiça. Trata-se de desenvolver a sensibilidade ativa (moral) sem, contudo, deixar de estimular a sensibilidade passiva (física). Por exemplo, dos dois aos doze anos, quando entra na segunda fase da idade da natureza, a criança deve passar por algumas atividades que a introduzam no mundo moral. Por isso o preceptor procura estimular as atividades lúdicas no período da infância. Sabemos que as brincadeiras e os jogos, por mais simples que sejam, possuem regras e um conjunto de signos que podem desenvolver a capacidade representativa da criança, o respeito aos limites e acordos, bem como ao direito dos outros. Ao longo do texto, outras situações possibilitam o desenvolvimento da virtude e do caráter. Nessa perspectiva, Emílio

representa o ser universal, o sujeito ético, o sábio cidadão do mundo que pode escolher qualquer lugar para viver, uma vez que foi educado segundo a lógica da natureza, adequando-se a qualquer realidade sem deixar-se corromper. Mais do que isso, educado para ser virtuoso, será cumpridor de seus deveres, um bom esposo, bom pai e bom cidadão. Eis que natureza humana se converte em absoluto ético, e como imperativo da virtude e da verdade, resta à educação o mérito de configurá-la às necessidades humanas que o mundo moderno proporciona. Há um texto pouco lido que é o “*Emile e Sophie ou os solitários*”, uma espécie de continuação do *Emílio* que relata as desventuras do casal e o estágio de sofrimento ao qual o protagonista chegou. Mesmo assim, em terra estrangeira, vivendo como escravo, agiu de forma virtuosa e de acordo com os princípios que aprendera. Sentimento que falta hoje na sociedade, principalmente aos homens públicos.

**IHU On-Line – Passados 300 anos de seu nascimento, quais são os motivos que fazem de Rousseau um autor atual e importante para pensarmos diferentes aspectos da nossa sociedade?**

**Wilson Alves de Paiva** – Ainda vivemos a modernidade com todos seus ganhos e perdas. Não conseguimos ainda superar as contradições e os problemas apontados por Rousseau. No campo político reinam o fanatismo religioso e o despotismo democrático. Os programas de governo estão todos abaixo do zero na escala (*Contrato social*) concebida pelo “cidadão de Genebra”. E face à pluralidade de ideias pedagógicas, o *Emílio* continua como um rico material teórico para nos auxiliar a refletir sobre a finalidade da ação educacional, provocando a discussão sobre qual a figura humana que nosso aluno apresentará e que tipo de homem se propõe formar. À filosofia da educação cabe a tarefa de entender as tendências e os caminhos pensados e trilhados no passado para poder sempre refletir sobre o presente em suas diversas necessidades. Nisso Rousseau continua tão atual quanto qualquer outro, principalmente na perspectiva de tirar de seu pensamento os elementos teóricos que possam nos auxiliar na árdua tarefa

de reconfigurar o homem para uma sociedade melhor. Não é à toa que em diversas partes do mundo houve comemorações do tricentenário de seu nascimento, principalmente na França, Suíça, Japão e no Brasil.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**Wilson Alves de Paiva** – Embora a ação política e a ação pedagógica não sejam a mesma coisa, podemos dizer que há uma afinidade profunda entre elas. Desde a discussão sobre as origens das desigualdades sociais até a elaboração de uma “vontade geral”, o pensamento político de Rousseau tem em vistas que o homem está condenado a viver em sociedade. Ainda que no *Emílio* possamos visualizar uma formação doméstica, não quer dizer que seu foco seja estritamente o particular, o individual. Nem tampouco vem a ser o de isolar Emílio da sociedade, como geralmente se ouve falar. Emílio é apenas distanciado da urbanidade, isto é, do núcleo da vida social, e circunscrito às relações familiares. Que papel social pode ter um homem que desde a infância fosse isolado da sociedade? Por isso Emílio é tão somente isolado, em princípio, da agitação do núcleo social e dos efeitos que ela causa. Afastado da urbanidade, tem sua atenção desviada para a vida campestre que, por sinal, pode ser tomada como um exemplo de maior proximidade das condições naturais. No mundo rural há menos representação e as famílias camponesas vivem de forma simples, sem luxo e sem o jugo do petulante amor próprio. Esse é, portanto, o cenário propício para iniciar a educação de alguém que aos poucos vai sendo reintroduzido na urbanidade e projetado para viver plenamente sua condição civil. Se o mundo voltasse para o valor da simplicidade, talvez fôssemos mais tolerantes, menos ambiciosos e mais felizes. Por essas e outras reflexões, o pensamento de Rousseau continua tão vivo quanto antes.

**Baú da IHU On-Line**

A presente entrevista já foi publicada na **IHU On-Line** 410, de 03-12-2012, sob o título *A atualidade da filosofia de Rousseau*, disponível em <http://bit.ly/R72Ulq>

# Uma construção conceitual inovadora

Acusado de moralizar a política, Rousseau insistia que os governantes são funcionários do povo e devem primar pela execução da vontade geral expressa em lei, observa Ricardo Monteagudo. Autodidata, o filósofo genebrino é exemplar em sua “fabricação de conceitos”

POR MÁRCIA JUNGES

“Rousseau não frequentou escolas e era autodidata, assim a leitura que fazia dos grandes autores era necessariamente inovadora porque rompia com a leitura normal ou paradigmática de sua época. É justamente esta estrutura conceitual inovadora que ele criou que o torna um dos maiores filósofos de seu tempo, pois se, como afirma Deleuze, o que caracteriza a filosofia é a fabricação de conceitos. Então, Rousseau é exemplar”. A reflexão é do filósofo Ricardo Monteagudo na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Ao contrário de Hobbes, para Rousseau o povo não deveria “admitir nenhum abuso do governo, sob pena de tornar-se servil e perder a liberdade política”. E completa: “Rousseau insiste que os governantes são funcionários do povo, devem exe-

cutar a vontade geral expressa em lei”. A proximidade rousseauiana com o pensamento de Espinosa se dá pela preferência da “democracia como forma de governo ou como modelo de compartilhamento de decisão”. O que os afasta é o cristianismo e a noção de culpa ou dívida, pondera Monteagudo.

Ricardo Monteagudo é graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP com a tese *Retórica e política em Rousseau*. cursou pós-doutorado na Universidade Paris I – Pantheon-Sorbonne. Leciona na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, campus de Marília. É autor de *Entre o direito e a história: a concepção de legislador em Rousseau* (São Paulo: Editora Unesp, 2006).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são as ideias centrais que norteiam a concepção de legislador em Rousseau?**

**Ricardo Monteagudo** – Basicamente, a noção de legislador surge em Rousseau para evitar que o governo mande no povo, ou melhor, para garantir que o governo obedeça ao povo e siga a vontade geral. Rousseau insiste que os governantes são funcionários do povo, devem executar a vontade geral expressa em lei. Assim, a mediação entre o governo e o povo se dá por meio da lei, donde o papel do legislador de propor um sistema legislativo que impeça o abuso do governo e garanta a vigilância do povo, ou seja, um sistema legislativo legítimo. O principal objetivo é neutralizar a solução de Hobbes que identifica o

governante e o legislador, torna a lei uma ordem do governo à qual o povo deve obediência e submissão. Para Rousseau, ao contrário, o povo não deve admitir nenhum abuso do governo, sob pena de tornar-se servil e perder a liberdade política.

**IHU On-Line – Qual é a importância dessa concepção no pensamento político desse autor?**

**Ricardo Monteagudo** – A importância é, de um lado, mostrar que o homem é dono de sua história, e de outro, defender uma profissão de fé democrática e libertária. Em outras palavras, se o homem renuncia à sua liberdade e autonomia, ele o faz voluntariamente. A liberdade para o homem é tão essencial que mesmo os homens

condicionados (e educados) para e escravizados se rebelam de alguma forma. Quanto à liberdade política, o fundamental é basicamente o compartilhamento de decisões e o respeito à vontade geral. Rousseau é um anti-Carl Schmitt. Alguns o acusam de moralizar a política, de identificar moral e política, mas suas análises de Montesquieu mostram que se trata de estabelecer canais de diálogo entre as instituições que compõem o Corpo Político, já que toda instituição é internamente dotada de vontade geral.

**IHU On-Line – Para Rousseau, o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Como essas ideias se refletem em seu pensamento político e qual é a sua pertinência hoje?**

**Ricardo Monteagudo** – Rousseau considera que foi a invenção da propriedade e o controle das “coisas” que colocou os homens e os Estados uns contra os outros, em estado de guerra. Estes desenvolvimentos históricos, contudo, se inserem na perfectibilidade, ou seja, aperfeiçoam o artifício e degeneram a natureza. Lamentavelmente esta ambiguidade de avanço-recuo está sempre presente. Precisamos assim pensar sempre nos malefícios que os benefícios trazem e, com isso, tentar inutilmente conter os males que necessariamente aparecerão. É a inevitável decadência: o homem melhora, a humanidade piora. Politicamente, o governo sempre abusará do poder e o povo sempre se rebelará – é uma lei histórica, uma espiral entre a legitimidade e a tirania. Filosoficamente a dedução é inquestionável (desde que aceitemos seus princípios, aliás é isto que nos permite caracterizar Rousseau como um grande filósofo). Hoje, penso que precisamos defender a legitimidade e combater a tirania, defender a liberdade e combater a servidão. Eticamente, penso que os cidadãos de bem na defesa da legitimidade precisam da ousadia que têm os calhordas no egoísmo de seus interesses mesquinhos.

**IHU On-Line – Em que aspectos a ideia de um “bom selvagem” se conecta com as ideias de liberdade e felicidade rousseauianas?**

**Ricardo Monteagudo** – A expressão “bom selvagem” não foi utilizada por Rousseau, mas por seus intérpretes. O fundamental é que o homem não é naturalmente sociável, ou seja, é amoral. A moralidade se estabelece junto com a vontade geral, quando o homem se sociabiliza. Assim a liberdade natural é substituída pela liberdade moral, a felicidade física de um homem solitário e absoluto é substituída pela felicidade moral de um novo homem social e dependente da sociedade que ele cria e que o criou.

**IHU On-Line – Qual é a particularidade da abordagem rousseauiana da democracia?**

**Ricardo Monteagudo** – O fundamento teórico da sociabilidade se dá por democracia direta, no momento

em que a vontade geral é estabelecida. Entretanto, à medida que o homem se aperfeiçoa e a humanidade se degrada, a sociedade se sofisticada e um homem não pode mais ter controle sobre tudo aquilo que ele precisa para viver, o artifício da democracia deixa de ser condição social. A partir daí, a liberdade política ou legitimidade passam a ser a ideia reguladora do Estado (ou Corpo Político) e garantia de coesão social e política, aquilo que Rousseau chama de república, *res publicae*, coisa pública. Cada sociedade considerará uma forma de organização diferente, cada povo manifestará uma vontade geral diferente. O modelo original de compartilhamento total e democracia direta permanece parâmetro de justiça, porém a dimensão, o clima, a quantidade de habitantes, os Estados vizinhos, etc, tudo isso interfere na forma de governo a ser adotada.

**IHU On-Line – Que conexões entre política e religião são perceptíveis em seu legado filosófico?**

**Ricardo Monteagudo** – Rousseau tinha o mesmo ideal de muitos pensadores do direito natural moderno de reunir novamente a cristandade e interromper as guerras religiosas fraticidas comuns em seu tempo. Propunha assim a submissão da instituição religiosa ao Corpo Político e defendeu uma profissão de fé abstrata de tolerância e amor ao próximo. De certa forma, as alegorias cristãs estão preservadas em seu sistema de pensamento: o Paraíso seria o estado de natureza em todas as necessidades naturais do homem estão satisfeitas, e a Queda seria a sociabilização, quando o homem precisou se esforçar para sobreviver.

**IHU On-Line – Que intersecções e aproximações podemos estabelecer entre a filosofia política de Rousseau e a da Spinoza?**

**Ricardo Monteagudo** – O que aproxima Rousseau e Espinosa é a preferência pela democracia como forma de governo ou como modelo de compartilhamento de decisão, ambos são republicanos e libertários. O que afasta é o cristianismo e a noção de culpa ou dívida: para o genebrino o homem enquanto criatura deve

sua vida e consciência ao Criador, ao passo que para o holandês Deus e a natureza se identificam, o homem é uma pequenina parte de Deus, ou seja, da natureza. Rousseau considera o homem dualista e a vida eterna, o homem perverso que abusa de sua liberdade será punido após a morte. Espinosa é materialista e pensa que a alma morre com o corpo, o homem mau é um ser infeliz e desequilibrado que interfere negativamente na harmonia da natureza.

**IHU On-Line – “Maquiavel fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo”, disse Rousseau. Como esse filósofo dialoga com outros pensadores para construir suas concepções políticas?**

**Ricardo Monteagudo** – Rousseau não frequentou escolas e era autodidata, assim a leitura que fazia dos grandes autores era necessariamente inovadora porque rompia com a leitura normal ou paradigmática de sua época. É justamente esta estrutura conceitual inovadora que ele criou que o torna um dos maiores filósofos de seu tempo, pois se, como afirma Deleuze, o que caracteriza a filosofia é a fabricação de conceitos. Então, Rousseau é exemplar.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**Ricardo Monteagudo** – Rousseau afirma que a lei é expressão da vontade geral, assim a questão da linguagem é fundamental para sua filosofia política, a retórica é o principal componente da política. As pessoas deixam-se convencer facilmente, e todo poder implica em consentimento previamente obtido. Precisamos afastar Rousseau de Aristóteles e Platão (e Sócrates) e aproximá-lo de Protágoras<sup>1</sup> e Isócrates<sup>2</sup> (e quiçá Cícero<sup>3</sup>) para bem compreendê-lo.

<sup>1</sup> Protágoras de Abdera (480 a.C. - 410 a.C.): filósofo nascido em Abdera, foi quem cunhou a frase “o homem é a medida de todas as coisas”, tendo como base para isso o pensamento de Heráclito. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Isócrates (436 a.C.-336 a.C.): orador e retórico ateniense. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.): filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. (Nota da IHU On-Line)

Tema  
de  
Capa

**Destques  
da Semana**

IHU em  
Revista

## Entrevistas da semana

# O tráfico de pessoas e as potencialidades de desumanização

Não é possível relativizar essa questão sem “forçar a barra de um niilismo pseudochique”, assegura Luiz Filipe Pondé. A prostituição e o tráfico humano são formas de violência que se alimentam da hipocrisia

POR MÁRCIA JUNGES

“N

ão há consenso acerca do que seja ético em Filosofia; claro que do ponto de vista dos direitos humanos (kantiano na sua base) não se pode usar gente como meio (escravo) e por isso traficar gente é antiético. Não vejo como relativizar esta questão sem forçar a barra de um niilismo pseudochique”. A provocação é do filósofo Luiz Filipe Pondé na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Em sua opinião, não é preciso odiar para trabalhar no tráfico: “basta gostarmos muito de dinheiro e sermos atrofiados afetivamente”. E arremata: “Não creio em grandes autonomias. A prática do tráfico de pessoas indica que a humanidade não mudou nas suas potencialidades de desumanização”. Essa temática inspirou o tema de capa da edição 414 da revista **IHU On-Line**, de 15-04-2013, intitulada *Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão hu-*

*mana*, disponível para leitura e download em <http://bit.ly/YzlsB>.

Luiz Felipe Pondé leciona na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e na Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, entre outras instituições. Graduado em Medicina, pela Universidade Federal da Bahia, e em Filosofia Pura, pela USP, é mestre em História da Filosofia Contemporânea e em Filosofia Contemporânea, respectivamente pela USP e pela Université de Paris VIII, França. Doutor em Filosofia Moderna pela USP e pós-doutor pela Universidade de Tel Aviv, Israel, escreveu *O homem insuficiente* (São Paulo: Edusp, 2001); *Crítica e profecia. Filosofia da religião em Dostoiévski* (São Paulo: Editora 34, 2003); *Conhecimento na desgraça. Ensaio de epistemologia pascaliana* (São Paulo: Edusp, 2004); e *Do pensamento no deserto: ensaios de filosofia, teologia e literatura* (São Paulo: Edusp, 2009).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em termos éticos, como podemos compreender o fenômeno do tráfico de pessoas sob o ponto de vista de quem trafica e de quem é traficado?**

**Luiz Filipe Pondé –** Ética para alguns são hábitos, para outros são princípios, para outros a busca do prazer e do bem-estar. Não há consenso acerca do que seja ético em Filosofia; claro que do ponto de vista dos direitos hu-

manos (kantiano na sua base) não se pode usar gente como meio (escravo) e por isso traficar gente é antiético. Não vejo como relativizar esta questão sem forçar a barra de um niilismo pseudochique.

**IHU On-Line – Em que medida sua constatação, segundo a qual o ódio nos move mais do que o amor, nos ajuda a compreender a objetifica-**

**ção das pessoas através do tráfico de seres humanos?**

**Luiz Filipe Pondé –** Afetos são determinantes. Amar custa mais do que odiar; às vezes o que salva é a indiferença pura e simples, mas ela muitas vezes ajuda a quem odeia. A vida é violenta, incerta e bela às vezes. Por isso o ódio é sempre uma resposta mais a mão, ainda mais porque ele em algumas ocasiões é a única resposta

possível. Não acho que precisemos odiar para trabalhar no tráfico; basta gostarmos muito de dinheiro e sermos atrofiados afetivamente.

**IHU On-Line – O que essa prática demonstra sobre o tipo de mentalidade, indivíduo e sociedade que temos no século XXI? O que essa prática significa numa sociedade que se diz e que se quer autônoma?**

**Luiz Filipe Pondé** – Autonomia é quase sempre figura do marketing de comportamento, como ser bem resolvido sexualmente. Não creio em grandes autonomias. A prática do tráfico de pessoas indica que a humanidade não mudou nas suas potencialidades de desumanização. Um erro comum nosso é achar que a política humaniza. A política é uma prática de institucionalizar conflitos e intenções; ela não tem nada a ver com moral (esta sim humaniza). É a moral dos afetos, quase impossível num mundo narcísico como o nosso.

**IHU On-Line – Em que medida a “hipocrisia do amor à norma” fundamenta o rechaço da sociedade a práticas como o tráfico de pessoas e a prostituição?**

**Luiz Filipe Pondé** – Penso que são duas práticas distintas e não necessariamente ligadas. Toda forma de violência se alimenta desse tipo de hipocrisia. No caso da prostituição, ela muitas vezes é praticada por pessoas que gostam de sexo. Não creio na vitimização universal das prostitutas... Claro que em caso de crianças a coisa é sem vontade mesmo. Ainda assim, que hipocrisia é a daqueles que falam que sexo é legal, que prostituta é pro-

“A política é uma prática de institucionalizar conflitos e intenções; ela não tem nada a ver com moral”

fissional do sexo, mas quando Nelson Rodrigues<sup>1</sup> afirma que a prostituta é uma vocação atávica de toda mulher, berram que isso é uma ofensa...

**IHU On-Line – Qual é o lugar, o papel da cobiça no mundo do tráfico de pessoas?**

**Luiz Filipe Pondé** – Não muito além do que em qualquer outra atividade ilícita.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**Luiz Filipe Pondé** – Nunca vai acabar o tráfico de gente porque a vida humana é barata e porque cada vez mais tem mais gente.

**Baú da IHU On-Line**

Leia a edição especial que a **IHU On-Line** publicou sobre o tema tráfico de pessoas.

<sup>1</sup> Nelson Falcão Rodrigues (1912-1980): dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

- *Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão humana.* Edição 414 da revista **IHU On-Line**, de 15-04-2013, disponível para download em <http://bit.ly/YzIssB>

## Leia mais...

>> Luiz Felipe Pondé já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *A mística judaica.* Publicada na edição 133 da **Revista IHU On-Line**, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/2Uqa9>
- *Parricídio, niilismo e morte da tradição.* Publicada na edição 195 da **Revista IHU On-Line**, de 11-09-2006, disponível em <http://migre.me/2Uqgr>
- *A fé é dada pela graça.* Publicada na edição 209 da **Revista IHU On-Line**, de 18-12-2006, disponível em <http://migre.me/2Uqmj>
- *A Teologia da Libertação: será que ela não crê demasiadamente nas promessas modernas e na sua gramática hermenêutica?* Publicada na edição 214 da **Revista IHU On-Line**, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/aN0tOK>
- *“Perdão tem que ser graça”.* Publicada na edição 388 da **Revista IHU On-Line**, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/HskR3E>
- *Pecado: conceito que fala do nada moral que somos.* Publicada na edição 412 da **Revista IHU On-Line**, de 18-12-2012, disponível em <http://bit.ly/Wqzv6G>

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

# Montaigne e a passagem da definição da natureza humana à consideração da condição humana

Segundo Celso Martins Azar Filho, a partir do olhar de Montaigne se define o ensaio como um olhar livre sobre a condição humana em sua cotidianidade constitutiva, que considera a filosofia algo a ser constantemente alcançado

POR MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART

**M**ichel Eyquem de Montaigne, escritor e ensaísta francês, considerado como o inventor do ensaio pessoal, tem como uma de suas obras principais justamente a intitulada *Ensaaios*, em que analisa as instituições, opiniões e os costumes. Para o professor Celso Martins Azar Filho, a atualidade da obra deve ser buscada precisamente em sua singularidade histórica. “É por esta que se chega a compreender o valor perene da crítica ensaística da mistificação filosófica – e principalmente daquela espécie mais perigosa a qual, hoje como então, se pretenderia justamente desmistificadora. E para entender como o ensaio pode ser um caminho filosófico para o enfrentamento deste e outros de nossos males existenciais em sua face contemporânea, é preciso perceber como Montaigne realça o caráter tanto atemporal como

o absolutamente particular e ocasional dos acidentes que abraça o destino humano, a qual só se deixa tocar no presente puro”, afirmou, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. A seu ver, os *Ensaaios* “constituem um microcosmo surpreendentemente rico e sugestivo, cobrindo em suas páginas um largo campo da cultura renascentista: eles falam por si”.

Celso Martins Azar Filho é professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é professor colaborador na instituição, sendo autor de *A filosofia de Montaigne – Introdução ao pensamento renascentista* (Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2009).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que consistia a posição singular de Montaigne com relação às diversas faces da tradição neoplatônica?**

**Celso Martins Azar Filho** – Montaigne<sup>1</sup> não é um pensador neoplatô-

nico, ou seja, os *Ensaaios* não podem ser filiados à tradição neoplatônica. Isso posto, é preciso, porém, reconhecer a sobrevivência de traços daquela tradição em seu pensamento. Como se sabe, o retorno ao saber

antigo no Renascimento tem por centro, sobretudo, obras da antiguidade tardia: as ideias e autores helenísticos – seja em função de seu cosmopolitismo, de sua absorção pelo cristianismo ou de seu bilinguismo – têm um peso determinante na época renascentista; através deles, boa parte das vezes são lidos os textos clássicos. E é a partir do ressurgimento de

<sup>1</sup> Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592): escritor e ensaísta francês, considerado por muitos como o inventor do ensaio pessoal. Nas suas obras e, especificamente nos seus *Ensaaios*, analisou as

instituições, as opiniões e os costumes, debruçando-se sobre os dogmas da sua época e tomando a generalidade da humanidade como objeto de estudo. (Nota da **IHU On-Line**)

suas novas fontes, como Diógenes de Laércio e Lucrécio, que a compreensão da tradição será muito frequentemente reordenada pelos humanistas. Ora, por diversas razões, entre as quais deve ser destacado o aspecto de novidade, o momento é em larga medida um momento de confusão dos pontos de vista de cada escola e de seu sincretismo em torno de noções comuns, como o viver segundo a natureza ou o conceito de sabedoria. O ensaísta vai aproveitar as dissensões e composições de ideias daí resultantes a seu favor, recombinao elementos de tradições diversas, e jogando com suas oposições, para apresentar novas soluções a partir de uma reconstrução dos problemas filosóficos antigos e medievais. É levando em conta a posição singular de Montaigne com relação às diversas faces da tradição neoplatônica e, por extensão, helenística, examinando a recombinação de seus vários e heterogêneos elementos no ensaio, que se pode abrir um novo caminho para a sua interpretação: este trabalho ainda está por ser realizado. Para tanto seria interessante partir de duas características especialmente relevantes nesta tradição de pensamento: primeiro, o neoplatonismo constitui-se em grande parte como fenômeno linguístico, isto é, uma forma filosófica que possui uma relação especial com a linguagem; e os problemas de expressão e comunicação, que sempre estiveram no centro dos seus interesses, vão adquirir uma relevância ainda maior a partir da recepção humanista. Segundo, falar do neoplatonismo renascentista significa falar da retomada do hermetismo no novo enquadramento do naturalismo prático pré-moderno – magia –, e é claro que estamos aqui diante de uma das faces do ideal de transformação do mundo e do homem, característica da filosofia renascentista, tanto motor quanto sintoma das transformações desta época, em sua visão mais prática e experimental do conhecimento – que a irmana à filosofia helenística, e será decisiva no advento da nova ciência moderna. Em seu livro *La Philosophie comme*

“Muitos tomaram o ‘filosofar é aprender a morrer’ montaigniano como neoplatônico apenas. Entretanto, não está em questão aqui se preparar para o outro mundo, mas para este”

*manière de vivre* Pierre Hadot<sup>2</sup> conta como o ensaio *Que filosofar é aprender a morrer* foi um dos textos que o conduziram a representar a filosofia como algo diferente de um discurso meramente teórico. Nota ainda que nos *Ensaíos* a natureza humana aparece de tal forma complexa que autoriza todas as atitudes – ceticismo e fé, rigor estoico e distensão epicurista, por exemplo. Mas o mais importante na leitura de Hadot é a afirmação da disposição prática da filosofia

<sup>2</sup> Pierre Hadot: filósofo francês, é um dos autores do livro *Dicionário de ética e Filosofia Moral* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Suas pesquisas concentraram-se primeiramente nas relações entre helenismo e cristianismo, e em seguida na mística neoplatônica e na filosofia da época helenística. Elas se orientam atualmente para uma descrição geral do fenômeno espiritual que a filosofia representa. Em português pode ser lido o livro de sua autoria *O que é a filosofia antiga?* (São Paulo: Loyola, 1999). Para uma resenha da obra, confira a revista *Síntese* 75(1996), p. 547-551. A resenha do original francês é de Henrique C. de Lima Vaz. (Nota da IHU On-Line)

moral ensaística. E seria possível recolher diversos testemunhos concordantes sobre este ponto. Note-se como Daniel Martin, em seu famoso estudo sobre a noção de fortuna em Montaigne define os *Ensaíos* como exercícios espirituais “destinados a nos conduzir ao alto, em direção à Forma, partindo da linguagem, ou seja, da Fortuna”. Para este intérprete o pensamento montaigniano pode ser definido como neoplatônico, posição minoritária certamente no conjunto da fortuna crítica da filosofia ensaística, mas não isolada: Michaël Baraz, por exemplo, em seu *L’être et la connaissance selon Montaigne*, defende uma interpretação semelhante da obra montaigniana (ressaltando a influência de Platão ele mesmo) – a concentração no instante presente, que cruza sincronia e diacronia, embebendo narração e reflexão, fazendo a escrita se desdobrar e adensar em ritmos e sentidos para revelar, na obra, o cosmos. Muitas outras noções constitutivas da obra poderiam ser referidas a uma matriz neoplatônica ou platonizante: a busca de transcendência na imanência, por exemplo, ou a forma como o atomismo lucreciano e o “tudo está em tudo” alquímico e hermético são conectados, etc. É evidente, contudo, que uma diferença básica deve ser discernida: não são de exercícios espirituais apenas de que tratam os *Ensaíos*, mas também são físicos aqueles que o ensaísta recomenda. Muitos tomaram o “filosofar é aprender a morrer” montaigniano como neoplatônico apenas. Entretanto, não está em questão aqui se preparar para o outro mundo, mas para este. O ensaio é tanto uma janela como um espelho; é tanto uma representação do mundo como sua reconstrução em nós mesmos. Sua função é servir como ferramenta linguística do harmonizar dos mundos externos e internos no agir – hoje, agora.

**IHU On-Line – Que novos caminhos se abrem para a sua leitura a partir de uma análise acurada de “Os ensaios”?**

**Celso Martins Azar Filho** – Os novos caminhos são semelhantes aos que se abrem para a filosofia renascentista como um todo, cujos horizontes tem se alargado de maneira paulatina, mas constante, principalmente por conta de uma historiografia mais competente, progressivamente se purificando dos preconceitos românticos ou positivistas desde o final do próprio século XIX, e de maneira acelerada a partir mais ou menos do segundo quartel do século XX. O acesso aos textos tem sido desde então facilitado e crescente bibliografia passa a tomar o tema como objeto de pesquisa. Mas ainda há muito caminho por trilhar. A começar pela questão sempre atual da definição mesma não só do que seja a filosofia renascentista, mas a Renascença ela mesma. E principalmente porque o momento de transição, como é comum qualificá-lo, entre a Idade Média e a Modernidade, época histórica ou movimento cultural denominado “Renascimento” – o qual se estenderia, para marcar limites, certamente bastante imprecisos (e não apenas no sentido cronológico), entre Ockham<sup>3</sup> e Descartes<sup>4</sup> – sofreu, como momento

<sup>3</sup> **William de Ockham** (1285-1350): filósofo lógico, teólogo escolástico inglês, frade franciscano e criador da teoria conhecida como Navalha de Ockham (em inglês, Ockham's Razor), que dizia que as “pluralidades não devem ser postas sem necessidade”. Considerado um dos fundadores do nominalismo, teoria que afirmava a inexistência dos universais, que seriam apenas nomes dados às coisas, e portanto produto de nossa mente sem uma existência prática assegurada. Por causa de suas ideias foi excomungado pela Igreja. O conceito, bastante revolucionário para a época, defende a intuição como ponto de partida para o conhecimento do universo. Ockham foi discípulo do filósofo Duns Scotus e precursor do empirismo inglês, do cartesiano, do criticismo kantiano e da ciência moderna. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se, sobretudo, pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de

“O ensaio é tanto uma janela como um espelho; é tanto uma representação do mundo como sua reconstrução em nós mesmos”

filosófico, um eclipse que somente começará a ser superado pela historiografia posterior a 1850. E até cerca de 1930, um julgamento em geral superficial e negativo será determinante nas orientações de sua progressiva recuperação. Existem diversas razões para tanto – resultantes de preconceitos intelectuais, políticos, religiosos, etc., vindos do início do Classicismo, fortalecidos por volta do fim do Iluminismo, e sobrevivendo ainda hoje, mesmo se apenas isoladamente. Assim, estamos ainda nos tempos heroicos do estabelecimento de interpretações canônicas e, portanto, de um lugar na história da filosofia para o pensamento ensaístico; estamos mesmo ainda nas primeiras leituras que esta registrará um dia como formadoras. Pois esta é nossa relação hodierna para com o pensamento renascentista em geral, o qual apenas começa a receber atenção historiográfica digna da importância de suas manifestações – o que tem mudado completamente o quadro de sua avaliação. Por exemplo, a influência do nominalismo ou do epicurismo na filosofia montaigniana como no Renascimento em geral é hoje muito melhor conhecida do que há poucas décadas por ter sido melhor traçada e comprovada documentalmente. Assim, os novos caminhos sobre os

racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da IHU On-Line)

quais é questão são caminhos que têm sido abertos como renovação da investigação dos propósitos de constituição mesmos de todo historiador da filosofia, dos seus eixos diretores de sentido, para elaboração de novos paradigmas que dependem de uma meditação dos antigos – e esta é uma ideia renascentista, tal como a metáfora do ressurgimento, da ressurreição ou reencarnação para definir o movimento da história (sendo Antiguidade, Idade Média e Renascimento termos que definem para nós as grandes fases deste movimento, termos renascentistas). Em suma, trata-se hoje ainda de se criarem os caminhos de interpretação da filosofia dos *Ensaícos* – algo que eu diria contar menos de um século como tradição acadêmica – e isso só se fará, como se tem feito, no abrir de novos caminhos para a história da filosofia ela mesma.

#### **IHU On-Line – Qual é a atualidade dos *Ensaícos*?**

**Celso Martins Azar Filho** – Sua atualidade deve ser buscada precisamente em sua singularidade histórica. É por esta que se chega a compreender o valor perene da crítica ensaística da mistificação filosófica – e principalmente daquela espécie mais perigosa a qual, hoje como então, se pretenderia justamente desmistificadora. E para entender como o ensaio pode ser um caminho filosófico para o enfrentamento deste e outros de nossos males existenciais em sua face contemporânea, é preciso perceber como Montaigne realça o caráter tanto atemporal como o absolutamente particular e ocasional dos acidentes que abraça o destino humano, a qual só se deixa tocar no presente puro. Define o ensaio um olhar livre sobre a condição humana em sua cotidianidade constitutiva, olhar que considera a filosofia algo a ser constantemente alcançado *in media res*. Para criar um discurso capaz de exprimir todas as tensões do momento presente em ato, compreendendo que nossas decisões e atitudes já são parte da conjuntura, e daí pensar o aprimoramento da própria personalidade em seu desenvolvimento mesmo, uma nova

forma do discurso filosófico deve ser criada. Uma forma que já entenda a própria teoria como prática, a escrita como gesto, e que exprima o vínculo entre a busca da verdade e sua comunicação, por compreendê-la como construção. E é preciso que se veja bem que nada disso é pós-moderno, mas pré-moderno. Todo cuidado com o historicismo: muito frequentemente se busca na escrita dos *Ensaio*s sinais do advento da modernidade e daí para uma visão anacrônica, que lê o pensamento montaigniano a partir de uma ótica filosófica posterior, não se dá mais que um passo. Destarte, aquilo que, por um lado, poderia ser tachado de primitivo – o fato de não se ter ainda aí uma teoria do conhecimento nos moldes modernos –, faz com que, por outro lado, a razão para tanto – que a busca de conhecimento seja compreendida no interior da ação – pareça-nos algo de revolucionário.

#### **IHU On-Line – Como essa obra foi recebida quando de sua publicação?**

**Celso Martins Azar Filho** – A obra foi o que se poderia chamar de sucesso editorial (guardadas, evidentemente, as devidas distâncias com relação às proporções de nosso atual mercado editorial). E muito já foi escrito sobre o papel dos *Ensaio*s na formação da consciência moderna, este que foi segundo Erich Auerbach o primeiro livro da autoconsciência leiga. Mas o dado, sobretudo, digno de nota com relação à recepção da obra montaigniana consiste na dificuldade de assimilação e mesmo recusa de seu espírito e disposição geral, seja por sua forma singular ou por seu conteúdo extremamente pessoal, pela tradição filosófica a partir do século XVII. O que vai ocasionar sua aparentemente pequena repercussão filosófica, cuja causa está principalmente na ingratidão de seus principais herdeiros com relação à sua dívida frente à obra montaigniana. É interessante marcar que tal se dá principalmente por conta de uma dificuldade de compreensão dos problemas formais que a realização do projeto filosófico montaigniano ocasiona: é uma ironia que a nota mais original da filosofia ensaística – a relação inovadora entre

## “É uma ironia que a nota mais original da filosofia ensaística – a relação inovadora entre forma e conteúdo – tenha sido principalmente o que dificultou sua aceitação”

forma e conteúdo – tenha sido principalmente o que dificultou sua aceitação – e isso poderia ser estendido em parte para a recepção geral da filosofia renascentista.

#### **IHU On-Line – Qual é a peculiaridade das descrições de Montaigne sobre a natureza humana?**

**Celso Martins Azar Filho** – Montaigne passa das tentativas de definir a natureza humana à consideração da condição humana. E, quando se busca na escrita montaigniana sinais do advento da modernidade, é precisamente esta passagem que normalmente se destaca. Por exemplo, como mostrou Tzvetan Todorov<sup>5</sup>, a amizade nos *Ensaio*s, elemento fundamental na filosofia da felicidade aí presente, se destaca como nota peculiar da visão montaigniana sobre a condição humana por seu caráter autorreferente (algo de essencial à consciência ou ao espírito modernos – se pudermos utilizar estes conceitos evitando sua hi-

<sup>5</sup> Tzvetan Todorov: filósofo e historiador búlgaro, é também crítico da linguagem de renome internacional. Confira uma entrevista concedida por ele à **IHU On-Line**, intitulada “Os inimigos da democracia e o perigo das exigências hipertrofiadas”, publicada na edição número 407, de 05-11-2012, disponível em <http://bit.ly/U4r414> (Nota da **IHU On-Line**)

postasia em categorias históricas): as razões da amizade entre Montaigne e La Boétie não são éticas, políticas, etc., como eram aquelas das amizades modelares retratadas pela filosofia moral progressiva, mas tocam à singularidade e particularidade das relações e sujeitos envolvidos, resumindo-se à “porque era ele, porque era eu” – e tal definição constitui um dos atos de nascimento do indivíduo moderno.

#### **IHU On-Line – Como pode ser compreendido o ceticismo de Montaigne?**

**Celso Martins Azar Filho** – Em primeiro lugar, realçando o impulso para o conhecimento que o próprio sentido do termo “cético” significava na origem. Mas é preciso notar que, além de cético, o ensaísta foi denominado cínico, socrático, estoico, epicurista, etc., pela tradição, assim como pelos especialistas hoje. Claro que se somos forçados a escolher entre simplificações, a menos simplista no caso seria ter o ensaísta por cético. Todavia, Montaigne, se é cético, é de um ceticismo *sui generis* (e seguindo assim poderíamos, aliás, colar nele seja lá que rótulo escolhêssemos). Logo, se hoje parece haver certa concordância entre os comentadores dos *Ensaio*s em considerar seu autor como um “cético” – e existem razões de nenhuma forma descabidas para que o façam –, devemos, porém, reconhecer que, com relação à sua filosofia, como é comum acontecer com as obras dos grandes pensadores, as comparações – venham de onde vierem – não serão nunca completamente válidas. Os *Ensaio*s constituem um microcosmo surpreendentemente rico e sugestivo, cobrindo em suas páginas um largo campo da cultura renascentista: eles falam por si.

#### **IHU On-Line – Quais são os pensadores que influenciaram sua obra?**

**Celso Martins Azar Filho** – Inúmeros, e tantos quantos ele próprio influenciou na filosofia ou na literatura em geral. Montaigne mantinha em sua torre biblioteca invejável para a época e daí dominava um vasto campo da literatura filosófica.

## Filme da Semana

## O dia que durou 21 anos

Documentos inéditos utilizados pelo cineasta Camilo Tavares comprovam o envolvimento e incentivo dos EUA no golpe militar de 1964, no Brasil. Lincoln Gordon foi o grande arquiteto do golpe, seu “grande estrategista civil”

POR MÁRCIA JUNGES

Preocupado em dar oportunidade aos entrevistados para defender seu ponto de vista da História, os jornalistas Camilo Tavares e seu pai, Flávio Tavares, mergulharam por cinco anos na confecção de um documentário que demonstrou o apoio norte-americano no Golpe de 1964 no Brasil, com a deposição de João Goulart, presidente democraticamente eleito, e a instauração de uma ditadura que durou longos 21 anos. Em contato com um universo de documentos quase todos inéditos em nosso país, acessados diretamente na Casa Branca, nos EUA, o cineasta afirma que os áudios do Presidente Kennedy com o embaixador Lincoln Gordon, de abril de 1962, “tramando toda a conspiração civil e militar” são os mais impactantes. E é a partir de fontes como essa que Camilo afirma, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line** que “Gordon foi o arquiteto do

golpe, o grande estrategista civil”. E acrescenta: “Nos textos vemos que a ditadura estava fora de controle no sentido da tortura e da violação aos direitos humanos, mas os EUA mantinham o ‘silêncio dourado’ - expressão original do telegrama! Ou seja, a violência era vista como um ‘mal necessário’ para manter o sistema econômico com base no capital privado dos EUA aqui no Brasil”.

Filho do também jornalista Flávio Tavares, Camilo Tavares é diretor, produtor executivo e roteirista. Nasceu no exílio, na Cidade do México, e viveu em vários países como Argentina, Estados Unidos e Inglaterra. Ao longo de sua carreira, dirigiu 13 filmes, entre eles *Um poquinho de Água* (1995), *Cosmópolis – São Paulo dos Imigrantes* (2005), *Pajé Sapaim – O Mensageiro do Tempo* (2008) e *Sobre Rios e Córregos* (2010).

Confira a entrevista.



**IHU On-Line - Quanto tempo durou a pesquisa para o documentário? Qual foi a origem da ideia de fazer essa produção?**

**Camilo Tavares** - Todo o processo levou cinco anos. A ideia inicial era totalmente diferente do filme final. A princípio tínhamos a ideia de compilar as crônicas da vida de meu pai<sup>1</sup> seguindo sua carreira estudantil

e depois como jornalista com foco em fatos que marcaram a política do Brasil. Mas depois de uma reu-

*Última Hora* do Rio e de São Paulo. Pre-so e banido do País, foi redator do jornal Excelsior, do México, e logo seu correspondente latino-americano, com sede em Buenos Aires, acumulando na América Latina e Europa as funções de correspondente internacional de *O Estado de S. Paulo*, do qual foi, também, editorialista político nos anos 1980. Confira as entrevistas *Governo Yeda e os jovens procuradores*, concedida por Tavares às Notícias do Dia do site **IHU On-Line**, disponível em <http://migre.me/SNV1>, e “*Jango era um conservador reformista*”, publicada em 20-12-2006, disponível em <http://migre.me/SNWN>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>1</sup> Flávio Tavares: jornalista e advogado gaúcho. Na década de 1950, foi dirigente estudantil no Rio Grande do Sul. Integrou o grupo fundador da Universidade de Brasília, da qual é professor aposentado. De 1960 a 1968, foi comentarista político da

nião de roteiro, na qual meu pai me trouxe uma antiga pasta que o José Silveira, do *Jornal do Brasil*, tinha lhe dado, com fac símeles de telegramas do embaixador Gordon<sup>2</sup>, dados de 1961, percebi que tínhamos nas mãos algo inédito e até então confidencial...

Depois de muitas discussões demos então um novo enfoque ao filme: a câmera estaria na Casa Branca, e os documentos originais “top secret”, quase todos desconhecidos do grande público seriam o roteiro do filme: tudo que está ali é verdade, texto original e foi garimpado nos arquivos de Washington com uma equipe incansável! Além dos telegramas entre a CIA, o embaixador, as Forças Armadas e a Casa Branca, a pesquisa encontrou joias como os áudios originais do Presidente Kennedy<sup>3</sup> e Lyndon Johnson<sup>4</sup>. Parte deste material foi liberada em 2004 e 2005 através da FOIA - Freedom of Information Act (Lei de Livre Acesso a Informação) pela qual o NARA, Instituto em Washington, coordenado por Peter Kornbluh (que está no filme!) se destaca com grande mérito.

**2 Abraham Lincoln Gordon (1913-2009):** embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. Em 1960, Gordon ajudou a desenvolver a Aliança para o Progresso, um programa do governo estadunidense de “assistência” à América Latina, feito com o propósito de evitar que os países da região aderissem a revoluções e ao socialismo como alternativa para o progresso sócio-econômico, como havia ocorrido em Cuba. De 1961 a 1966, Gordon serviu como embaixador dos Estados Unidos no Brasil, exercendo papel importante no apoio às articulações da oposição ao presidente João Goulart, que resultariam no golpe militar de 1964. <sup>3</sup> No dia 30 de julho de 1962, no Salão Oval, Kennedy e Lincoln Gordon discutiram o gasto de US\$ 8 milhões para interferir nas eleições e preparar o terreno para um golpe militar contra Goulart a fim de expulsá-lo, se necessário, disse Gordon ao presidente. (Nota da IHU On-Line)

**3 John Fitzgerald Kennedy (1917 - 1963):** político estadunidense e o 35º presidente de seu país (EUA). (Nota da IHU On-Line)

**4 Lyndon Baines Johnson (1908-1973):** político norte-americano e o 36º presidente dos Estados Unidos. Ascendeu à presidência após o assassinato de Kennedy em 23 de novembro de 1963, completando o mandato de Kennedy e sendo eleito por conta própria com uma grande margem na eleição de 1964. (Nota da IHU On-Line)

Além disto, com o apoio de Carlos Fico (UFRJ) garimpamos a mídia dos EUA, buscando programas exibidos em 1962 e 1963 na TV americana (rede CBS e NBC). Estes programas foram peças chave na época da Guerra Fria para convencer e preparar o público e a mídia interna dos EUA da ameaça comunista que o Brasil representava com Jango<sup>5</sup> no poder. Muito parecido com o que vivemos hoje se pensarmos no poder da mídia.

**IHU On-Line - Há documentos inéditos revelados ou todos citados já haviam aparecido em trabalhos anteriores? Se sim, quais? Os áudios da Casa Branca são inéditos? O que revelam, em sua opinião?**

**Camilo Tavares** - Aqui no Brasil quase tudo é inédito! O mais impactante, ao meu ver, são os áudios do Presidente Kenendy com o embaixador Gordon em abril de 1962, já tramando toda a conspiração civil e militar! Outra joia rara é a correspondência do adido Militar Vernon Walters, que assinava como ARMA. Estes documentos comprovam seu papel protagonista em aproximar Kruel<sup>6</sup> dos golpistas liderados por Castelo Branco<sup>7</sup>. Além disto, o detalhamento em imagens e telegramas da CIA, que acompanha passo a passo todas as ações de pessoas chave como Brizola<sup>8</sup>

**5 João Belchior Marques Goulart (1919-1976):** conhecido popularmente como “Jango”, foi o 24º presidente brasileiro, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, tendo sido eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. (Nota da IHU On-Line)

**6 Amaury Kruel (1901-1996):** militar brasileiro com a patente de general-de-exército. Foi ministro da Guerra no governo João Goulart, de 24 de janeiro a 15 de junho de 1963. (Nota da IHU On-Line)

**7 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967):** militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

**8 Leonel de Moura Brizola (1922-2004):** político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50

e Bocayuva e monitorava os militares que apoiavam e João Goulart.

Mas acima de tudo o grande destaque é para o embaixador Gordon. Ele é a figura central desta conspiração e desde 1961, quando aqui chegou, tinha como missão montar seu QG no Rio de Janeiro para comandar o golpe que ocorreu em 1964. A pesquisa de áudio e telegramas do embaixador trouxe muitos detalhes curiosos que vão render próximas séries para TV e novos filmes...

**IHU On-Line - Quanto tempo durou a confecção do filme?**

**Camilo Tavares** - Foram necessários cinco anos, investimentos pessoais, recursos da produtora Pequii Filmes e um impecável trabalho a seis mãos, entre pai, filho e esposa (!), a Karla Ladeia, que assina a produção executiva do filme.

**IHU On-Line - Houve quem se recusasse a depor para o documentário?**

**Camilo Tavares** - Não. Tivemos muito cuidado em ser imparciais desde o início. Queríamos desde o princípio dar voz aos entrevistados para defenderem seu ponto de vista da História. Meu pai fez questão de entrevistar os militares que apoiaram Castelo Branco no Golpe de 1964. Muitas vezes, meu pai havia estado com eles como preso político, como foi o caso de Jarbas Passarinho<sup>9</sup>, que após a entrevista

anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira no sítio do IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), a versão eletrônica do *Cadernos IHU em Formação*, intitulada *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. (Nota da IHU On-Line)

**9 Jarbas Gonçalves Passarinho (1920):** militar e político brasileiro. Em 15 de junho de 1964 foi empossado governador do Pará em lugar do deposto Aurélio do Carmo cuja presença à frente do executivo foi dispensada pelo novo regime. Jarbas Passarinho filiou-se à ARENA e após deixar o governo foi eleito senador em 1966, mas em seguida foi nomeado ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva, sendo mantido no cargo pela Junta Militar de 1969 que assumiu o poder após o afastamento do presidente

lembrou que havia assinado a ex-tradição de meu pai. Neste sentido penso que o filme alcança uma maturidade que é importante para construir um rico diálogo de nossa História - sem revanchismos.

**IHU On-Line - Flávio Tavares aparece em algumas referências no filme. Este filme é também, em alguma medida, uma homenagem pessoal ao seu pai, que foi preso e exilado pelo regime militar?**

**Camilo Tavares** - Sim. Mas acima de tudo, o filme *O dia que durou 21 anos* é uma investigação, quase que judicial, da participação dos EUA no Golpe Militar de 1964. Houve espectadores que consideraram o filme um instrumento até para solicitar um pedido formal de desculpas dos EUA por apoiar o Golpe Militar que derrubou um presidente democraticamente eleito!

**IHU On-Line - Flávio Aristides (cuja foto aparece rapidamente em um dossiê de "procurados") é Flávio Tavares?**

**Camilo Tavares** - Sim, é ele mesmo!

**IHU On-Line - Com quem fala o presidente Lyndon Johnson em áudio em que discute o tom da mensagem ao novo presidente brasileiro? Com Dean Rusk?**

**Camilo Tavares** - Não é com outro assessor. Dean Rusk era o Tesoureiro que financiou toda a conspiração civil e militar. Ali tem Bundy e outro assessor direto do Presidente Johnson na Casa Branca. Este áudio é um outro achado raro! Estava classificado nos EUA como restrito, e nós da Pequi Filmes, junto com o NARA de Washington, pedimos que fosse aberto ao público!

**IHU On-Line - Foi intenção do filme mostrar Lincoln Gordon como uma espécie de vilão?**

**Camilo Tavares** - Não! Veja bem: quem ama a Guerra Fria e odeia os comunistas vai adorar, amar o Gordon,

da República até que o presidente Emilio Garrastazu Médiçi o nomeou ministro da Educação. (Nota da IHU On-Line)

## “O filme alcança uma maturidade que é importante para construir um rico diálogo de nossa História - sem revanchismos”

afinal ele venceu! Gordon foi o arquiteto do golpe, o grande estrategista civil. Nós convidamos o assessor dele: Bob Bentley, o braço direito de Gordon. Bob topou vir ao Rio a convite do filme. Gravar com ele no consulado dos EUA foi muito interessante. Em 1964 Bob Bentley estava dentro do Congresso Nacional e conhecia meu pai, que era jornalista político do jornal *Última Hora*.

**IHU On-Line - Qual é a importância de um filme como este para a historiografia brasileira e para o conhecimento da participação americana no golpe de 1964?**

**Camilo Tavares** - Essencial. Nosso objetivo é que jovens adultos e idosos vejam o filme! Nos cinemas estamos em nove capitais a partir do dia 29 de março de 2013. E depois que seja distribuído em larga escala nas Universidades Federais e Estaduais. Quem sabe o Ministério da Educação, na figura do Aloizio Mercadante<sup>10</sup> ou a Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário<sup>11</sup>, não se interessam?

<sup>10</sup> Aloizio Mercadante Oliva (1954): economista e político brasileiro, um dos fundadores do PT em fevereiro de 1980 e vice-presidente do partido entre 1991 e 1999. Foi senador pelo estado de São Paulo entre 2003 e 2010. De 2011 a 2012 foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e, em 2012 tornou-se Ministro da Educação, devido à saída de Fernando Haddad para concorrer à Prefeitura de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

<sup>11</sup> Maria do Rosário Nunes (1966): pro-

**IHU On-Line - Qual é a importância da participação dos EUA no movimento que derrubou o governo de João Goulart?**

**Camilo Tavares** - Os EUA foram essenciais antes, durante e após o golpe de 1964. Em 1968, temos telegramas que comprovam que, em São Paulo, a Câmara de Comércio dos EUA dava apoio ao AI-5<sup>12</sup>. Nos textos vemos que a ditadura estava fora de controle no sentido da tortura e da violação aos direitos humanos, mas os EUA mantinha o “silêncio dourado” - expressão original do telegrama! Ou seja, a violência era vista como um “mal necessário” para manter o sistema econômico com base no capital privado dos EUA aqui no Brasil.

### FICHA TÉCNICA

**Diretor:** Camilo Tavares

**Produção:** Karla Ladeia

**Roteiro:** Camilo Tavares

**Fotografia:** Luiz Myiasaka, Cleumo Segond, Márcio Menezes, André Macedo

**Trilha Sonora:** Dino Vicenti

**Duração:** 77 min

**Ano:** 2012

**País:** Brasil

**Gênero:** Documentário

**Cor:** Colorido

**Distribuidora:** Pequi Filmes

**Estúdio:** Pequi Filmes

**Classificação:** 14 anos

fessora e política brasileira, formada em pedagogia pela UFRGS, com especialização pela USP, e atualmente exerce o cargo de Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ocupa também uma cadeira na Câmara Federal. (Nota da IHU On-Line)

<sup>12</sup> AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime onde as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)



Iluminismo: o médico alemão Struensee e a rainha dinamarquesa Caroline Matilde eram apaixonados um pelo outro e pelos ideais iluministas, retratado no filme *O amante da rainha*.

## Reportagem da Semana

# Occupy Palácio de Christiansborg

POR RICARDO MACHADO

“Havia algo de podre no Reino da Dinamarca”, previu William Shakespeare mais de cem anos antes do episódio desta reportagem. O período era por volta de 1770 e 1772 e o local era a própria Dinamarca. Depois de o Rei Cristiano VII<sup>1</sup> ficar aproximadamente um ano afastado de sua visibilidade monárquica, como previa o figurino da época, a população de Copenhague se insurgiu e ocupou o

<sup>1</sup> Cristiano VII era o segundo filho de Frederico V da Dinamarca e da Noruega e de sua primeira esposa Luísa da Grã-Bretanha. Casou-se em 1 de outubro de 1765 com Carolina Matilde da Grã-Bretanha.

Palácio de Christiansborg<sup>2</sup>, localizado atualmente na ilha de Slotsholmen, no centro da cidade. Ao melhor estilo *Occupy Wall Street*, a população tomou o pátio da residência Real e sentou-se a olhar a sacada do prédio, esperando Vossa Majestade, o Rei Cristiano

<sup>2</sup> O Palácio de Christiansborg (Christiansborg Slot, em dinamarquês) é a sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário da Dinamarca; é a única construção do mundo que abriga os três poderes simultaneamente. Está localizado na ilha de Slotsholmen, no centro de Copenhague. O primeiro Christiansborg foi feito pelo rei Cristiano VI em 1746. O prédio foi destruído por um incêndio em 1794. (Nota da IHU On-Line)

VII. As chamas das tochas carregadas pelos súditos que ocuparam o palácio e o desejo de verem o Rei eram o princípio do fim de um período de escuridão. O Iluminismo havia acendido suas primeiras centelhas.

Esta história é contada no filme *O amante da Rainha*, do diretor Nikolaj Arcel, uma produção de três países – Dinamarca, Suécia e República Tcheca –, indicada ao Oscar 2013 na categoria de Melhor Filme Estrangeiro. Na trama, a rainha Caroline Matilde<sup>3</sup>, ainda

<sup>3</sup> Carolina Matilde foi a filha mais nova do príncipe Frederico de Gales e da princesa

muito jovem, foi enviada da Inglaterra para a Dinamarca a fim de se casar com o rei Cristiano VII, que por sua vez tinha fama de ser bobo e, para muitos, louco. Da relação com sua esposa nasce o primogênito da família Frederico VI, que governou a Dinamarca na primeira metade de século XIX. Tempos depois a rainha deu à luz uma menina, Luísa Augusta, que seria fruto do relacionamento com o médico alemão Johann Friedrich Struensee<sup>4</sup>.

### O iluminista e a demência

A saúde da corte e de um rei dominado pela demência voltou ao palácio depois que o rei Cristiano VII resolveu ir para a cidade de Schleswig-Holstein, na antiga Prússia, atual Alemanha, nos meses de junho e julho de 1767. Lá conheceu o médico Johann Friedrich Struensee, que se tornou mais que um amigo: virou um conselheiro, um mentor. Além de um médico perspicaz, Struensee era um leitor entusiasta dos textos de Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot e Voltaire. Era, enfim, um iluminista.

Struensee havia convencido o rei de que sua fascinação por teatro, algo que era mal visto pelos conselheiros do reino, era algo positivo. De alguma maneira, o médico havia feito o rei compreender que, por trás dos bons costumes e das golas bordadas exibidas nos corredores do palácio, havia um verdadeiro teatro político e que a engrenagem do poder era lubrificada com sangue.

A amizade com Cristiano VII rendeu a Struensee poder, tanto que em maio de 1770 foi nomeado conselheiro real. Em dezembro deste mesmo ano o antigo conselho real foi destituído e o médico passou a não só apresentar os relatórios de vários departamentos do Estado para o rei, como

Augusta de Saxe-Gota. Aos quinze anos de idade, Carolina Matilde deixou a sua família para se casar com o seu primo, Cristiano na Dinamarca.

4 O conde Johann Friedrich Struensee (5-08-1737 - 28-04-1772) foi um médico alemão que se tornou médico pessoal do rei Cristiano VII da Dinamarca, que sofria sinais de loucura, e ministro do governo dinamarquês.

também a redigir centenas de leis. A essa altura, a rainha Carolina Matilde e Struensee tinham um caso de amor sólido, e ela já estava grávida de sua filha Luísa Augusta. Vale lembrar que a rainha também era iluminista, o que fica claro na cena em que ela toma o livro de Rousseau nas mãos, na biblioteca de Struensee e o “caso” deles nasce deste interesse comum. Eis o importante papel dela nesta história toda.

### Estado de bem-estar social

Sem o antigo conselho real e com a solidez da confiança do rei, Struensee passou a comandar de fato a Dinamarca, embora o governo soberano era do rei, e implantar políticas públicas fundadas nos ideais iluministas, subversivos demais para o período histórico. Sob a luz da razão, o médico instituiu muitas reformas no Estado, o que incluiu a construção de pediatrias, o fim da pena capital para os crimes de roubo e o fim da tortura em interrogatórios judiciais. As regalias para os homens de governo e para quem possuía cargos públicos cessaram. Atribuía-se ao médico alemão mais de mil leis escritas e sancionadas entre 1770 e 1771, o que resultava em uma média de mais de três normas por dia.

A ampliação do bem-estar social à custa do corte de recursos aos aristocratas causou mal-estar nos nobres, e Struensee acabou sendo vítima de seus próprios ideais. Ele havia, com autorização do Rei, acabado com a censura e foi o próprio pensamento de liberdade que, literalmente, o aprisionou.

Uma conspiração articulada pela rainha viúva Juliana Maria e pelo aristocrata Rantzau-Ascheburg, amigo antigo de Struensee, em que foram espalhados diversos cartazes por Copenhague insinuando um romance entre a rainha Carolina e o médico alemão, despertou a cólera no rei Cristiano VII, que destruiu um bordel do centro da cidade. Possuído de raiva, o rei acabou consolado pelo algoz e Struensee o levou de volta ao palácio.

### O princípio do fim

Após conversar com seu médico e confidente, Cristiano VII isolou-se no palácio iniciando seu inverno de aparições públicas. Com a ausência do monarca nas ruas da cidade e a propagação de boatos de que o rei estaria morto, sobretudo em função dos atos conspiratórios em relação ao romance de Struensee e a rainha Carolina, a população dinamarquesa ocupou o palácio de Christiansborg a fim de confirmar que o rei não estava morto.

Cristiano VII temia aparecer em público, ainda que fosse apenas na sacada do palácio, pois acreditava que seria assassinado pela população que ocupava o pátio da residência real. Os conservadores aproveitaram o momento de instabilidade, invadiram Christiansborg e pressionaram o rei para que assinasse um documento ordenando a prisão de Struensee.

O médico, confidente e amigo de Cristiano VII, foi jogado ao calabouço. Tempos depois suas leis foram revogadas e os conservadores voltaram a governar. Com a volta dos antigos conselheiros ao poder, a rainha Carolina Matilde foi enviada à Prússia e os filhos Frederico VI e sua filha Luísa Augusta ficaram na Dinamarca. Sob alegações e restrições médicas, o rei Cristiano VII parou de governar e seu meio-irmão Frederico passou a ser o regente.

O Iluminismo havia sido sufocado, as centelhas de um período de racionalidade e liberdade de pensamento haviam se apagado. A Dinamarca só escaparia da escuridão no século XIX, quando Frederico VI assumiu o reino, restituiu grande parte das leis de Struensee, torturado e decapitado dias após ter sido preso, e avançou, tornando os servos livres. Os dias de sol voltavam a brilhar em Copenhague.

### A necessidade de um Iluminismo contemporâneo

Apesar dos 300 anos que separam o Iluminismo dinamarquês da contemporaneidade, os períodos

guardam suas semelhanças, pois ambos são momentos de transição. As ideias iluministas de Rousseau, Diderot e Voltaire permitiram pensar a vida na Europa dos séculos XVIII e XIX em um sentido de transcendência, avançando na compreensão do ser humano em relação à Idade Média. A ocupação do Palácio de Christiansborg exigia a presença do rei Cristiano VII, pois os súditos acreditavam que suas vidas dependiam da ação dele e que seu papel era fundamental para o bem-estar social. A população atribuía a Cristiano VII as melhorias nas condições de vida do reino e suas leis de garantias sociais. Por isso marchou em direção ao palácio e de lá não arredou pé até que o monarca fosse apresentado.

O ano de 2011 foi marcado pelos manifestos que no Norte de África e Oriente Médio resultaram na Prima-

vera Árabe, movimentos que derubaram ditaduras de décadas. Nos Estados Unidos o *Occupy Wall Street* mobilizou centenas de jovens em torno dos efeitos colaterais da sociedade fundamentada no capital financeiro. O movimento 15M lutava pela retomada de direitos sociais na Espanha.

Mais recentemente no Brasil, diversas ações de protesto, que vão desde as marchas contra o racismo e a homofobia até a mobilização em torno do museu do Índio, no Rio de Janeiro, e contra o aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre, apresentam um eclético panorama das lutas sociais na contemporaneidade. Nada poderia ser mais pós-moderno que a esquizofrenia das lutas sociais.

O modelo atual de democracia está para a pós-modernidade como a monarquia estava para a Idade Média. As ideias e ideais iluministas foram

um marco de transição à modernidade; os pensamentos que fundaram tal movimento permitiram aos indivíduos repensar a própria humanidade. A monarquia, com o tempo, perdeu a serventia. Talvez o combustível de um possível Iluminismo pós-moderno esteja nas redes sociais, na mobilização esquizofrênica, eclética e não menos política dos jovens e suas relações. Quem viver verá.

**Ficha técnica:** O amante da Rainha

**Título original:** Em kongelig affære

**Gênero:** Drama

**Ano:** 2012

**Distribuidora:** Europa / Mares Filmes

**Duração:** 137 min

**Diretor:** Nicolaj Arcel

**Elenco:** Alicia Vikander, Mads Mikkelsen, Mikel Boe Følsgaard, David Dencik

## Acompanhe o IHU no Blog

The screenshot shows a blog post from Instituto Humanitas Unisinos (IHU) dated 20 April 2013. The title is '@segundasemcarne por tudo e todos'. The main image is a poster for 'SEGUNDA SEM CARNE' (Meatless Monday) with the slogan 'descubra novos sabores' (discover new flavors) and 'Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.' (For people, for animals, for the planet). The poster features four cartoon animal faces: a cow, a pig, a chicken, and a fish. Below the image, there is a short paragraph of text.

**SEGUNDA SEM CARNE**  
descubra novos sabores

Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.

Já há quase 7 bilhões de pessoas na Terra e, para produzir carne para toda população, é preciso matar bilhões de animais que consomem água, comida e recursos energéticos, demandam espaço, produzem grande quantidade de excrementos, contaminam os mananciais, causam emissão e geram poluição atmosférica. A adoção de animais para ajudar a uma forma sustentável de produção alimentar para cada dia de centenas animais são necessários de 3 a 10 kg de sobras vegetal (trigo, soja e milho).

# Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 15-04-2013 a 21-04-2012, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## Saúde e tecnologia. A busca da imortalidade

Entrevista especial com Luis David Castiel, médico  
Confira nas **Notícias do Dia** de 15-04-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/ZVwQy5>

Na visão do médico, a saúde é uma condição desejada, mas que também se apresenta como um estado prescrito, uma posição ideológica e a instituição de preceitos morais. E adverte: “apesar de os avanços tecnológicos serem visíveis nas práticas biomédicas, é importante referir que há uma sedução específica das tecnologias de aprimoramento como instrumentos para supostamente produzir um projeto humano melhor para a humanidade”.

## A concentração de terra estimula a violência e a impunidade

Entrevista especial com Henri B. des Roziers, advogado e frei dominicano  
Confira nas **Notícias do Dia** de 16-04-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/ZXGdxx>

Na visão do frei e advogado da Comissão Pastoral da Terra, é escandaloso e absurdo, do ponto de vista jurídico, o julgamento que condenou os autores do assassinato de José Cláudio e Maria do Espírito Santo, casal de ambientalistas morto a tiros, em 2011, no Pará, mas absolveu o suposto mandante.

## Trabalho infantil doméstico. “Uma das piores formas do trabalho infantil”

Entrevista especial com Isa Maria de Oliveira, secretária do Fundo Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.  
Confira nas **Notícias do Dia** de 17-04-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/11toZf7>

Conforme destaca a secretária, o trabalho doméstico precisa ser valorizado porque ele contribui para que, principalmente mulheres que ocupam um espaço importante no mercado de trabalho, possam fazê-lo, visto que tem alguém na retaguarda: a doméstica. Infelizmente, explica ela, “uma boa parcela da população, as famílias e as próprias crianças e adolescentes envolvidos no trabalho infantil não identificam a tarefa doméstica como um trabalho”.

## Demarcação de terras indígenas: uma demanda histórica

Entrevista especial com Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi  
Confira nas **Notícias do Dia** de 18-04-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/114U07F>

Segundo informação do secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, de um total de 1046 terras indígenas, apenas um terço delas está regularizada, um terço está em procedimento e outras 300 terras indígenas reivindicadas ainda não foram concedidas pelo Estado brasileiro. “Essa é uma demanda premente que continua atual”, reitera.

## Clínicas do testemunho: o direito à verdade e à justiça

Entrevista especial com Bárbara Conte, psicanalista.  
Confira nas **Notícias do Dia** de 20-04-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/Zc0zaN>

A psicanalista fala sobre o projeto Clínicas do Testemunho, que atenderá vítimas da ditadura militar e que propõe a reparação às violações cometidas pelo Estado, entre os anos de 1946 a 1988, de acordo com a lei n. 10.559/2002.

# Entrevistas em destaque

A revista **IHU On-Line** traz nesta e nas próximas edições resumos das entrevistas especiais mais acessadas durante o recesso, entre janeiro e março de 2013. Os conteúdos estão disponíveis no sítio **IHU On-Line** ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## Economia da Vida: a proposta do Conselho Mundial de Igrejas

Entrevista especial com Marcelo Schneider  
Confira nas Notícias do Dia de 30-01-2013  
Acesse no link <http://bit.ly/XRqwHu>

O trinômio riqueza, pobreza e ecologia tem guiado as reflexões recentes do Conselho Mundial de Igrejas – CMI diante da conjuntura mundial, na busca pela justiça econômica. Com a proposta de pensar uma alternativa à economia e aos impactos sociais gerados pela má distribuição de riquezas, a Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas - CMIR, em parceria com o Conselho Mundial de Igrejas - CMI e Conselho para Missão Mundial – CMM, economistas e ativistas de vários países do mundo, elaborou a “Declaração de São Paulo”, intitulada Transformação Financeira Internacional para uma Economia da Vida. A declaração foi entregue ao governo boliviano na semana passada e será entregue aos demais chefes de Estado da América Latina. Em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail, o teólogo Marcelo Schneider esclarece que “além de uma análise estrutural, o documento traz uma série recomendações concretas que visam a transformação do sistema econômico e financeiro atual”.

## “Este é um momento muito delicado para a Igreja”

Entrevista especial com Massimo Faggioli  
Confira nas notícias do dia de 25-02-2013  
Acesse o link <http://bit.ly/15dVjnX>

“A decisão de renunciar é surpreendente, mas não está em contradição com a identidade teológica de Ratzinger. Pode-se classificar Bento XVI como ‘teologicamente conservador’, mas ele está consciente da eclesialidade do ministério papal – na tradição e no Vaticano II”, afirma Massimo Faggioli, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Em sua opinião, ser papa no catolicismo global se tornou uma “tarefa muito moderna e desafiante, e é provável que um teólogo conservador a sinta como um fardo insuportável (além das razões relacionadas à sua saúde)”. Faggioli pontua que em certos aspectos o Concílio Vaticano II veio “cedo demais”, e questões silenciadas pela Santa Sé, como o papel das mulheres na Igreja, o casamento dos sacerdotes e a ordenação de homossexuais, devem ser revistas. Massimo Faggioli é doutor em História da Religião e professor de História do Cristianismo no Departamento de Teologia da University of St. Thomas, de Minnesota, Estados Unidos.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

[WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)

Tema  
de  
Capa

Destques  
da Semana

**IHU em  
Revista**

# Agenda da Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
programados para a semana de 22-04-2013 a 29-04-2013

**Data: 22-04-2013**

**Evento: Mini Curso G. Agamben: O Reino e a Glória**

**Professor:** Dr. Castor Bartolomé Ruiz – Unisinos

**Horário:** 19h30 às 22h20

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/VUyR2V>

**Data: 22-04-2013**

**Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável**

**Professor:** MS Gilberto A. Faggion

**Módulo 3:** Por um novo paradigma civilizacional

**Período:** 15 de abril a 25 de maio

**Local:** Plataforma Moodle Unisinos

**Mais informações:** <http://bit.ly/XuBgMB>

**Data: 22-04-2013**

**Evento: Mostra do ObservaSinós: De olho no Vale**

**Período:** A exposição será itinerante nos 14 municípios da região do Vale do Rio dos Sinós

**Mais informações:** <http://bit.ly/Zu5W0P>

**Data: 22-04-2013**

**Evento: Ciclo de filmes: Crise do Capitalismo no Cinema – IHU Cinema**

**Exibição de filme:** Capitalismo: uma história de amor “Capitalism: a love story” (Michael Moore, EUA, 2009, 127 min)

**Horário:** das 17h às 19h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/14ZSzgE>

**Data: 23-04-2013**

**Ciclo de Filmes: Crise do Capitalismo no Cinema – IHU Cinema**

**Exibição do filme:** Trabalho Interno “Inside Job” (Charles Ferguson, EUA, 2010, 120 min)

**Horário:** 17h às 19h

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/XSTJo9>

**Data: 24-04-2013**

**Evento: Sociedade, Religiões, Secularização. Ciclo de Debates com Charles Taylor**

**Atividades:** O debate liberais–comunitários: colóquio com Charles Taylor

**Programação: 9h** – Conferência com o Prof. Dr. Charles Taylor (McGill University Montreal – Canadá)

**14h** – Apresentação de Trabalhos (Salas 1F100 à 1F103)

**16h30** – Mesa redonda I Teses liberais de fundamentação e organização de sociedades

**20h** – Mesa redonda II Teses comunitaristas de fundamentação e organização de sociedades

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/13hyKA4>

**Data: 25-04-2013**

**Evento: Sociedade, Religiões, Secularização. Ciclo de Debates com Charles Taylor**

**Atividades:** O debate liberais–comunitários: colóquio com Charles Taylor

**Programação: 9h** – Conferência com o Prof. Dr. Charles Taylor (McGill University Montreal – Canadá)

**14h** – Apresentação de Trabalhos (Salas 1F100 à 1F103)

**16h30** – Mesa redonda I Teses liberais de fundamentação e organização de sociedades

**20h** – Mesa redonda II Teses comunitaristas de fundamentação e organização de sociedades

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/13hyKA4>

**Data: 26-04-2013**

**Evento: Sociedade, Religiões, Secularização. Ciclo de Debates com Charles Taylor Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização. Diálogos com Charles Taylor**

**Atividades:** Conversação com teólogos/as: Vivencia da fé numa era secular. Um relato autobiográfico e Roda de conversa com um grupo de teólogos/as sobre a experiência religiosa de Taylor.

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/XWct3k>

**Data: 29-04-2013**

**Evento: Sociedade, Religiões, Secularização. Ciclo de Debates com Charles Taylor**

**Atividade:** Diálogo com filósofos, sociólogos, cientistas da religião e teólogos

**Palestra:** Características e interfaces da secularização

**Horário:** 14h30

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Data: 29-04-2013**

**Conferência: Pertença religiosa numa era secular. Desafios e possibilidades**

**Palestrante:** Prof. Dr. Charles Taylor (McGill University Montreal – Canadá)

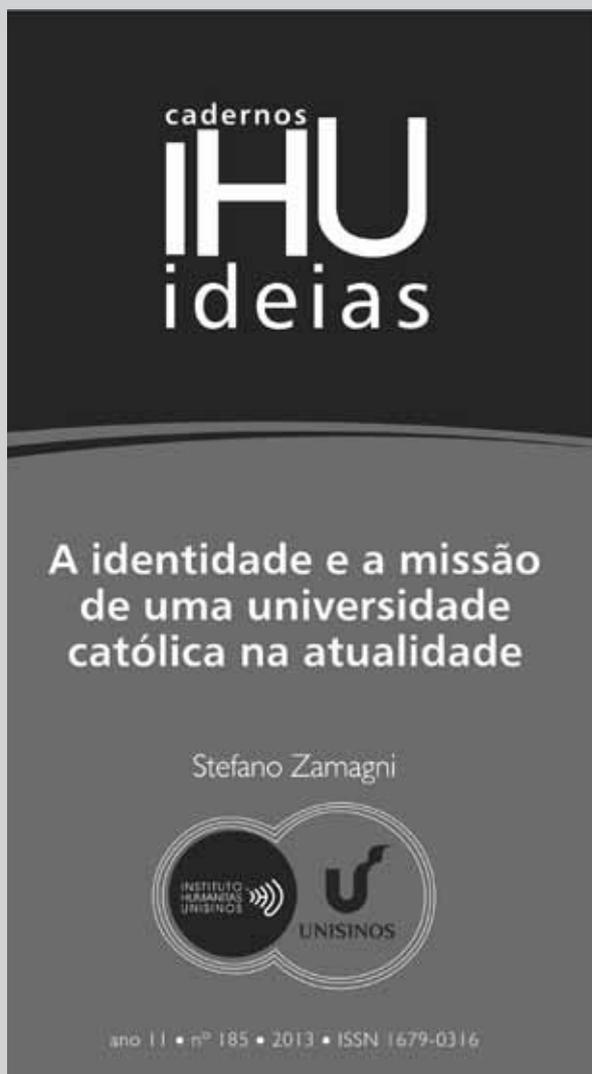
**Horário:** 19h30 às 22h

**Local:** Anfiteatro Pe. Werner, na Unisinos

**Mais informações:** <http://bit.ly/XWct3k>

# Publicação em destaque

Confira uma das publicações mais recentes do Instituto Humanitas Unisinos.



## IHU ideias

### ***A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade***

POR RICARDO MACHADO

O **Caderno IHU ideias** apresenta o texto *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* de **Stefano Zamagni**<sup>1</sup>, economista e professor da Universidade de Bolonha e vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Zamagni constrói um texto para desenvolver um pensamento sobre o papel das universidades católicas na contemporaneidade. Para tanto, faz um resgate histórico sobre o protagonismo do espaço acadêmico desde a Idade Média. O autor destaca que é importante ter em conta que a universidade nasceu da separação entre *studium* e *imperium*, o primeiro em busca da verdade e o segundo em relação ao exercício do poder.

Depois de um começo em que a universidade deveria servir ao Estado, uma segunda fase promoveu uma mudança importante no foco de seu trabalho. Embora continuasse a serviço do poder, passou no século XIX a concentrar seus esforços à economia, sobretudo nos Estados Unidos e na América do Norte. Para Zamagni, na época pós-moderna esta ideia se mantém. Tendo em vista esta perspectiva, o autor ressalta que a proposta de “eficiência” nascida desse modelo de universidade foi tema do último discurso público do Papa João Paulo II, em 29 de novembro de 2004: “A discriminação baseada na eficiência não é menos desumana do que a discriminação baseada em sexo, religião ou raça”.

A fim de propor um caminho de discussão, Zamagni recorre ao exemplo de Ulisses, que foi racional ao amarrar-se ao mastro para ouvir o canto das sereias sem se

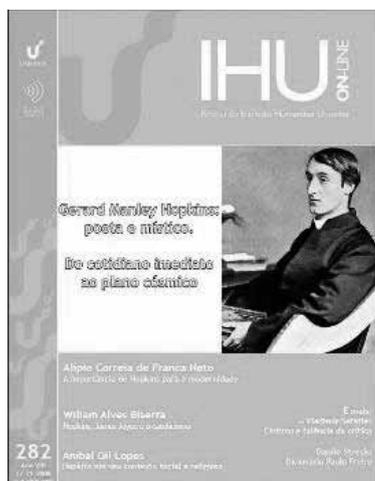
jogar ao mar, mas que ao mesmo tempo perdeu a própria liberdade e foi injusto com os remadores que tiveram os ouvidos tapados para que pudessem remar sem, também, jogarem-se ao mar. O autor prefere a racionalidade de Orfeu, que, em lugar de tolher a própria liberdade e dos remadores, tocou lira, misturando sua música ao canto das sereias e anulando o efeito perverso do encanto.

Os **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridos diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus da Unisinos, ou pelo e-mail [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

A partir de 5 de maio de 2013 esta edição estará disponível na íntegra no sítio do IHU em PDF.

Mais informações podem ser obtidas no link [bit.ly/LGK9BC](http://bit.ly/LGK9BC) ou pelo telefone (51) 3590 4888.

<sup>1</sup> Stefano Zamagni esteve no IHU em junho de 2012 e é autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Microeconomia* (Ed. Il Mulino, 1997), *Profilo di Storia del Pensiero Economico* (Ed. Nuova Italia Scientifica, 2004), *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione* (Ed. Il Mulino, 2005) e *L'Economia del Bene Comune* (Ed. Città Nuova, 2007). Em português, publicou recentemente *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade* (Ed. Cidade Nova, 2010), em coautoria de Luigino Bruni.



## Gerard Manley Hopkins: poeta e místico. Do cotidiano imediato ao plano cósmico

Edição: 282 – Ano VII – 17-11-2008  
Disponível em <http://bit.ly/ZkSbFq>

Gerard Manley Hopkins, poeta e místico inglês foi o tema de capa da revista **IHU On-Line** em novembro de 2008. Jesuíta, considerado um dos maiores autores da literatura universal, sua obra é analisada e discutida por alguns poetas, tradutores e professores de Literatura. Contribuem para a discussão **Alípio Correia de Franca Neto**, **Paulo Henriques Britto**, **Claudio Daniel**, **Aníbal Gil Lopes**, **Aurora Bernardini**, **John Milton**, **William Alves Biserra**, **Thomas Burns**, **Dirceu Villa**, **Marcus Motta** e **Thiago Ponce de Moraes**. Confira também a entrevista com **Vladimir Safatle** por ocasião do lançamento de seu livro *Cinismo e falência da crítica* (São Paulo: Boitempo, 2008).

## Anistia. Memória e justiça

Edição: 358 – Ano XI – 18-04-2011  
Disponível em <http://bit.ly/gq9ypN>

Com o início do governo Dilma Rousseff, em abril de 2011, a revista **IHU On-Line** se debruçou sobre o tema do regime de exceção brasileiro, que foi deflagrado com o golpe militar de 1964. Nossa experiência nacional é distinta de países como **Argentina**, **África do Sul**, **Chile** e **Espanha**, no que se refere à anistia, à memória e à justiça dos crimes cometidos durante os regimes ditatoriais que assolaram seus povos. Contribuem para o debate **Cecília Coimbra**, **Castor Ruiz**, **Edson Teles**, **Jair Kriskhke**, **José Carlos Moreira Filho**, **José de la Fuente**, **Nora Hochbaum**, **Paulo Abrão** e **Reyes Mate**. Leia também a entrevista com **Elena Battlaglini** sobre *A política na condução do desenvolvimento sustentável*.



## Rumos e muros da filosofia na era digital. A aventura do pensamento

Edição: 379 – Ano XI – 07-11-2011  
Disponível em <http://bit.ly/rpQFva>

Esta edição traz uma reflexão sobre a primeira década de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. Questões sobre os rumos da Filosofia em plena era da tecnologia da informação, da globalização do saber e da fragmentação do sujeito orientam o debate. A filosofia tem conseguido estabelecer diálogos com os demais saberes, refletir sobre o mundo contemporâneo ou, tal como a coruja de minerva a que Hegel se refere na sua Filosofia do direito, só levanta voo ao entardecer? Contribuem no debate **Celso Candido de Azambuja**, **Alfredo Culleton**, **Ernildo Stein**, **Massimo Canevacci**, **Julio Cabrera**, **Luiz Rohden**, **Oswaldo Giacóia**, **Roberto Romano**, **Jean-François Mattéi**, **Adriano Naves de Brito** e **Paul Valadier**.

## Eventos

# Dogville e o Outro: entre a inclusão e a violência

POR MÁRCIA JUNGES

“Dogville é uma cidade conservadora, pacata, apegada aos seus valores morais de forma tão sistemática que qualquer acontecimento capaz de quebrar sua rotina é motivo para uma reunião com todos os habitantes para se decidir o que fazer; um perfeito exemplo de democracia contemporânea. Tudo passa pelo voto coletivo, todos se tratam como iguais e se respeitam; mas diante de uma adversidade nenhum indivíduo decide sequer sua ação enquanto indivíduo. Não há espaço para o humano criativo em Dogville”. A declaração é do filósofo **Fransmar Barreira Costa Lima** em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, edição n. 339, de 16-08-2010, disponível para leitura e download em <http://bit.ly/14BCpL2>.

De acordo com o pesquisador, a personagem interpretada por Nicole Kidman, Grace, “busca por sua humanidade, pois se encontrava em

meio à família de gangsteres em situação semelhante, com a diferença de seu posicionamento em busca do humano, já que ela é capaz de fugir desta realidade e privilegiar sua solidão para ouvir a interioridade no silêncio”. E acrescenta: “É extremamente significativo que ela se esconda primeiramente na mina da cidade, lugar de onde se extrai o que há nas profundezas do solo; é como se Grace buscasse escavar as profundezas de sua humanidade. É no profundo do humano, no âmago da interioridade, que a existência enquanto existência se manifesta, é aí que surge a criatividade do humano no profundo, sua integração com a verdade e com o divino de forma autêntica”. De acordo com **Fransmar**, Dogville é uma cidade da superfície “desumanizada por sua superficialidade já que não tem mais condições de escavar a verdade na interioridade de seus indivíduos. É uma

cidade que não constrói nenhuma individualidade. Tudo ali é, como escrito na saída da mina, *dictum ac factum*. A principal característica do humano em Dogville é o resgate da humanidade no sentido de que, para reconhecê-la, deve ser percebida como única e singular – como uma verdade autêntica que emerge do profundo do indivíduo, de sua singularidade e de sua existência”.

O filme do diretor **Lars von Trier** foi exibido em 18-04-2013 dentro da programação do **Cinejus**, parceria do PPG em Direito da Unisinos e do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. O debatedor foi o professor MS. **Milton do Prado Franco Neto**, coordenador do Curso de Realização Audiovisual da Unisinos.

O próximo filme a ser exibido pelo **Cinejus** é **1984** (Michael Radford, Inglaterra, 1984, 123 min), em 02-05-2013. Confira os detalhes em <http://bit.ly/ZDJamU>.

## Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização. Encontros com o professor Dr. Charles Taylor

**Evento: Conversação com teólogos/as: Vivência da fé numa era secular. Um relato autobiográfico.**

**Data:** 26-04-2013 | **Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Evento: Diálogo com filósofos, sociólogos, cientistas da religião e teólogos**

**Data:** 29-04-2013 | **Hora:** 14h30

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Conferência: Pertença religiosa numa era secular. Desafios e possibilidades**

**Data:** 29-04-2013 | **Hora:** 19h30

**Local:** Auditório Central - Unisinos

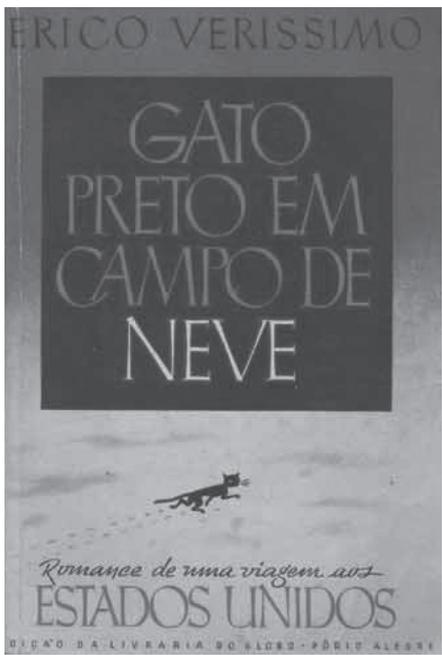
**Mais informações e inscrições no link -** <http://bit.ly/Xmy5Mp>



**GRIMSON, Alejandro. *Los límites de la cultura – Crítica de las teorías de la identidad* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, 226pp.)**

“Conhecido pelos seus estudos sobre migrações, movimentos sociais, identidades e culturas políticas, Grimson dá combate às invenções conceituais e radicalidades teóricas alienadas da experiência social e da investigação teórica e empírica. Contrariando postulados pós-modernos, propõe outras abordagens para além das ações discursivas aos sentimentos de identidade e pertencimento, bem como à ideia de nação. Valoriza as dimensões políticas, cognitivas e afetivas do Estado e da Nação. Disso, extrai uma teoria da cultura, postulando novas relações entre a política e a imaginação social”.

**Pedro Luiz S. Osório, professor na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos e presidente da Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão**



**VERISSIMO, Erico. *Gato preto em campo de neve* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 328)**

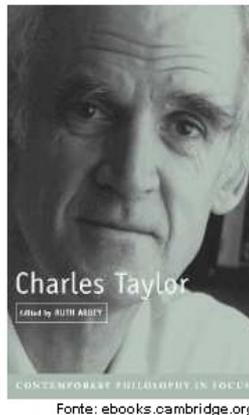
“Neste livro, escrito a partir de uma viagem feita, no ano de 1941, por três meses, a convite do governo dos EUA, Erico Verissimo nos conta sua viagem e suas impressões da terra do Tio Sam. Aí, ele faz conferências, conversa com autoridades e importantes personagens da literatura e do cinema da época que tem oportunidade de encontrar, como por exemplo, Alfred Hitchcock, Pearl S. Buck, Thomas Mann, Walt Disney e Aldous Huxley. Conhece os grandes museus, as grandes universidades e a famosa Hollywood. Mas também perambula pelas ruas, pelas grandes e pequenas avenidas, pelos boulevards e pelas vielas, pelos bairros nobres e pobres. Aborda e conversa com pessoas comuns, com a gente que vive, sofre e é feliz no cotidiano das grandes metrópoles, do interior, do norte e do sul, deste enigmático e contraditório país. Arguto psicólogo, não tem em mira fazer uma descrição do que vê simplesmente. Esgrimista da palavra, ele busca desvendar a alma de um país que se preparava para ser, no futuro de então, a grande potência econômica e política do planeta”.



**Celso Candido de Azambuja, professor de Filosofia na Unisinos**



**Sociedade, Religiões,  
Secularização  
Ciclo de Debates  
com Charles Taylor**



Fonte: ebooks.cambridge.org

Nesta semana, Charles Taylor, professor na McGill University Montreal, do Canadá, estará pela primeira vez no Brasil num roteiro de eventos acadêmicos. A convite do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ele estará em um Ciclo de Debates que se desenvolverá em duas perspectivas temáticas: O debate liberais-comunitários: colóquio com Charles Taylor ocorrerá nos dia 24 e 25 de

abril e Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização. Diálogos com Charles Taylor na ocorrerá nos dias 26 e 29 de abril.

Taylor é conhecido pelas suas reflexões sobre a política do reconhecimento, a diferença cultural, a esfera pública, a sociedade civil versus o Estado, a ideia de modernidade, a concepção de identidade, a ética da autenticidade, o debate liberal-comunitário e o tema da secularização.

A seguir, acompanhe a programação. Mais informações podem ser encontradas em <http://bit.ly/13hyKA4>

24-04-2013

9h – Conferência com o Prof. Dr. Charles Taylor

14h – Apresentação de Trabalhos (Salas 1F100 à 1F103)

16h30 – Mesa redonda I Teses liberais de fundamentação e organização de sociedades

20h – Mesa redonda II Teses comunitaristas de fundamentação e organização de sociedades

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 25-04-2013

9h – Conferência com o Prof. Dr. Charles Taylor

14h – Apresentação de Trabalhos (Salas 1F100 à 1F103)

16h30 – Mesa redonda III – O diálogo entre liberais e comunitários: propósitos entrelaçados?

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 26-04-2013

10h – Conversação com teólogos/as: Vivencia da fé numa era secular. Um relato autobiográfico

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 29-04-2013

14h30 - Palestra: Características e interfaces da secularização

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 29-04-2013

Conferência: Pertença religiosa numa era secular. Desafios e possibilidades

Palestrante: Prof. Dr. Charles Taylor

Horário: 19h30 às 22h

Local: Anfiteatro Pe. Werner, na Unisinos

